



Mestrado de Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social

A relação trabalho-família: as condições de vida e de trabalho influenciam a qualidade do ambiente educativo familiar?

Estudo exploratório em articulação com Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar

Cristina Vanessa Paiva Ramos

Orientadora: Professora Doutora Marielle Christine Gros

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO
SOCIAL DO PORTO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM
INTERVENÇÃO SOCIAL NA INFÂNCIA E JUVENTUDE EM RISCO DE
EXCLUSÃO SOCIAL

Porto, 2016

“Por muito cuidado que se tenha, educar é podar; deixar crescer com toda a força o ramo que nos agrada.”

Agostinho da Silva

Agradecimentos

Este espaço, mesmo que limitado e não me permita agradecer, como devia, a todas as pessoas que, ao longo do meu Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social deram a sua contribuição, direta ou indiretamente, para que esta dissertação fosse realizada. A todos eles deixo aqui o meu agradecimento sincero.

À *Professora Doutora Marielle Gros*, expresseo o meu profundo agradecimento pela orientação e apoio incondicionais que, sem dúvida, muito elevaram os meus conhecimentos e estimularam o meu desejo de querer, sempre, saber mais e a vontade constante de querer fazer melhor.

À *Doutora Carlota Ferreira*, um Muito Obrigado pela sua amizade, ajuda, apoio e disponibilidade que sempre demonstrou e que muito contribuiu para o enriquecimento da minha formação académica.

Aos *meus pais*, José e Domitila, pela forma como me inculiram a alegria de viver e a confiança necessária para realizar os meus sonhos. Sempre que necessário souberam aconselhar e criticar, como sempre e em tudo na vida. Pela compreensão e claro por sempre me apoiaram e me acompanharam ao longo das árduas e custosas caminhadas da vida.

Aos *meus tios*, Dulce e Silvino um Muito Obrigada por todo o carinho e amizade. Agradeço, de forma especial, o apoio prestado e a compreensão e, é claro por estar sempre a torcer por mim.

Aos *meus primos*, Igor e Válter que sempre me incentivaram, mesmo quando estava mais desanimada. Obrigada pela amizade, companhia e afeto.

Finalmente, gostaria de deixar um agradecimento muito especial a *Doutora Ana Cristina Carneiro*, que me auxiliou, apoiou, mas acima de tudo acreditou, na concretização desta Dissertação. A todos vocês dedico este trabalho.

Resumo

O aprofundamento das desigualdades na distribuição dos rendimentos e a generalização dos baixos salários são alguns dos problemas que se fazem sentir com grande intensidade desde o final do séc. XX e que contribuem para o aumento da pobreza infantil. A par com a precariedade laboral e o desemprego persistente, observam-se graves situações de privação material, relacional e cultural. O agravamento das condições de existência das famílias mais desmunidas só pode prejudicar a sua função socializadora. É esta relação entre condições de existência marcadas pela pobreza material e contexto educativo familiar que pretendemos estudar, através de um estudo exploratório junto de 12 famílias, com pré-adolescentes com idades entre os 10 e os 14 anos, com acordo de protecção com uma CPCJ. Apesar de incidir sobre um pequeno número de famílias, procuramos observar se o grau desigual de precariedade material que enfrentam tem repercussões na qualidade do ambiente educativo familiar que promovem. A objectivação das condições de existência foi apoiada por um guião de entrevista semi-estruturada já experimentado noutros contextos institucionais. A medição da qualidade do ambiente educativo foi realizada com a aplicação do HOME (*Home Observation for Measurement of the Environment*) Inventory para pré-adolescentes de R. Caldwell e R. Bradley, traduzido em português, que envolve simultaneamente observação direta e entrevista. Para além de exercitar a realização de retratos familiares que reúnam as duas dimensões de estudo acima referidas, o estudo permitiu confirmar a) a baixo e muito baixa qualidade do ambiente educativo das famílias em causa; b) uma relação entre o grau de vulnerabilidade socioeconómica e a qualidade do ambiente socioeducativo, já que quanto mais baixo for o estatuto socioeconómico, menor é a qualidade do ambiente educativo.

Palavras-chave: pobreza monetária, privação material, intensidade laboral *per capita*, ambiente educativo, Home Inventory

Abstract

Growing inequalities in income distribution and growing expression of low wages are some of the problems that are felt with great intensity since the end of the XXth century. Along with work precarity and persistent unemployment, we may observe heavy situations of material, social and cultural deprivation. As more frail families' life conditions are worsening, their socialization function is more and more difficult. It is this relationship between life conditions in poverty and family educational context that we tried to study, through an exploratory study near 12 families, with early adolescents 10 to 14 years old, who had to sign a Protection Deal with a Portuguese childhood protection agency (CPCJ). Nevertheless the small number of families, we try to observe if an unequal degree of economic precarity has consequences on the educational family context. To objectivate life conditions we used a half-structured interview used in others institutional contexts. To appreciate the quality of families' educational environment we used the HOME Inventory (*Home Observation for Measurement of the Environment*) for early adolescent of R. Caldwell e R. Bradley, translated in Portuguese's, that uses observation and interview. We exercising of the family representations that meet the two dimensions of study mentioned above, the study allowed to confirm: a) the low and very low quality of the educational environment of the families in question; b) a relationship between the degree of socio-economic vulnerability and the quality of the socio-educational environment, since the lower the socio-economic status, the lower the quality of the educational environment.

Key words: monetary poverty, material deprivation, labor intensity per capita, educational environment, Home Inventory

Résumé

L'aggravation des inégalités de distribution du revenu et la généralisation des bas salaires sont quelques-uns des problèmes qui se font sentir fortement depuis la fin du XXème siècle et qui contribuent à l'augmentation de la pauvreté infantile. En raison de la précarité de l'emploi et du chômage persistant, de graves situations de privation matérielle, relationnelle et culturelle sont observables. L'aggravation des conditions d'existence des familles les plus démunies ne peut que compromettre leur fonction socialisatrice. C'est cette relation entre conditions d'existence marquées par la pauvreté matérielle et contexte éducatif familial que nous avons étudiée, sous la forme d'une étude exploratrice auprès de 12 familles, comptant des pré-adolescents entre 10 et 14 ans, et signataires d'un accord de protection avec une institution portugaise de protection de l'enfance. Malgré le petit nombre de familles, nous avons cherché à observer si leur inégal degré de précarité matérielle se répercutait sur la qualité de l'environnement éducatif familial. L'objectivation des conditions d'existence de ces familles a été réalisée grâce à l'utilisation d'un schéma d'interview semi-structurée déjà utilisé dans d'autres contextes institutionnels. La mesure de la qualité de l'environnement éducatif a été effectuée à partir de l'application du Home Inventory (*Home Observation for Measurement of the Environment*) pour pré-adolescents de R. Caldwell e R. Bradley, traduit en portugais. Outre la réalisation de portraits familiaux qui réunissent les deux dimensions à l'étude, nous avons pu confirmer a) la basse ou très basse qualité de l'environnement éducatif de ces familles; b) une relation entre le degré de vulnérabilité socioéconomique et la qualité de l'environnement éducatif familial, puisque plus le statut socioéconomique est bas, moindre est la qualité de l'environnement éducatif.

Mots-clés: pauvreté monétaire, privation matérielle, intensité du travail per capita, environnement éducatif, Home Inventory

INDICE

Agradecimentos	3
Resumo	4
Abstract.....	5
Résumé.....	6
Introdução.....	9
Capítulo I – O Aumento da Pobreza e das Desigualdades sociais: a relevância do fenómeno para interpretar os problemas em matéria de educação.....	12
1. Medir a pobreza monetária.....	13
2. A privação material.....	21
3. A Intensidade Laboral per capita.....	33
4. Risco de pobreza ou exclusão social.....	36
Capítulo II – A Influência do Estatuto Socioeconómico no Desenvolvimento da Criança.....	39
1. Em torno da definição de “estatuto socioeconómico”.....	39
2. Verificar o impacto do estatuto socioeconómico familiar sobre o desenvolvimento das crianças e adolescentes.....	42
2.1. <i>Estatuto socioeconómico da família e saúde das crianças e adolescentes.....</i>	<i>42</i>
2.2. <i>Estatuto socioeconómico da família e desenvolvimento cognitivo das crianças e adolescentes.....</i>	<i>43</i>
2.3. <i>Estatuto socioeconómico da família e desenvolvimento socio-emocional das crianças e adolescentes.....</i>	<i>47</i>
3. Como se processa a influência do estatuto socioeconómico familiar sobre o desenvolvimento das crianças e adolescentes.....	49
3.1. <i>As desigualdades de acesso a recursos que medeiam o impacto do estatuto socioeconómico sobre o desenvolvimento da criança.....</i>	<i>50</i>

Capítulo III – Estatuto Socioeconómico baixo ou muito baixo e Qualidade do Ambiente Familiar – o estudo de 12 famílias acompanhadas pela CPCJ.....	66
1. Retratos familiares à luz da entrevista semiestruturada aplicada às famílias do nosso universo de estudo acerca do estatuto socioeconómico e do Home Inventory (versão pré-adolescentes – 10 aos 14 anos de Caldwell & Bradley - 2001).....	66
2. Estatuto socioeconómico e qualidade do ambiente educativo, tendo em consideração o grau de vulnerabilidade socioeconómica das famílias.....	121
Consideração Finais	130
Referências Bibliográficas	137
Anexos.....	138
Anexo I – Declaração de Consentimento.....	139
Anexo II – Exemplar do guião da entrevista estruturada.....	141
Anexo III – Exemplar do HOME Inventory versão traduzida para pré-adolescentes (10 aos 14 anos).....	163

INTRODUÇÃO

Na primeira infância os principais vínculos, bem como os cuidados e estímulos necessários ao crescimento e desenvolvimento, são fornecidos pela família. A qualidade do cuidado, nos aspetos físicos e afetivo-social, decorre de condições estáveis de vida tanto socioeconómicas quando psicossociais
(Andrade *et. al.*, 2005).

Educar crianças é, na sociedade contemporânea, um desafio particularmente exigente. Os pais são, na atualidade, confrontados com uma pluralidade de modos de fazer neste domínio que torna a sua tarefa bem mais complexa. E este fenómeno está bem patente na sociedade portuguesa, caracterizada, como é sabido, por mudanças particularmente rápidas desde o último quarto do séc. XX. No final do séc. XIX-início do século XX, Durkheim observou que, sob o efeito do avanço da divisão do trabalho social, os valores e as normas sociais deixaram de constituir um estado forte de consciência coletiva que se impunha ao conjunto dos membros de um dada sociedade. O avanço da divisão do trabalho levou a processos de diferenciação, em praticamente todos os domínios da vida, tornou sistemas de valores e normas bem mais relativos e, em consequência, os indivíduos correm um bem maior risco de desorientação no que respeita às condutas legítimas, no campo da família como em muitos outros. Um outro fenómeno acresce a esta complexidade e ao risco de anomia de que falava Durkheim: a agudização das desigualdades sociais, muito em particular das desigualdades económicas, compromete igualmente a adesão às normas sociais. Se, como a citação que acima colocamos realça, educar requer condições de estabilidade material e psicológica, o crescimento das precariedades laborais e materiais que se regista desde o final do séc. XX não pode deixar de ser um fator a ter em conta quando se reflete sobre as situações de risco que as instituições de proteção de menores, designadamente, as Comissões de Proteção das Crianças e Jovens, são encarregadas de acompanhar. Não pretendemos com isto defender a ideia de que somente as famílias que vivem em situação de precariedade material e profissional ou, para falar de modo mais direto, somente as famílias pobres, constituem contextos educativos “de risco”. Embora o universo das famílias institucionalmente definidas como “famílias de risco” pelas instituições especializadas na proteção dos menores sejam, predominantemente, famílias de baixo ou muito baixo estatuto socioeconómico¹, os trabalhadores sociais não podem esquecer que tal universo não é

¹ As informações do Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ, do ano 2014, mostraram que o grau de escolaridade dos principais cuidadores das crianças e jovens com processos instaurados pelas

efetivamente representativo das muitas diversificadas situações de risco e/ou perigo que os membros das jovens gerações na realidade correm. Têm a obrigação de saber que as categorias mentais veiculadas pelas instituições que intervêm no campo dos problemas sociais tendem a ser categorias pré-definidas, reprodutoras de um senso comum institucional que dissimula a complexidade dos fenómenos sociais que pretendem tratar. Em termos mais concretos, os profissionais do trabalho social têm a obrigação de saber que o mau trato infantil pode assumir uma variedade de contornos e que há formas de negligência ou mau trato que atingem crianças de famílias com estatuto socioeconómico elevado, embora estas não cheguem a ser denunciadas por ninguém junto das CPCJ. A título de exemplo, uma criança que usufrui de um contexto material de vida estável, isento de qualquer tipo de privação, mas que não tem a oportunidade de aprender, no seu ambiente de vida familiar, a elaborar os seus desejos, a resistir à frustração e a experimentar o prazer da conquista através do esforço, sendo, antes, impelida a desenvolver uma visão totalmente ilusória da vida, não será uma criança em risco?

Sem negar que os riscos de mau trato se estendem a uma variedade de condições socioeconómicas bem maior do que habitualmente se pensa, há motivos para tentar aprofundar a relação entre a qualidade do ambiente educativo familiar e a precariedade das condições económicas de existência das famílias.

Apresentaremos alguns destes motivos procurando reunir, num primeiro capítulo, informações pertinentes relativamente à extensão do problema da pobreza infantil na sociedade portuguesa actual e, ainda, no segundo capítulo, com a apresentação dos contributos teóricos que nos fornece R. Bradley e seus colaboradores relativamente aos processos sociais através dos quais o estatuto socioeconómico da família condiciona o bem-estar das crianças.

CPCJ, apresentaram uma ligeira diminuição, designadamente, dos pais ou cuidadores com o 1º ciclo incompleto, isto é, sem escolaridade ou que só sabiam ler e escrever (representando 5,3% dos agregados). O 1º ciclo representava 26,6% do total de cuidadores, sendo o nível de escolaridade, mais representativo, o do 2º ciclo completo (representando 27,4% dos pais ou principais cuidadores). O 3º ciclo completo (correspondia a 21,6% dos agregados), já os níveis superiores como o Secundário e o Bacharelato/Curso Superior, correspondiam aos valores mais baixos respetivamente, a 13% e 5,4% dos cuidadores.

No que diz respeito à situação profissional e às principais fontes de rendimentos dos cuidadores das crianças e jovens, os dados evidenciam que a maioria tem como principal meio de subsistência os rendimentos provenientes do trabalho (56,9% dos agregados). As famílias que beneficiam de pensões (social, invalidez, sobrevivência, etc.) representam, 15,9% do total, sendo a segunda fonte de rendimento identificada, de referir que, em valores percentuais, a sua representatividade apresenta, nos dois últimos anos, uma tendência crescente que se tem acentuado. A prestação RSI representava 15,6% dos responsáveis pelo agregado, sendo que 5,1% dos agregados tem como suporte outros rendimentos, não especificados. Por último, o subsídio de desemprego representa a fonte de rendimento para 4,6% das famílias.

A reflexão sobre o tema de investigação a privilegiar no âmbito da presente dissertação de mestrado partiu da seguinte pergunta: “*Será que, entre as famílias sinalizadas à CPCJ de Gondomar, a qualidade do ambiente educativo familiar varia significativamente em função das condições socioeconómicas objetivas das famílias?*”. Procuraremos explicar quer o caminho seguido para tentar responder a esta pergunta, quer os resultados que extraímos da observação empírica efectuada no terceiro capítulo desta dissertação.

CAPITULO I

O AUMENTO DA POBREZA E DAS DESIGUALDADES SOCIAIS: A RELEVÂNCIA DO FENÓMENO PARA INTERPRETAR OS PROBLEMAS EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO

A noção de pobreza é nas ciências sociais particularmente complexa, uma vez que não se limita a uma dimensão monetária, ou, até, material. Entendida como fenómeno de privação de recursos socialmente necessários para assegurar a participação do indivíduo ou da família nos padrões de vida considerados “normais” numa dada sociedade, é, pois, susceptível de incidir sobre o acesso a bens materiais essenciais como a alimentação, o vestuário e a habitação, a serviços como os cuidados de saúde e uma educação de qualidade (a qual remete para os recursos culturais dependentes da educação formal) bem como sobre outras dimensões fundamentais da existência: designadamente os recursos relacionais e simbólicos. Retomaremos este assunto quando analisaremos os processos através dos quais o estatuto socioeconómico condiciona o desenvolvimento cognitivo, emocional e relacional das crianças e jovens.

Num primeiro momento, limitaremos, pois, conscientemente a definição da pobreza infantil à sua dimensão monetária, examinando por exemplo, as taxas de risco de pobreza infantil em Portugal e na Europa, e, de forma um pouco mais ampla, material, recorrendo às informações disponíveis sobre a privação material dos adultos e das crianças.

Este capítulo é estruturado em volta da ideia de que é necessário saber mais sobre a incidência da pobreza infantil actualmente em Portugal e entre as famílias do nosso universo de observação, desde logo porque é a expressividade deste problema/fenómeno social que explica, numa larga parte, o nosso interesse em aprofundar a compreensão das relações entre diversas manifestações de vulnerabilidade económica (tais como, o desemprego, o emprego precário e pouco ou nada qualificado e a dependência das transferências sociais) e o ambiente educativo familiar, sabendo que deste dependem, embora não exclusivamente, as oportunidades de desenvolvimento das crianças e jovens.

1. Medir a pobreza monetária

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC), realizado em 2015 junto de uma amostra representativa de famílias residentes em Portugal, incide, como é sabido, sobre os rendimentos do ano anterior. Nesta base, ficamos a saber que 19,5% da população portuguesa foi considerada em risco de pobreza monetária em 2014, quando os rendimentos incluem as transferências sociais. De acordo com o inquérito precedentemente referenciado, sabe-se que a taxa de risco de pobreza correspondia à proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos anuais por adulto equivalente inferior a 60% da mediana de rendimento nacional. Em 2014, o valor do limiar de pobreza monetária assim calculado equivalia a 5059 euros anuais para um adulto vivendo só, ou seja, por arredondamento 422 euros por mês. Partindo desta medida, interessa, desde já, registar alguns dos valores que assume o limiar de pobreza para agregados familiares. No caso de uma família composta por dois adultos e uma criança (isto é, todo o menor com idade compreendida entre 0 e 18 anos), o valor do limiar de pobreza, na mesma data, era de 759,6€ mensais. Para uma família monoparental de um adulto com duas crianças, o limiar de pobreza situava-se em 675,2€. A apresentação destes valores afigura-se-nos como particularmente importante pois permitem-nos afirmar que a incidência da pobreza, avaliada pelos institutos europeus de estatísticas, é seguramente superior à oficialmente registada. Com efeito, podemos concluir do quadro nº1 a seguir apresentado que o valor do limiar de pobreza calculada em função da escala de adulto equivalente para as crianças dos 0 aos 18 anos, ou seja, 126,6€, permite apenas assegurar o custo da dieta alimentar até 5 anos.

Quadro nº 1- Custo da dieta alimentar para crianças segundo o grupo etário – 2015²

Idade	0-1 Anos	1-3 Anos	3-5 Anos	6-10 Anos	Mais de 10 anos
Custo	80,15 €	107,55 €	120,90 €	131,69 €	154,43 €

Fonte: Qualificar para Incluir-Protocolos de implementação do RSI

A observação dos resultados do inquérito SILC permite constatar que a incidência do “risco de pobreza” varia significativamente em função da idade dos indivíduos: assim,

² Os cálculos apresentados nos quadros foram efectuado na base dos componentes de dietas alimentares equilibradas em matéria de nutrientes para cada grupo etário e de preços médios estabelecidos em Janeiro de 2015 a partir de uma recolha junto de diversos estabelecimentos comerciais.

em 2014, a taxa de risco de pobreza afectava 24,8% dos menores de 18 anos, enquanto se situava nos 18,8% entre os adultos em idade ativa (18-64 anos) e nos 17,1% relativamente aos idosos (indivíduos com 65 anos e mais). Um olhar retrospectivo sobre a evolução da *taxa de risco de pobreza por grupo etário* permite tirar várias conclusões elucidativas relativamente a incidência da pobreza infantil em Portugal. Desde 2003, a taxa de pobreza infantil foi sempre superior à taxa total de risco de pobreza, como se pode verificar no quadro nº 2 a seguir reproduzido. É nos dois últimos anos (2013 e 2014) que a taxa de risco de pobreza infantil registou os valores mais elevados: respetivamente, 25,6% e 24,8% dos menores. Até 2006 incluído, o grupo etário mais afetado pelo risco de pobreza monetária era o dos idosos, mas, após esta data, o grupo mais penalizado passou a ser o dos menores de 18 anos. Note-se, ainda, que entre 2003 e 2005, a taxa de risco de pobreza dos menores teve tendência a diminuir, mas que esta evolução foi interrompida a partir de 2006. A referida taxa permaneceu, ao longo dos anos seguintes, sempre superior aos 20,9% registados em 2006, apresentando uma clara tendência para aumentar a partir de 2012. É, alias, a partir desta mesma data que a distância entre o risco de pobreza dos menores e o da população em geral passa a ser a mais acentuada: 5,7% em 2012, 6,1 e 5,7% nos dois anos seguintes.

Quadro nº 2 - Taxa de risco de pobreza após transferências sociais por grupo etário (2003-2014), em Portugal

Taxa de risco de pobreza após transferências sociais por grupo etário					
ANOS	Total	Diferença entre taxa total e taxa dos <18	<18 anos	18-64 anos	65 ou mais anos
2003	20,4	4,2	24,6	17,0	28,9
2004	19,4	4,3	23,7	15,9	27,6
2005	18,5	2,3	20,8	15,7	26,1
2006	18,1	2,8	20,9	15,2	25,5
2007	18,5	4,3	22,8	16,3	22,3
2008	17,9	5,0	22,9	15,8	20,1
2009	17,9	4,5	22,4	15,7	21,0
2010	18,0	4,4	22,4	16,2	20,0
2011	17,9	3,9	21,8	16,9	17,4
2012	18,7	5,7	24,4	18,4	14,6
2013	19,5	6,1	25,6	19,1	15,1
2014	19,5	5,3	24,8	18,8	17,1

Fonte: PORDATA

A dimensão do problema/fenómeno é maior quando se tem em consideração a *linha de pobreza ancorada no tempo* (2009), isto é, a actualização da linha de pobreza em função da evolução dos preços aos consumidores (ou inflação) desde 2009. Em função deste método de cálculo, o risco de pobreza infantil é sempre superior, atingindo em 2013 31,1% dos menores e 28,3% em 2014 (ver quadro nº 3).

Quadro nº 3 - Linha de pobreza ancorada em 2009 e taxa de risco de pobreza (%), Portugal

ANOS	Taxa de risco de pobreza				
	Total	Diferença entre taxa total e taxa dos <18	<18 anos	18-64 anos	65 ou mais anos
2009	17,9	4,5	22,4	15,7	21,0
2010	19,6	4,3	23,9	17,7	21,6
2011	21,3	4,8	26,1	20,3	19,8
2012	24,7	6,2	30,9	23,7	22,4
2013	25,9	5,2	31,1	24,6	25,5
2014	24,2	4,1	28,3	23,1	24,0

Fonte: INE-EU-SILC

Comparando agora o impacto da *pobreza em função do género*, interessa concluir que, em 2014, o fenómeno afeta mais as mulheres do que os homens (20,1% das mulheres em risco de pobreza contra 18,8% dos homens), o que, por sua vez é suscetível de se repercutir negativamente nas famílias monoparentais, já que estas são maioritariamente femininas.

As informações estatísticas permitem-nos ainda realçar que são precisamente certas famílias com crianças que constituem as categorias mais vulneráveis à pobreza monetária. Mais concretamente, em 2014, à semelhança do que ocorre desde 2003, as *famílias constituídas por dois adultos e três ou mais crianças* são as famílias mais vulneráveis à pobreza monetária: 37,7% destas famílias encontravam-se em situação de pobreza monetária, uma taxa que ultrapassa significativamente a do total dos agregados familiares com crianças dependentes na mesma data: 22,2%. Um outro tipo de grupo doméstico particularmente vulnerável a pobreza desde 2003 é o que é constituído por *um adulto e pelo menos uma criança dependente* (famílias monoparentais). Em 2014, 34,6% destas famílias apresentavam rendimentos inferiores ao limiar de pobreza (após transferências sociais). Finalmente, em 2014, regista-se ainda uma forte incidência da pobreza monetária entre os “outros agregados com crianças dependentes” (ou famílias alargadas, uma vez que são constituídas por *3 ou mais adultos e crianças dependentes*): a taxa de risco

pobreza igualmente ultrapassa a taxa média do conjunto dos agregados domésticos com crianças: 26,3%.

Interessa ainda reter que as famílias com crianças dependentes enfrentam um risco de pobreza superior ao das famílias sem crianças dependentes: em 2014, 22,2% das primeiras encontravam-se em risco de pobreza monetária contra 16,7% para as segundas. Trata-se de uma regularidade observável, com algumas oscilações, desde 2003, como se pode observar a partir das informações contidas no quadro nº 4.

Quadro nº4- Taxa de risco de pobreza por tipo de agregado doméstico com crianças dependentes (2003-2014), em Portugal

ANOS	Taxa de risco de pobreza por tipo de agregado doméstico com crianças dependentes							
	Total	Total agregados sem crianças	Total agregados com crianças	Um adulto e pelo menos uma criança dependente	Dois adultos e uma criança dependente	Dois adultos e duas crianças dependente	Dois adultos e três os mais crianças dependentes	Outros agregados com crianças dependentes
2003	20,4	20,0	20,6	34,8	12,8	24,0	41,0	17,5
2004	19,4	18,5	20,0	31,5	14,7	23,9	42,0	14,9
2005	18,5	18,9	18,1	41,2	12,1	18,6	37,8	15,8
2006	18,1	18,7	17,7	33,6	12,2	17,0	43,3	16,3
2007	18,5	16,1	20,4	38,9	16,7	20,6	31,9	18,0
2008	17,9	15,4	19,9	37,0	13,4	19,4	36,1	20,1
2009	17,9	16,5	19,1	37,0	12,6	17,1	33,2	20,7
2010	18,0	15,8	20,1	27,9	15,6	19,8	34,5	19,5
2011	17,9	15,2	20,5	30,7	16,2	17,0	41,2	22,5
2012	18,7	15,0	22,2	33,1	16,0	19,9	40,4	23,8
2013	19,5	15,8	23,0	38,4	15,4	18,0	38,4	28,8
2014	19,5	16,7	22,2	34,6	13,7	20,5	37,7	26,3

Fonte: PORDATA

Procurando agora situar a incidência da pobreza monetária infantil em Portugal por comparação com a que se verifica no quadro da União Europeia, importa, desde já, assinalar que, em 2005, havia 97,5 milhões de crianças entre os 0-17 anos na Europa dos 27 que se encontravam em risco de pobreza, o que equivale a 20,1% do total deste grupo etário. Note-se que, nesta mesma data, a taxa de pobreza monetária infantil era, em Portugal, de 20,8%.

As informações recolhidas ao nível europeu por Eurostat sobre os rendimentos auferidos em 2013³ permitem-nos concluir que a vulnerabilidade à pobreza monetária das crianças portuguesas é particularmente acentuada.

³ O ano mais recente dos dados disponibilizados por Eurostat para proceder à comparação.

Começando por apreciar a *proporção da população portuguesa com idades inferiores a 18 anos* em risco de pobreza monetária, em 2013, verifica-se, com efeito, que esta era superior à taxa média registada para a UE-27: 25,6% contra 21,1%. Além disto, Portugal era o 4º país com taxa de pobreza monetária infantil mais elevada, após a Roménia (39,4%), a Bulgária (31,7%), a Espanha (30,5%)⁴. Acresce ainda que a *taxa de pobreza ancorada no tempo (2005)* deste mesmo grupo etário era, na data acima referida, de 26,7% em Portugal contra 18,4% para a UE-28.

A *taxa de pobreza monetária no conjunto das famílias monoparentais* em Portugal era também superior à taxa média calculada para a UE-28: 38,4% contra 32,5%, sendo que Portugal era o 7º país com taxa mais elevada⁵. No que respeita às *famílias numerosas (2 adultos com 3 e mais crianças)*, a distância entre a taxa média dos países da UE-28 e a taxa portuguesa era ainda mais acentuada: 26,9% para UE-28 contra 38,4% para Portugal que era o 6º país com taxa mais elevada do que a média europeia⁶. Finalmente, a comparação entre as *taxas de pobreza monetária no seio das famílias alargadas* acaba por confirmar a forte vulnerabilidade económica das crianças integradas neste tipo de grupo doméstico em Portugal. Com efeito, a taxa portuguesa era de 28,8% contra 22,4% para o conjunto da UE-28, sendo Portugal o 4º país com taxa acima do valor médio europeu⁷.

As informações relativas aos rendimentos de que usufruem as 12 famílias do nosso universo de observação (quadro nº 5) permitem, desde já, concluir que nem todas as famílias sinalizadas à CPCJ se encontram numa situação de pobreza monetária.

Com efeito, destas 12 famílias, 7 dispõem de rendimentos inferiores ao limiar de pobreza por adulto equivalente (famílias 1,2,3,4,6,7 e 11), enquanto as 5 restantes (famílias 5,8,9,10 e 12) contam com rendimentos que, teoricamente, as protegem deste risco. Todavia, se considerarmos a taxa de intensidade da pobreza, chegamos à conclusão de que são 8 as famílias que se encontram em situação de pobreza monetária, uma vez que para uma destas 5 famílias a diferença entre o rendimento total

⁴ Considerando os rendimentos de 2013, 12 países apresentavam taxas de pobreza monetária infantil superior à taxa média da EU-27. Por ordem decrescente da referida taxa, estes 12 países eram: Roménia, Bulgária, Espanha, Portugal, Grécia (25,5%), Luxemburgo (25,4%), Itália (25,1%), Hungria (25%), Letónia (24,3%), Malta (24,1%), Lituânia (23,5%), Polónia (22,3%).

⁵ Malta era então o país com a taxa mais elevada – 46,3% – seguido por: Lituânia (46%), Luxemburgo (44,6%), Bulgária (42,9%), Espanha (42%), Letónia (41,1%). 15 países apresentavam taxas superiores à média europeia, entre os quais a Itália, a Bélgica, a França, a Irlanda, a Suécia e a Áustria.

⁶ Após: Bulgária (78,9%), Roménia (73,1%), Malta (44,4%), Espanha (44,1%), Lituânia (39,8%). Eram 15 os países que em 2013 apresentavam taxa de pobreza monetária neste tipo de família, superiores à média da UE-28.

⁷ A seguir a: Grécia (32%), Roménia (31,8%), Espanha (30,7%). Eram 7 em 2013 os países europeus com taxa superior à média.

da família e o limiar de pobreza é apenas de 1,28€. Para as 7 famílias confrontadas com a pobreza monetária, a taxa de intensidade da pobreza oscila entre um mínimo de 4,58% e um máximo de 62,18%. Quanto às 4 famílias que auferem rendimentos superiores ao limiar de pobreza por adulto equivalente, constatamos que os seus recursos monetários são superiores ao referido limiar em proporções que variam entre 33,2% e 107,65%, no caso mais favorável.

Se, em vez do rendimento líquido, tomarmos como referência as capitações destas mesmas famílias, poderemos constatar que todas as famílias em situação de pobreza monetária têm capitações inferiores a 100€/mês, à excepção, todavia, da família 3 por 2 motivos: o encargo com a renda é muito baixo (5,58€) e, temporariamente, pelo facto de a filha mais velha estar grávida e usufruir do abono pré-natal. Por sua vez, as famílias com rendimentos superiores ao limiar de pobreza por adulto equivalente apresentam capitações superiores a 100€/mês, oscilando entre 122,75€ e 200,63€.

Quadro nº 5 – Rendimentos líquidos dos agregados familiares e respectiva taxa de intensidade da pobreza segundo a composição do agregado familiar

Nº de registo da família	Tipologia de família	Rendimentos da família	Limiar de Pobreza	Total de despesas Fixas	Capitação	Intensidade de Pobreza
1	Monoparental com 1 criança	506,19 €	530,40 €	474,00 €	16,09€	4,56 %
4	Monoparental com 5 crianças	963,00 €	1.020 €	414,00 €	91,50€	5,59 %
10	Monoparental com 1 criança	706,49 €	530,4 €	461,00 €	122,75€	-33,20 %
9	Nuclear com 1 criança	1.525,00 €	734,4 €	930,00 €	198,33€	-107,65 %
3	Nuclear com 2 crianças	663,14 €	979,20 €	100,58 €	112,51€	32,28 %
11	Nuclear com 3 crianças	305,00 €	775,2 €	309,00 €	-1€	60,66 %
6	Nuclear com 4 crianças	749,00 €	1.101,6 €	370,00 €	63,16€	32,01 %
12	Alargada com 1 criança	1.094,75 €	734,4 €	525,00 €	179,03€	-49,03 %
5	Alargada com 2 crianças	1.062,08 €	1.060,8 €	390,00 €	134,42€	-0,12 %
7	Alargada com 3 crianças	1.037,95 €	1.387,2 €	483,00 €	79,28€	25,18 %
8	Recomposta com 2 crianças	1.427,50 €	856,8 €	625,00 €	200,63€	- 66,61 %
2	Recomposta com 2 crianças	324,00 €	856,8 €	114,00 €	52,50€	62,18 %

Procurando agora relacionar a pobreza monetária com a composição dos agregados familiares, verificamos que duas das três famílias monoparentais confrontam-se com a pobreza monetária (famílias 1 e 4). Se conjugarmos esta informação com a do quadro nº 6, relativo à origem dos rendimentos monetários, interessa realçar que são famílias cujos rendimentos dependem essencialmente da medida do Rendimento Social de Inserção combinada com o abono de família e, num caso, com a pensão de alimento paga pelo pai das crianças. A família monoparental que não se encontra na pobreza monetária (família 10) apenas conta uma criança e detêm rendimentos provenientes do trabalho dependente.

Das 4 famílias nucleares com crianças, somente a família que tem um filho auferir rendimentos monetários claramente superiores ao limiar de pobreza (família 9) que provêm, por um lado, do trabalho assalariado da mãe e, por outro, da pensão de reforma do pai. Apesar de não serem todas famílias numerosas, as restantes (famílias 3, 11 e 6) têm rendimentos significativamente afastados (para baixo) do limiar de pobreza, com destaque para a família nuclear com 3 crianças. Duas delas (famílias 3 e 6) são dependentes do Rendimento Social de Inserção, sendo que a terceira (família 11) se encontrava, na altura, à espera da atribuição desta prestação financeira, dependendo da assistência monetária (200€) e em géneros alimentares, vestuário e alguns equipamentos para o alojamento proporcionada por instituição particular de solidariedade social. Para estas três famílias, o único complemento de rendimento é o abono de família.

São 3 as famílias alargadas que constam do nosso universo de observação (famílias 12, 5, 7). Duas delas podem ser consideradas em situação de pobreza monetária (famílias 5 e 7) e são precisamente aquelas que têm, respectivamente, 2 e 3 menores a cargo. A família 5 depende exclusivamente das pensões de velhice dos avós que assumiram a responsabilidade parental, enquanto a família 7 conta com rendimentos provenientes do trabalho dependente da mãe completado por uma pensão de sobrevivência (por viuvez) e da pensão de velhice do avô. Por sua vez, a família 12 acumula os rendimentos do trabalho independente da mãe com a pensão de velhice da avó. O facto de ser composta apenas por 2 adultos (mãe e avó) e 1 criança contribui para que o seu nível de privação monetária seja bem menor.

A condição monetária das 2 famílias recompostas (famílias 2 e 8) é bem contrastada: embora tenham a mesma constituição (2 adultos e 2 crianças), a primeira (família 2) confronta-se com uma grande precariedade laboral, já que o rendimento do trabalho da mãe é mínimo e a família se encontrava à espera da atribuição do rendimento social de inserção, enquanto a segunda tem rendimentos provenientes do trabalho dependente da mãe e do trabalho independente do pai.

Quadro nº 6 - Origem dos recursos monetários dos agregados familiares

Origem dos rendimentos Nº de registo da família	RSI	Trabalho Dependente	Trabalho Independente	Subsídio de desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Pensão de viuvez	Pensão de velhice	Pensão de Alimentos	Abono de família
1	171€	-	-	-	-	-	-	300€	35,10€
2	-	240€	-	-	-	-	-	-	84€
3	452€	-	-	-	-	-	-	-	211,14€
4	445€	-	-	-	-	-	-	250€	268€
5	-	-	-	-	-	-	1.200€	-	84€
6	481,01€	-	-	-	-	-	-	-	140€
7	-	500€	-	-	-	200€	250€	175€	119€
8	-	800€	1.200€	-	-	-	-	-	58€
9	-	600€	-	-	-	-	890€	-	35,10€
10	-	740€	-	-	-	-	-	-	42€
11	-	-	-	-	-	-	-	-	105€
12	-	505€	-	-	-	-	600€	-	35,10€

Do quadro acima reproduzido, conclui-se ainda que 6 famílias têm rendimentos provenientes do trabalho (dependente e independente), sendo que num caso (família 2) estes rendimentos são tão baixos que justificaram a requisição do Rendimento Social de Inserção (RSI), 5 dependem

exclusivamente desta prestação financeira para assegurar a sua sobrevivência (atribuída em 4 casos e em curso de atribuição no 5º/família 11) e 1 (família 5) faz face às suas necessidades económicas graças à pensão de velhice dos avós.

2. A privação material

Dada a complexidade e multidimensionalidade da pobreza, a sua medição apenas em função dos rendimentos de que indivíduos e famílias dispõem numa determinada data revela-se insuficiente para quem pretende entender como as condições materiais de vida podem comprometer o contexto e as práticas educativas e, por esta via, as oportunidades de desenvolvimento dos membros das mais jovens gerações. Eis o motivo porque numerosos investigadores (como por exemplo: Bauman, 1998; Gundersen, 1996; Jencks & Torrey, 1988; Mayer & Jencks, 1989) procuraram alternativas em matéria de medição da pobreza, sendo que uma delas remete para a noção de “privação material” e sua operacionalização. Estes autores definem a privação material como o consumo de bens e serviços que constam dos padrões médios de vida, tais como a alimentação, o alojamento, o vestuário, os equipamentos domésticos e os cuidados de saúde por exemplo. A medição da pobreza por esta via da privação material tem a vantagem de não se referir apenas aos rendimentos, privilegiando, antes, o acesso efectivo a uma pluralidade de bens reconhecidos como indispensáveis no contexto das sociedades em que vivemos, e de permitir apreciar a eficácia das medidas de suporte aos indivíduos e famílias afectados pela pobreza. Como refere Sondra G. Beverly (2001)⁸, na linha de outros investigadores americanos da pobreza, as condições de vida são moldadas por muito mais do que o rendimento disponível numa determinada data. A título de exemplos que apoiam esta linha de raciocínio, famílias que têm o mesmo rácio de rendimento por referência às necessidades (isto é, o mesmo rendimento familiar anual dividido pelo limiar oficial de pobreza deste tipo de família) podem ter padrões de vida diferentes por diversos motivos. Com efeito, famílias com níveis baixos de rendimento num dado momento de inquirição podem ter acumulado anteriormente poupanças que utilizam na aquisição de bens e serviços de tal modo que a perda de rendimento, ao longo do ano de referência, não tem impacto em termos de privação material. Outro exemplo em que a pobreza monetária não coincide forçosamente com a privação material é o de famílias que têm a possibilidade

⁸ In “Measures of Material Hardship: Rationale and Recommendations”, *Journal of Poverty*, vol. 5(1), 2001.

de recorrer a ajudas financeiras externas (por via do crédito ao consumo ou da sua rede relacional) para financiar bens e serviços de consumo actual ou que têm acesso ao consumo gratuito de bens públicos (no campo da educação ou da saúde) ou ainda que, graças à sua rede relacional, usufruem de donativos em bens e/ou de suporte financeiro. Opostamente, famílias com rendimentos baixos apesar de superiores ao limiar de pobreza monetária podem encontrar-se em situação de privação material porque dívidas anteriormente contraídas ou custos elevados do alojamento acabam por impedi-las de continuar a aceder a bens e serviços tidos como essenciais na sociedade em que vivem.

É por estas e por outras razões que Sen (1979) e Ringen (1979; 1988) realçaram que existem pelo menos duas concepções da pobreza económica: as medidas “direta” da pobreza – que incluem as medidas de privação material – definem os pobres como “aqueles cujo consumo actual não se adequa às normas convencionais relativamente às necessidades mínimas”, enquanto as medidas baseadas no rendimento ou medidas “indiretas” definem como pobres aqueles que não têm a capacidade (isto é, os rendimentos) para responder a estas necessidades no quadro dos padrões típicos da comunidade em que vivem (Sen, 1979 *cit.in* Sondra G. Beverly, 2001). Apesar de existir um consenso generalizado, nos Estados- Unidos como na Europa, para considerar que os dois tipos de medição são complementares, existem divergências no que toca ao modo de medir concretamente a privação material, ou seja, a privação de acesso a bens que são indispensáveis para que os indivíduos possam desenvolver atividades, exercitar as suas capacidades e serem produtivos num sentido lato⁹. Assim, o caminho oficialmente

⁹ A privação material é considerada por vários investigadores americanos (ver por e.g. Mayer, 1993; Mayer & Jencks, 1989) como um indicador do bem-estar económico fundado no consumo. É designado para captar perdas de consumo susceptíveis de ameaçar a saúde e o bem-estar, tais como ficar sem acesso à alimentação, ao alojamento ou a cuidados médicos necessários. As medidas de privação material podem fornecer uma perspectiva sobre o que significa ser pobre (Federman et al. 1996). Certos investigadores (por e.g. Mayer and Jencks 1989; Rector, Johnson, and Youssef 1999; Heflin, Sandberg, and Rafail 2009) sugerem que a avaliação da pobreza passa mais por compreender se as famílias podem satisfazer as suas necessidades do que se as famílias dispõem de um determinado nível de rendimento. Bruce Meyer and James Sullivan (2003) mostraram também que os pobres em termos de rendimento não são necessariamente os mesmos que são pobres em termos de consumo. Desta forma, consideram que há cinco domínios a ter em atenção na medição da privação material (**privação alimentar, incapacidade de pagar facturas, insegurança habitacional, privação de cuidados médicos e equipamentos desligados**). Esta abordagem assenta fundamentalmente no reconhecimento da pobreza como fenómeno claramente multidimensional e sobre a necessidade de desenvolver medidas que reflectam os actuais padrões de consumo ou de condições de vida. Tais medidas são simultaneamente normativas e instrumentais, uma vez que permitem verificar se as políticas implementadas permitem efectivamente garantir que indivíduos e famílias tenham acesso a níveis e padrões de vida considerados legítimos para todos os cidadãos. Tal não significa que não se deva também reconhecer as fraquezas das medidas de privação, sobretudo no seu actual estado de desenvolvimento. Não existe consenso a cerca da definição da privação material. Prova disto é que nos Estados Unidos e na Europa recorre-se a inquéritos distintos para apreciar este fenómeno. Outra limitação é que as medidas mais utilizadas permitem avaliar um nível global de privação sem integrar plenamente o facto de as

seguido pelas instituições públicas americanas difere relativamente ao que os países da EU decidiram pôr em prática no quadro dos inquéritos SILC.

No quadro da UE, a noção de privação material foi operacionalizada com o recurso a nove itens que foram considerados representativos das necessidades económicas e de bens duráveis das famílias residentes em todos os países: 1) A capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); 2) A capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; 3) A capacidade para pagar sem atraso, motivado por dificuldades económicas, as rendas, as prestações de crédito e as despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; 4) A capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; 5) A capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida; 6) A disponibilidade de máquina de lavar; 7) A disponibilidade de televisão a cores; 8) A disponibilidade de telefone fixo ou telemóvel; 9) A disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto). As famílias são consideradas em privação material quando estão impossibilitadas de acesso a pelo menos três dos nove itens, independentemente de quais são. A privação de 4 ou mais itens delimita a privação material severa.

Começando por situar a incidência da privação material em Portugal, a observação dos últimos dados estatísticos, disponíveis no período entre 2009 e 2013, pela Eurostat, permitem constatar que a incidência da privação material varia significativamente em *função da idade* dos indivíduos: assim, em 2013, a taxa de privação material afetava 27,4% dos menores de 18 anos, enquanto se situava nos 25,3% entre os indivíduos em idade ativa (18-64 anos) e nos 25,2% relativamente aos idosos (pessoas com 65 ou mais anos). Numa visão retrospectiva acerca da evolução da taxa de privação material por grupo etário, entre 2009 e 2013, podemos verificar que, desde 2009, a maior incidência da

famílias poderem afectar diferentemente os recursos de que dispõem (a título de exemplo, algumas famílias podem geri-los de maneira a garantir a alimentação, deixando de pagar facturas, enquanto outras sacrificarão a alimentação para não entrar em incumprimento no pagamento de facturas. Também não integram o facto de os domínios em que as privações se registam poderem variar em função da duração da privação monetária: investigadores americanos construíram hipóteses acerca da incidência diferenciada do desemprego, em função da sua duração, sobre a privação alimentar e a privação em matéria de alojamento (Ver por exemplo N. Pilkauskas, J. Currie, I. Garfintel, 2012).

privação material regista-se entre os menores de 18 anos, como se pode verificar no quadro nº 7 a seguir reproduzido.

Quadro nº 7 - Privação Material falta de 3 itens, 2009-13 por faixa etária em Portugal e na União Europeia

Anos	Taxa de privação material: total e por grupo etário							
	Total		0 – 17		18 – 64		65+	
	União Europeia	Portugal	União Europeia	Portugal	União Europeia	Portugal	União Europeia	Portugal
2009	17,9	22,5	21,0	27,5	17,9	20,5	14,3	24,4
2010	18,5	20,9	21,1	25,2	18,6	19,5	15,4	21,3
2011	19,8	21,8	22,9	24,4	19,9	21,2	16,0	21,7
2012	19,5	25,5	22,3	29,3	20,0	25,2	14,9	23,1
2013	18,5	25,7	21,1	27,4	19,0	25,3	14,2	25,2

Fonte: Eurostat

É no ano 2012, como se pode apurar relativamente a Portugal, que a taxa de privação material junto dos jovens (0-17 anos) registou o valor mais elevado: 29,3% dos jovens. Denota-se ainda que, entre 2010 e 2011, a taxa de privação material dos menores teve tendência a diminuir, contudo, essa evolução foi cessada em 2012 e o valor registado em 2013 é praticamente igual ao de 2009.

No nosso próprio trabalho de observação, procuramos situar a incidência da privação material e da privação material severa junto das crianças e jovens das 12 famílias do nosso universo de observação (ver quadro nº 8 reproduzido abaixo), recorrendo aos 17 itens que constaram do módulo específico do inquérito SILC-2009 sobre a privação material na infância. Conclui-se que no universo de 27 menores (pertencentes aos 12 agregados em causa na nossa observação), são 5 os que se confrontam com um número reduzido de privações: as crianças da família 5 (2) e da família 8 (2) sofrem uma única privação, a que é relativa ao usufruto de uma semana de férias fora de casa por ano, enquanto a da família 12 se vê privada não somente da semana de férias mas, também, da participação em viagens e actividades escolares não gratuitas e da possibilidade de convidar amigos para brincar e comer na sua casa de tempos-a-tempos. Considerando agora as famílias atingidas por fortíssimas privações, constatamos que são 5 as que se deparam com mais de 10 das 17 privações enunciadas no inquérito. As 3 crianças da família 7 são atingidas por 11 privações; a criança da família 1 por 13; as 2 crianças da família 2 por 14; as 4 crianças da família 6 por 15 e as 3 crianças da família 11 pelas 17 consideradas no inquérito, ou seja, 13 dos 27 menores do universo em estudo. Nas 4 famílias restantes, com um total de 9 menores, o número de privações sofridas pelos menores oscila entre 6 e 9. Estas crianças são todas privadas da semana de férias fora de casa, da participação em actividades escolares não gratuitas, da possibilidade de adquirir alguma roupa nova bem como de 2 pares de sapatos de tamanho adequado em cada estação. Importa todavia referir que os 3 menores de pelo menos 2 famílias (5 e 9) viriam a sua situação de privação agravada se não tivessem as refeições asseguradas gratuitamente pelo estabelecimento de ensino que frequentam.

Quadro nº 8 - Privação material relativamente às crianças - SILC

Privação material relativamente às crianças	FM/1	FM/5	FM/1	FN/1	FN/2	FN/3	FN/4	FA/1	FA/2	FA/3	FR/2	FR/2	Nº de famílias
	1	4	10	9	3	11	6	12	5	7	8	2	
Têm algumas roupas novas em substituição da roupa usada (...)	X	X	X	X	X	X	X	-	-	-	-	X	8
Têm dois pares de sapatos de tamanho adequado (...)	X	X	X	X	X	X	X	-	-	-	-	X	8
Comem frutos e legumes frescos ou congelados (...) pelo menos uma vez por dia?	X	-	-	-	X	X	X	-	-	X	-	X	6
Fazem pelo menos três refeições por dia**	X	X	-	-	X	X	X	-	-	X	-	X	7
Fazem pelo menos uma refeição de carne, peixe ou equivalente vegetariano por dia	X	X	-	-	X	X	X	-	-	X	-	X	7
Têm livros em casa adequados à sua idade (...)	X	-	X	X	-	X	X	-	-	X	-	X	7
Têm equipamento de lazer ao ar livre (...)	X	-	X	X	-	X	X	-	-	X	-	X	7
Têm jogos dentro de casa adequados para sua idade (...)	-	-	X	X	-	X	X	-	-	X	-	X	6
Têm um lugar adequado para fazer os trabalhos de casa (...)	X	-	-	-	-	X	X	-	-	X	-	X	5
Consultam um dentista quando necessário	-	-	-	-	-	X	X	-	-	-	-	-	2
Consultam um médico de clínica geral quando necessário	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	1
Participam em atividades de lazer regulares (...)	X	-	X	X	-	X	X	-	-	X	-	X	7
Têm celebrações em ocasiões especiais (...)	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X	2
Convidam amigos para brincar e comer de tempos-a-tempos	X	-	-	X	X	X	X	X	-	-	-	X	7
Participam nas viagens e atividades escolares não-gratuitas?	X	X	X	X	X	X	X	X	-	X	-	X	10
Têm espaço no bairro ao ar livre para brincar em segurança	X	-	-	-	-	X	X	-	-	X	-	-	4
Passaram férias, fora de casa, pelo menos uma semana por ano	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Nº de privações	13	6	8	9	8	17	15	3	1	11	1	14	

** Estão asseguradas graças a almoçarem na escola aos dias da semana de forma gratuita

■ 10 ou mais indicadores de privação material infantil

■ 6 a 9 indicadores de privação material infantil

■ até 3 indicadores de privação material infantil

A observação do comportamento dos itens de privação material que indiciam a impossibilidade de os adultos disporem dos meios que permitem a um adulto tratar de si próprio e, deste modo, ter o mínimo de equilíbrio e auto-estima necessários para investir na educação das crianças, constatamos, uma vez mais, que a grande maioria dos encarregados de educação dos menores sinalizados na CPCJ são afectados por fortes privações. Somente os adultos das famílias 5 e 8 (responsáveis por 4 menores) têm a oportunidade de cuidar do seu próprio bem-estar, isto é, na apresentação de si (possibilidade de comprar vestuário e calçado novos), na sua vida relacional e no seu auto-desenvolvimento (dispor de uma pequena quantidade de dinheiro em cada semana, poder encontrar-se com amigos/familiares para bebida ou refeição uma vez por mês e de ter actividades de lazer regulares). Os adultos da família 12 conseguem dispor de algum vestuário novo e de 2 pares de calçado apropriado à estação mas são lhes vedados os 3 outros itens acima referidos. Os da família 7 não dispõem semanalmente de uma quantidade de dinheiro para si nem se podem encontrar pelo menos 1 vez por mês com amigos ou familiares. Relativamente a todos os restantes adultos (famílias 1,2, 3, 6, 9, 10, 11 com 5 privações e família 4 com 4).

Quadro nº 9- Privação material relativamente aos adultos dos agregados familiares - SILC

Privação material relativamente aos adultos	FM/1	FM/5	FM/1	FN/1	FN/2	FN/3	FN/4	FA/1	FA/2	FA/3	FR/2	FR/2	Nº de famílias
	1	4	10	9	3	11	6	12	5	7	8	2	
Tem possibilidade de substituir roupas gastas por roupas novas (...)	X	X	X	X	X	X	X	-	-	-	-	X	8
Dispõe de dois pares de sapatos de tamanho adequado (...)	X	X	X	X	X	X	X	-	-	-	-	X	8
Gasta uma pequena quantidade de dinheiro consigo próprio em cada semana (...)	X	X	X	X	X	X	X	X	-	X	-	X	10
Pode encontrar-se com amigos/família para uma bebida/refeição pelo menos uma vez por mês	X	-	X	X	X	X	X	X	-	X	-	X	9
Pode ter actividades de lazer regulares (desporto, cinema, concerto, etc.)	X	X	X	X	X	X	X	X	-	-	-	X	9
Nº de privações	5	4	5	5	5	5	5	3	0	2	0	5	

■ 4 a 5 itens de privação material.

■ 2 a 3 itens de privação material (falta de pelo menos 3 indicadores) relativamente aos adultos dos agregados.

■ Inexistência de privação material.

Procurando agora situar a incidência da privação material em Portugal por referência à UE28, importa, desde já, assinalar que, desde 2009 e de acordo com o Eurostat, o fenómeno foi mais acentuado em Portugal, em todos os grupos etários. 21,1% das crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 17 anos na Europa deparavam-se com

situações de privação material, em 2013, contra 27,4% para os menores portugueses. Ressalva-se ainda que somente nove países pertencentes à UE28 registaram taxas de privação material entre os menores mais elevadas do que a portuguesa: Bulgária (48,2%), Roménia (48,2%), Hungria (47,9%), Grécia (41,9%), Chipre (39,1%), Letónia (34,4%), Croácia (34,0%), Irlanda (28,2%) e Lituânia (28,1%). Portugal era, pois, nessa data, o 10º país europeu com a taxa mais elevada de privação material infantil (ver quadro nº 10 reproduzido a seguir).

Quadro nº 10 - Privação Material falta de 3 itens em menores de 18 anos, 2009-13 por países da UE-28

Privação Material (falta 3 itens)					
ANOS	2009	2010	2011	2012	2013
União Europeia (28)	21,0	21,1	22,9	22,3	21,1
Bélgica	15,5	17,7	17,0	14,6	14,6
Bulgária	58,5	60,4	62,6	59,9	48,4
República Checa	18,9	19,3	19,2	16,4	19,7
Dinamarca	6,7	7,9	8,5	9,5	7,3
Alemanha	12,5	13,2	11,4	12,3	11,9
Estónia	24,6	23,3	21,0	19,5	15,0
Irlanda	22,1	30,0	31,6	29,8	28,2
Grécia	25,3	29,2	34,8	39,9	41,9
Espanha	20,3	15,6	19,4	21,8	21,7
França	15,7	15,9	16,6	14,7	14,3
Croácia	34,2	35,5	38,5	35,5	34,0
Itália	19,6	23,2	28,3	26,4	26,7
Chipre	29,7	33,8	33,4	39,8	39,1
Letónia	49,2	49,2	45,7	41,1	34,4
Lituânia	35,3	32,8	30,6	33,2	28,1
Luxemburgo	5,0	5,3	6,0	7,6	6,5
Hungria	47,4	50,6	51,9	52,8	47,9
Malta	19,2	21,0	23,4	22,0	23,5
Países Baixos	8,3	7,3	6,9	8,2	10,4
Áustria	13,1	13,2	13,6	13,0	13,9
Polónia	29,2	27,7	28,5	26,0	21,9
Portugal	27,5	25,2	24,4	29,2	27,4
Roménia	57,4	55,2	56,8	51,4	48,2
Eslovénia	13,0	14,6	14,1	15,1	14,3
Eslováquia	28,9	23,7	23,9	25,5	24,8
Finlândia	9,1	9,0	9,9	9,3	8,0
Suécia	4,5	5,2	6,0	6,1	4,4
Reino Unido	19,8	20,0	25,5	25,6	22,1

Fonte: Eurostat

Refletindo agora acerca da incidência da privação material severa em Portugal, a observação dos dados estatísticos disponibilizados pela Eurostat permite constatar que a incidência da *privação material severa* varia significativamente em *função da idade* dos indivíduos: assim, em 2014, a taxa de privação material severa afetava 11,0 % dos menores de 18 anos, enquanto se situava nos 9,6 % entre os indivíduos em idade ativa (18-64 anos) e nos 9,9 % relativamente aos idosos (pessoas com 65 ou mais anos). Um olhar retrospectivo sobre a evolução da taxa de privação material severa, entre 2009 e 2014, por grupo etário permite-nos constatar que, desde 2009, a maior incidência da privação material severa regista-se igualmente entre os menores de 18 anos, como se pode verificar no quadro nº 11 a seguir representado.

Quadro nº 11 - Privação Material Severa, 2009-14 por grupos etários em Portugal e na União Europeia-28

Anos	Taxa de privação material severa: total e por grupo etário							
	Total		0 – 17 anos		18 – 64 anos		65 anos e +	
	União Europeia	Portugal	União Europeia	Portugal	União Europeia	Portugal	União Europeia	Portugal
2009	8,4	9,0	9,8	10,8	8,4	8,3	6,7	8,9
2010	8,9	8,3	10,1	11,3	9,0	7,6	7,2	8,4
2011	9,9	8,6	11,8	10,3	10,0	8,2	7,5	8,7
2012	9,6	10,9	11,1	13,9	10,0	10,7	10,2	11,4
2013	8,9	10,6	10,4	12,9	9,3	10,3	9,5	10,8
2014	8,2	9,6	9,7	11,0	8,5	9,6	8,8	9,9

Fonte: Eurostat

É nos anos (2012 e 2013) que a taxa de privação material severa entre a população mais jovem (0-17 anos) registou os valores mais elevados: respetivamente, 13,9% e 12,9% dos menores. Note-se ainda, que entre 2010 e 2011, a taxa de privação material severa dos menores teve tendência a diminuir, mas que esta evolução foi interrompida em 2012.

Comparando a incidência da privação material severa em Portugal e no conjunto da União Europeia com 28 países, verificam-se os mesmos resultados do que no caso da privação material, ou seja, o fenómeno é mais acentuado no nosso país, em todos os grupos etários. Destacando apenas o grupo dos indivíduos com idades entre 0 e 17 anos na Europa, Portugal registava, em 2014, uma taxa de 11,0 % contra 9,7 % para a UE-28. Por outro lado, Portugal era o 10º país europeu, até à data e em falta de dados oficiais em

alguns países pertencentes à UE-28, com a taxa mais elevada de privação material severa infantil (ver quadro nº 12 reproduzido a seguir).

Quadro nº 12 - Privação Material Severa em menores de 18 anos, 2009-14 por países da UE-28

GEO/ANO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
União Europeia (28)	9,8	10,1	11,8	11,1	10,4	9,7
Bélgica	7,7	8,2	8,3	5,5	6,8	7,8
Bulgária	46,5	45,6	46,6	46,3	38,4	37,3
República Checa	8,6	8,0	8,5	7,3	9,7	7,0
Dinamarca	3,1	3,3	3,6	3,9	3,1	X
Alemanha	5,2	5,4	4,8	5,6	5,0	X
Estónia	10,7	9,1	9,2	7,0	5,7	3,9
Irlanda	8,2	10,0	12,4	13,4	10,1	X
Grécia	12,2	16,4	20,9	23,3	23,8	25,7
Espanha	7,4	5,2	7,6	8,3	9,5	9,1
França	7,0	7,0	7,2	5,6	5,7	5,4
Croácia	14,8	14,4	18,1	13,7	13,1	13,4
Itália	8	12,2	16,9	13,7	13,6	12,8
Chipre	12,5	14,8	18,1	18,7	15,6	X
Letónia	30,7	32,4	27,3	25,4	19,9	17,0
Lituânia	20,0	16,7	16,9	18,5	13,7	13,8
Luxemburgo	0,2	1,2	1,7	2,4	1,8	X
Hungria	28,8	30,4	34,1	35,6	31,9	24,9
Malta	7,7	7,7	12,3	11,8	13,9	14,4
Países Baixos	2	2,9	3,3	2,3	3,7	2,6
Áustria	5,6	5,8	5,8	6,4	6,0	4,2
Polónia	14,9	13,2	13,7	11,8	10,2	7,9
Portugal	10,8	11,3	10,3	13,9	12,9	11,0
Roménia	36,7	35,8	37,9	34,1	31,5	31,2
Eslovénia	5,1	5,3	5,9	6	4,9	4,7
Eslováquia	13,5	12,4	11,9	13	12,1	X
Finlândia	2,3	3,2	2,8	1,8	2,0	2,0
Suécia	1,3	1,3	1,4	1,9	1,1	X
Reino Unido	7,3	7,1	12,5	12,3	10,5	9,6

Fonte: Eurostat

Comparando agora o impacto da privação material severa em *função do tipo de agregado familiar* interessa reter que, em 2014 em Portugal, à semelhança do que

verificamos em matéria de pobreza monetária, o problema afete mais as famílias monoparentais e as numerosas, respetivamente: 18,5 % e 16,2% (ver quadro nº 13) quando a referida taxa não vai além dos 9,8% para o conjunto das famílias com crianças.

Quadro nº 13 - Privação Material Severa, 2009-14 % por população e tipo de agregado em Portugal

ANO	Privação Material Severa por tipo de agregados					
	Portugal					
	Total População	Total agregados sem crianças	Total agregados com crianças	Agregados monoparentais	2 adultos com 3 ou mais crianças dependentes	2 ou mais adultos com crianças dependentes
2009	8,9	8,6	9,2	16,5	23,2	8,7
2010	8,3	7,1	9,4	14,8	24,3	9,0
2011	8,6	8,2	9	18,5	10,3	8,3
2012	10,9	9,6	12,2	22,9	32,7	11,3
2013	10,6	9,9	11,3	17,9	22,6	10,8
2014	9,6	9,4	9,8	18,5	16,2	9,0

Fonte: Eurostat

Retomando, uma vez mais, a comparação com as média europeias para a UE-28 (ver quadro nº 14), constata-se que a situação portuguesa assemelha-se à europeia no que respeita às famílias monoparentais que, neste contexto, são as vulneráveis à privação material do que todas as restantes (17,3 % contra 9,1% para o conjunto das famílias com crianças). Diferencia-se, contudo, relativamente às famílias numerosas que, em Portugal, se encontram bem mais vulneráveis à privação material do que em média na UE (16,2 % para Portugal em 2014 % contra 10,9% para a UE).

Quadro nº 14 - Privação Material Severa, 2009-14 por população e tipo de agregado na UE-28 (%)

ANO	Privação Material Severa por tipo de agregados					
	União Europeia-28					
	Total População	Total agregados sem crianças	Total agregados com crianças	Agregados monoparentais	2 adultos com 3 ou mais crianças dependentes	2 ou mais adultos com crianças dependentes
2009	8,4	7,4	9,4	17,1	11,2	8,7
2010	8,9	8,0	9,7	18,4	11,1	8,9
2011	9,9	8,7	11,1	21,4	11,9	10,1
2012	9,6	8,6	10,6	20,5	11,2	9,6
2013	8,9	8,1	9,8	19,1	11,4	8,8
2014	8,2	7,63	9,1	17,3	10,9	8,3

Fonte: Eurostat

Voltando à observação das 12 famílias do nosso universo de observação cuja situação acompanhamos no âmbito de uma Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, os resultados dos inquéritos que procuravam apreciar as suas condições de vida em função dos critérios de privação material retidos no inquérito SILC mostram claramente que a incidência da privação material é bem maior do que a da pobreza monetária (ver quadro nº 15 reproduzido mais abaixo). Com efeito, apenas uma das famílias que não estavam afectadas pela pobreza monetária está livre de 8 das privações constantes do inquérito, 5 encontram-se em situação de privação material (apresentando 3 tipos de privação) e 6 em privação material severa (isto é, com 4 e mais privações), sendo que, destas, 5 enfrentam 6 ou mais de 6 tipos de privação (num total de 9).

A forte incidência da privação material severa entre as famílias com rendimentos abaixo do limiar de pobreza (6 em 8 famílias são atingidas pela pobreza material severa) permite-nos concluir que estamos em presença de uma pobreza monetária persistente que inviabiliza o acesso aos padrões de vida considerados “normais” nas sociedades europeias. A análise da situação socioprofissional destas famílias (mais adiante apresentada) permitir-nos-á situar melhor a génese das privações económicas detetadas.

Quadro nº 15 – Privação material segundo a composição dos agregados familiares – Método Eurostat-SILC

Itens de avaliação da privação material	FM/1	FM/5	FM/1	FN/1	FN/2	FN/3	FN/4	FA/1	FA/2	FA/3	FR/2	FR/2	Nº de famílias
	1	4	10	9	3	11	6	12	5	7	8	2	
Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada ...	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	11
Sem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa...	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares ...	X	X	X	X		X	X		X				7
Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe ...	X					X	X					X	4
Sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida	X					X	X					X	4
Sem disponibilidade para comprar máquina de lavar roupa	X	X			X	X						X	5
Sem disponibilidade para comprar televisão a cores	X	X				X							3
Sem disponibilidade de telefone fixo ou telemóvel	X	X				X							3
Sem disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto)	X	X			X	X	X	X		X		X	8
Nº total de privações	9	7	3	3	4	9	6	3	3	3	1	6	

- Famílias em situação de pobreza monetária e privação material severa
- Famílias em situação de pobreza monetária e privação material
- Famílias em situação de privação material

No que respeita às famílias com rendimentos acima do limiar de pobreza, o facto de 4 se encontrarem em situação de privação material deve-se a uma variedade de motivos: no caso da família 9 resulta da existência de dívidas anteriormente contraídas e que só não penalizam mais a condição económica da família porque ao rendimento do trabalho se junta uma pensão de reforma; a privação material da família 10 está relacionada com a necessidade de fazer face a despesas regulares de saúde; no caso da família 5 a privação está relacionada com o facto de a família ser constituída por 5 pessoas (3 adultos e 2 crianças) e a sua subsistência depender exclusivamente das pensões de reformas de 2 dos adultos; a situação da família 12 traduz igualmente o baixo rendimento proveniente do trabalho, o qual não penaliza mais o grupo doméstico uma vez que é completado pela pensão de reforma da avó.

Quadro nº 16 - Situação de privação material e de privação material severa (na base dos recursos próprios das famílias) – Método Eurostat-SILC

Não existe privação material	Pruvação material	Pruvação material severa					
		3 dificuldades	4 dificuldades	5 dificuldades	6 dificuldades	7 dificuldades	8 dificuldades
1	5	1	-	2	1	-	2

Passando agora a observação da privação material em função da composição dos grupos domésticos, a única família que não se confronta com a privação material é uma família recomposta com 2 filhos (família 8). A mesma situação não acontece com a família 2, também ela família recomposta que apresenta um nível de privação material muito alto (7 privações). Esta disparidade é, em boa parte, consequência da instabilidade e precaridade laboral dos adultos. As 3 famílias alargadas (famílias 5,7 e 12) apresentam níveis de privação material relativamente mais baixos (3 privações) uma vez que incluem avós que partilham a sua pensão de reforma (e, às vezes, alguma poupança anteriormente realizada) com os outros membros do grupo familiar. As famílias nucleares numerosas (famílias 11 e 6), por sua vez, confrontam-se com níveis de privação material bem mais elevados (9 e 6 privações), o que se deve, num caso, ao facto de os seus rendimentos provirem exclusivamente das transferências sociais, designadamente do Rendimento Social de Inserção (família 6), sendo que a segunda (família 11) se encontrava, à data da nossa observação, à espera da atribuição desta prestação financeira, dependendo da assistência financeira de terceiros (principalmente de uma instituição particular de solidariedade social). As famílias monoparentais (famílias 1, 4 e 10) apresentam níveis de privações materiais muito díspares (9, 7 e 3 privações respectivamente), sendo também esta discrepância relacionada com a situação profissional do principal cuidador. No caso da família 1, a mãe encontra-se numa situação de desemprego de longa duração e os seus rendimentos resumem-se à prestação financeira do Rendimento Social de Inserção, à pensão de alimentos e ao abono de família, pontualmente completados por ajudas em géneros proporcionadas pelo ex-companheiro e pai do menor. Por sua vez, a família 4 apresenta um nível elevado de privação material (7 privações) em virtude de a sua sobrevivência material depender das

mesmas transferências (RSI, abono de família e pensão de alimentos) e, além disto, de contar 5 crianças a cargo da mãe. Quanto à família 10, o facto de a mãe ter um emprego estável há vários anos e apenas 1 criança ao seu cargo justifica um estado de privação material mais baixo (3 privações). Encontra-se todavia em situação de privação material em virtude de encargos duradouros relacionados com o alojamento, a saúde e a educação do menor. Por fim, as famílias nucleares que contam apenas 1 ou 2 crianças (famílias 9 e 3) encontram-se respectivamente em privação material (família 9 – 3 privações) e em privação material severa (família 3 – 4 privações) por motivos relativamente distintos: no primeiro caso, porque, apesar de os dois progenitores auferirem rendimentos (do trabalho e por via de uma pensão de reforma), a família tem que fazer face a dívidas acumuladas; no segundo caso, a privação material está relacionada com o desemprego de longa duração dos dois progenitores e com o recurso ao RSI como único meio de obter alguns meios financeiros.

Se observarmos os níveis de privação material das famílias que recebem o Rendimento Social de Inserção (famílias 1,2,3,4,6 e 11), a constatação que se impõe é que, para além de se encontrarem todas em situação de pobreza monetária, são ainda afectadas pela privação material severa, para não dizer, em praticamente todos os casos, muito severa (à excepção da família 3 que apresenta 4 tipos de privação material, o número de privações é igual e superior a 6 em todas as restantes. O que confirma bem que o Rendimento Social de Inserção está longe de proteger as famílias da pobreza económica.

3. A Intensidade Laboral per capita

Reconhecendo que o acesso a um posto de trabalho remunerado continua a ser, nas sociedades contemporâneas, um fator fundamental da integração social¹⁰, a Comissão Europeia e a Eurostat procuraram construir uma medição da pobreza/exclusão social graças à combinação de três indicadores: o risco de pobreza monetária ou pobreza relativa, a situação de privação material severa e a intensidade laboral per capita muito reduzida. A intensidade laboral é tida como muito reduzida num agregado familiar

¹⁰ Na idade adulta, o trabalho remunerado ocupa uma parte significativa do tempo dos indivíduos e pode ter um impacto considerável, quer positivo quer negativo, na qualidade de vida. Do lado positivo, o trabalho gera, embora de modo desigual, rendimento, mas também tem incidência na construção da identidade, nas oportunidades de exercitar e ampliar conhecimentos bem como nas de se envolver em atividades que dão um sentimento de satisfação e realização. Por outro lado, está bem demonstrado pelas ciências sociais que a qualidade de vida das pessoas se deteriora quando experimentam a discriminação ou a insegurança laboral ou quando têm que trabalhar longas horas em troca de salários incompatíveis com os padrões e níveis de vida existentes no seu meio envolvente. A falta de trabalho ou o desemprego pode mesmo ameaçar a saúde psicológica dos indivíduos. Ver a esse respeito: Theodossiou, I. (1998), The effects of low-pay and unemployment on psychological well-being: A logistic regression approach, *Journal of Health Economics*, 17, 85–104; Korpi T. (1997), Is utility related to employment status? Employment, unemployment, labor market policies and subjective well-being among Swedish youth, *Labour Economics*, 4(2), 125–147

quando as pessoas com idades compreendidas entre os 18 e os 59 anos trabalham em média menos de 20% do tempo de trabalho possível. Ora, as informações disponibilizadas pelo INE indicam-nos que, em 2014, 10,9% da população portuguesa com menos de 60 anos vivia em agregados familiares com intensidade laboral muito reduzida, registando-se uma ligeira diminuição em relação aos 12,2% de 2013 (ver quadro nº 17).

Quadro nº 17 - Intensidade Laboral, 2009-13 dos 18-59 anos por países da UE-28

GEO/ANO	2009	2010	2011	2012	2013
União Europeia (28)	10,2	10,4	10,5	10,9	11,2
Portugal	8,7	8,2	10,1	12,2	12,2

Fonte: Eurostat

Todavia, quando relacionados com o tipo de grupo doméstico (o que apenas é possível para os rendimentos auferidos em 2013 na Eurostat), os valores deste indicador variam significativamente, apontando para a especial vulnerabilidade das famílias monoparentais, uma vez que 23,2% destas famílias apresentam intensidade laboral muito reduzida (ver quadro nº 18). Note-se que relativamente a este indicador as famílias numerosas encontram-se numa situação bem mais favorável do que as monoparentais.

Quadro nº 18 - Intensidade Laboral, 2009-13 % por população e tipo de agregado em Portugal

ANO	Intensidade laboral muito reduzida					
	Portugal					
	Total População	Total agregados sem crianças	Total agregados com crianças	Agregados monoparentais	2 adultos com 3 ou mais crianças dependentes	2 ou mais adultos com crianças dependentes
2009	8,7	6,5	13,2	20,6	13,5	5,6
2010	8,2	6,0	12,7	15,4	8,6	5,3
2011	10,1	7,5	15,2	23,2	15,7	6,3
2012	12,2	9,4	17,9	24,4	14,8	8,1
2013	12,2	9,1	18,2	23,2	10,2	7,8

Fonte: Eurostat

Situando Portugal por referência aos valores médios deste indicador na UE-28, é possível observar que o padrão português não se afasta significativamente da situação média na UE: elevada percentagem de famílias monoparentais com intensidade laboral reduzida (a taxa europeia é aliás superior à portuguesa – 28,8%), percentagem de famílias

numerosas com intensidade laboral reduzida inferior à do conjunto das famílias com crianças (10,2% contra 18,2%).

Quadro nº 19 - Intensidade laboral muito reduzida, 2009-13, em %, por população e tipo de agregado familiar na União Europeia

Anos	Intensidade laboral					
	União Europeia					
	Total População	Total agregados sem crianças	Total agregados com crianças	Agregados monoparentais	2 adultos com 3 ou mais crianças dependentes	2 ou mais adultos com crianças dependentes
2009	10,2	8,1	14,1	31,5	8,9	5,9
2010	10,4	8,1	14,7	29,8	8,9	6,1
2011	10,5	8,2	14,6	29,1	8,8	6,1
2012	10,9	8,6	15,0	28,9	8,4	6,6
2013	11,2	8,9	15,3	28,8	9,4	6,8

Fonte: Eurostat

Em coerência com as informações já apresentadas, constatamos que, no conjunto de famílias que tivemos a oportunidade de observar, a intensidade laboral é particularmente baixa: metade das 12 famílias (famílias 1, 3, 4, 5, 6 e 11) apresenta uma intensidade laboral *per capita* de 0 (ou seja, trata-se de famílias com intensidade laboral muito reduzida); a intensidade laboral *per capita* de duas outras famílias (famílias 2 e 7) é de 0,5%, sendo que somente 4 famílias (8,9,10 e 12) apresentam uma intensidade laboral *per capita* igual a 1.

Quadro nº 20 – Situação Profissional dos adultos de cada agregado: Condições perante o trabalho nos últimos 12 meses

Nº de registo da família	Condição perante o trabalho*	Nº elementos em idade activa	Doméstica	Desempregado	Reformado por velhice ou invalidez	Exerce actividade profissional	Filho inactivo dependente (até 24 anos)	Intensidade laboral <i>per capita</i>
1		1	-	1	-	-	1	0
2		2	-	1	-	1	2	0,5
3		2	-	2	-	-	2	0
4		1	-	1	-	-	5	0
5		1	-	1	2	-	2	0
6		2	-	2	-	-	4	0
7		2	-	1	1	1	4	0,5
8		2	-	-	-	2	2	1
9		1	-	-	1	1	1	1
10		1	-	-	-	1	1	1
11		2	1	1	-	-	3	0
12		1	-	-	1	1	1	1

* Condição perante o trabalho dos indivíduos em idade activa em cada agregado familiar

4. Risco de pobreza ou exclusão social

Para finalizar a apresentação de informações que nos levaram a concluir que Portugal inscreve-se entre os países europeus em que a pobreza infantil tem uma forte incidência, mencionaremos as que se prendem com a proporção da população em risco de pobreza ou exclusão social. As pessoas em risco de pobreza ou que vivem em agregados com intensidade laboral *per capita* muito reduzida ou em situação de privação material severa representavam, na base dos rendimentos de 2014, 26,7% da população total e, na base dos de 2013, 27,5% (ver quadro nº 21).

Quadro nº 21 – População em risco de Pobreza ou Exclusão Social em Portugal entre 2011-2014

Anos	Taxa de Risco de Pobreza ou Exclusão Social em Portugal
2011	25,3%
2012	27,5%
2013	27,5%
2014 (Pro)	26,7%

Fonte: INE-EU-SILC

Quando se observa os valores que esta taxa assume entre os menores de 18 anos, constatamos que, em 2013, 26,8% das crianças residentes em Portugal com idade inferior a 6 anos, estavam em risco de pobreza ou exclusão social. De igual forma, entre os menores com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos, 30,2% estavam em risco de serem afetadas por situações de pobreza ou exclusão social no nosso país no ano 2014. Já no que concerne ao grupo etário dos mais velhos, 11-17 anos, esse risco até a data era ainda superior, sendo que 36,6% estavam em risco de vivenciar alguma situação de pobreza ou exclusão social.

Procurando agora situar o problema por comparação entre Portugal e a UE28, a referida taxa era igualmente elevada entre os menores de 18 anos (ver quadro nº 22). Desta forma, observou-se que 25,8% dos menores com idades inferiores a 6 anos, em 2013, estavam em risco de pobreza ou exclusão social, valor esse ligeiramente mais baixo ao verificado em contexto português (até a mesma data, 26,8% das crianças portuguesas menores de 6 anos estavam em risco de pobreza ou exclusão social). Por sua vez, as crianças com idade compreendidas entre os 6-11 anos apresentavam valores significativamente mais baixos comparativamente às crianças residentes em Portugal (27,1% das crianças da UE28 encontravam-se em risco de pobreza e de exclusão social em 2013 contra 30,2% das crianças portuguesas do mesmo grupo etário). Tal como o

observado em Portugal, eram os jovens entre os 12-17 anos que registavam a taxa mais elevada de risco de pobreza ou exclusão social, sendo que 30,4% dos jovens desse grupo etário na União Europeia estavam em risco de exclusão social contra 36,6% dos jovens residentes em contexto português.

Para concluir, note-se ainda que, a taxa risco de pobreza ou exclusão entre 2009 e 2013 apresenta várias oscilações, ora aumenta, ora diminui, sendo esta tendência observada tanto em contexto português como a nível da União Europeia. Contudo, é o grupo etário das crianças mais velhas, isto é, menores entre os 12-17 anos que é mais afetado com situações de pobreza ou exclusão social.

Quadro nº 22 - Taxa de risco de pobreza e de exclusão social de menores de 18 anos (2009-2013), em Portugal e na União Europeia

Taxa de risco de pobreza e exclusão social das crianças e jovens em Portugal e na União Europeia								
ANOS	Portugal				União Europeia			
	Total da população menor de 18 anos	<6 anos	6-11 anos	12-17 anos	Total da população menor de 18 anos	<6 anos	6-11 anos	12-17 anos
2009	25,3	20,7	27,3	36,8	23,8	25,8	27,7	29,0
2010	24,4	24,9	25,5	34,9	24,3	25,4	27,1	29,2
2011	25,3	23,7	25,8	33,5	24,7	25,8	28,0	30,1
2012	27,5	27,9	31,2	35,6	24,6	25,6	27,2	30,2
2013	27,5	26,8	30,2	36,6	24,5	25,8	27,1	30,4

Fonte: Eurostat

Voltando à observação do nosso conjunto de famílias acompanhadas pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, interessa realçar que somente 4 famílias não se encontram em risco de exclusão social (famílias 8,9, 10 e 12). São as famílias não atingidas pela pobreza monetária, com uma intensidade laboral *per capita* igual a 1 e que não se confrontam com a privação material severa, apesar de 3 delas apresentarem sinais de privação material. Das restantes, 5 são afectadas em simultâneo pela pobreza monetária, privação material severa e intensidade laboral *per capita* muito reduzida (famílias 1,3,4, 6 e 11); 2 (família 2 e 5) são afectadas por dois dos três fenómenos que contribuem para o risco de exclusão: num caso (família 2) a pobreza monetária e a privação material severa e no outro a pobreza monetária e a intensidade laboral *per capita* nula; finalmente, apenas a família 8 não enfrenta nem pobreza monetária, nem privação material severa, nem intensidade laboral *per capita* muito reduzida.

Procurando relacionar as condições de vida material das famílias com o número de crianças e adolescentes envolvidos, chegamos à conclusão que dos 27 menores que estas famílias totalizam, apenas 5 não vivem em contextos familiares que apresentam risco de exclusão social (segundo os critérios da Eurostat), embora os contextos educativos de 3 deles sejam marcados pela privação material (ver quadro nº 23)

Quadro nº 23 - Menores a viver em contextos familiares afectados pela vulnerabilidade económica

Indicadores de vulnerabilidade económica	Nº de menores	Nº das famílias a que os menores pertencem
Risco de pobreza monetária por adulto equivalente	22	Famílias 1,2,3,4,5,6,7,e 11
Privação material	8	Famílias 5. 7. 9. 10 e 12
Privação material severa	17	Famílias 1, 2, 3,4,6 e 11
Intensidade laboral <i>per capita</i> muito reduzida	17	Famílias 1, 3, 4, 5, 6 e 11
Risco de Exclusão social	22	Famílias 1,2,3,4,5,6,7,e 11
Número total de menores	27	

CAPITULO II

A INFLUÊNCIA DO ESTATUTO SOCIOECONÓMICO NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

1. Em torno da definição de “estatuto socioeconómico”

Como estabeleceram R. Bradley e B. Caldwell, os autores do Home Inventory, o desenvolvimento da criança e do pré-adolescente é largamente dependente da qualidade dos estímulos que recebem no seu contexto familiar. É na base desta premissa, confirmada por múltiplos teóricos do campo das Ciências Sociais, que resolveram conceber e elaborar instrumentos de medição do ambiente familiar. Mas precisamente porque inscrevem o seu trabalho neste campo disciplinar não ignoraram que a qualidade do ambiente familiar é, por sua vez, fortemente condicionada pelos recursos aos quais as famílias têm acesso. Assim, num importante artigo de síntese, publicado em 2002, R. Bradley e R. Corwyn assumiram que o exercício da parentalidade depende da posse de vários tipos de recursos ou capitais: recursos monetários que são susceptíveis de ser medidos através dos rendimentos mas, igualmente, do património acumulado, atribuindo particular importância às condições de habitação, enquanto dimensão do património; recursos culturais e, em particular, os níveis de instrução alcançado pelos pais que designam, na linha de Coleman, como capital humano, e recursos sociais ou relacionais, no sentido que Bourdieu, por exemplo, dá ao conceito de capital social, a saber as vantagens materiais (entregadas económicas, por exemplo) e imateriais (desde a prestação de serviços até informações e conselhos) de que os indivíduos podem usufruir graças à sua integração numa rede de interconhecimento. São precisamente as desigualdades em matéria de acesso a este conjunto diversificado de recursos que muitos investigadores procuraram introduzir na sua análise dos factores que condicionam as práticas dos pais e o desenvolvimento das crianças por via da referência ao estatuto socioeconómico (ESE). Como referem explicitamente Bradley e Corwyn no artigo acima referido, o interesse por esta variável deriva da ideia de que as famílias com estatutos socioeconómicos elevados oferecem aos seus filhos um conjunto de serviços, bens, acções parentais e relacionamentos sociais que potenciam o seu desenvolvimento e da preocupação pelo facto de muitas crianças originárias de famílias com baixos estatutos socioeconómicos se confrontarem com a falta de acesso a estes mesmos recursos e experiências, o que amplia

significativamente o risco de as crianças e pré-adolescentes experimentarem diversos problemas de desenvolvimento. Tais pontos de partida não significam, obviamente, que todas as crianças oriundas de famílias com um dado estatuto socioeconómico vivenciam as mesmas condições educativas, por duas ordens de motivos fundamentais: outras variáveis com impacto sobre o contexto familiar são susceptíveis de introduzir diferenças nas práticas educativas, tais como a região onde as famílias (dominantemente urbana ou rural, por exemplo) vivem ou ainda factores culturais que se prendem, por exemplo, com a diversidade étnica relacionada com as migrações. Além disto, acontecimentos biográficos particulares podem igualmente intervir e, até mesmo, quebrar, dizem os autores que estamos a seguir, a relação entre o estatuto socioeconómico e o bem-estar da criança. Será o caso, por exemplo, da ocorrência de rupturas no relacionamento familiar e, sobretudo, do grau de conflitualidade que envolveram.

Antes de tirar partido do trabalho de síntese realizado por Bradley e Corwyn para dar fundamento à relação entre o estatuto socioeconómico da família e o desenvolvimento cognitivo, socio-emocional e de saúde das crianças/pré-adolescentes, iremos apresentar alguns dos seus elementos de reflexão acerca da própria definição da noção de estatuto socioeconómico e do seu modo de operacionalização. O principal desafio com o qual os investigadores se confrontam prende-se com um entendimento do estatuto socioeconómico que remeta para o conjunto dos factores que pesam sobre o contexto educacional das crianças: os factores económicos que, pelos motivos já aludidos na primeira parte deste capítulo, não se prendem exclusivamente com os rendimentos¹¹; os factores simbólicos que remetem, por exemplo, para as oportunidades de as crianças desenvolverem o sentimento do seu próprio valor por referência ao reconhecimento social de que usufrui a sua família de origem; os factores relacionados com a qualificação escolar e profissional dos pais; factores de ordem relacional tais como o número e a disponibilidade das pessoas que coabitam ou as potencialidades do habitat residencial em matéria de suportes no processo educativo diário das crianças. Para responder a este desafio afigura-se, então, indispensável não dissociar o estatuto socioeconómico do **lugar ocupado pelos pais no mundo do trabalho, ou seja, do seu estatuto profissional**. Daí

¹¹ R. Bradley e R. Corwyn, no artigo em que nos apoiamos, salientam que o capital financeiro é razoavelmente bem avaliado pelo rendimento familiar mas ganha seguramente em capacidade explicativa quando é relacionado com o estatuto profissional. Constitui, todavia, um indicador bastante volátil do capital financeiro e não permite captar, só por si, os recursos económicos de que as famílias efectivamente dispõem, desde logo porque não fornece indicações suficientes a respeito do património eventualmente existente. Ora, o património, por sua vez, afigura-se como uma medida mais fiável dos recursos financeiros disponíveis e, em consequência, das oportunidades que as famílias podem proporcionar aos filhos.

que exista um relativo consenso para considerar que o estatuto socioeconómico deve ser apreendido através de, pelo menos, três indicadores nucleares que são o **rendimento, o nível de educação e a profissão**. Além de se encontrar relacionada com o rendimento e o “capital humano”, no sentido de recursos culturais que, por sua vez, condicionam as práticas parentais, a profissão o é igualmente com a rede social dos indivíduos, uma vez que, na idade adulta, como sustentam vários autores¹², boa parte da sociabilidade organiza-se a partir e em função do papel e estatuto profissionais.

R. Bradley lembra, todavia, que o consenso acima referido já não existe sobre pelo menos três outras questões importantes para a investigação empírica e que são as seguintes: qual a melhor maneira de combinar os indicadores; a questão de saber se mais vale examinar as relações entre o estatuto socioeconómico e os resultados ao nível da criança na base da construção de um índice composto por estes três indicadores ou na base de cada indicador separadamente; e, finalmente, qual a melhor forma de medir cada variável (Krieger et al. 1997). R. Bradley considera, pois, que a escolha do modo de medir o estatuto socioeconómico permanece em aberto no campo das Ciências Sociais e terá que ser determinado, em cada caso, em parte por considerações práticas no que respeita à obtenção dos dados e, em parte, por referências a características da população relativamente à qual os dados são recolhidos. No caso concreto que aqui nos interessa, uma vez que a pesquisa empírica incidiu sobre famílias em situação de vulnerabilidade à pobreza e à marginalização social, na perspectiva de um estudo intensivo, essencialmente exploratório, resolvemos dar relevo às três variáveis acima referidas, não deixando, todavia, de incluir outras, tais como a privação material, a precariedade profissional e laboral e a precariedade do habitat residencial, que contribuem para aprofundar a compreensão de desigualdades na qualidade dos ambientes educativos.

¹² Ver, por exemplo, a este respeito A. Giddens (2010), *Sociologia*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

2. Verificar o impacto do estatuto socioeconómico familiar sobre o desenvolvimento das crianças e adolescentes

Voltando ao artigo de R. Bradley e R. Corwyn, interessa agora reter alguns dos principais resultados das investigações que estes autores reuniram a fim de comprovar a influência do estatuto socioeconómico da família sobre o desenvolvimento ou bem-estar das crianças. As principais dimensões do bem-estar que, para estes investigadores, sofrem influência do estatuto socioeconómico familiar são a saúde, o desenvolvimento cognitivo e os resultados escolares, bem como o desenvolvimento socio-emocional.

2.1. Estatuto socioeconómico da família e saúde das crianças e adolescentes

No que respeita à dimensão da saúde, existe hoje razoável comprovação empírica para se poder afirmar que as condições de existências das famílias têm um impacto significativo na saúde das crianças mesmo antes do nascimento. Assim, ficou comprovado, nos Estados-Unidos, que as crianças provenientes de famílias com baixo estatuto socioeconómico têm maior probabilidade de experimentar atraso de crescimento e desenvolvimento neuro-comportamental inadequado na fase da gestação, bem como maior probabilidade de nascer prematuramente, com pouco peso, com problemas de asfixia ou outros no decorrer do parto ou, ainda, com síndrome fetal alcoólico ou SIDA. Por restringirem o acesso aos cuidados pré-natais, a qualidade da alimentação da mãe durante a gravidez ou por potenciarem estilos de vida que debilitam a saúde (tais como fumar ou consumir drogas), as diversas privações que afectam estas famílias traduzem-se em problemas de saúde precoces nas crianças, designadamente uma maior incidência das doenças respiratórias, insuficiência de ferro, problemas de crescimento, problemas dentários e deficiências sensoriais. Além disto, verificou-se que, quando crianças de baixo estatuto socioeconómico fazem a experiência de problemas de saúde, as consequências são muitas vezes mais severas. Assim, segundo os estudos citados por Bradley e Corwyn, as crianças de baixo estatuto socioeconómico nascidas antes de termo têm muito mais probabilidade de sofrer consequências no plano da saúde e do desenvolvimento do que os seus pares de meios sociais mais abastados; este tipo de crianças têm duas a três vezes mais probabilidades de sofrer de complicações decorrentes de uma crise de apendicite, de meningite bacteriana ou de morrer de lesões e infecções em todas as idades. A relação entre estatuto socioeconómico da família e condição de saúde dos adolescentes é, segundo

autores citados por Bradley e Corwyn, menos consistentemente comprovada. Contudo, há evidência empírica de uma relação entre o estatuto socioeconómico e a depressão e a obesidade, sendo que vários investigadores apontam para o fenómeno da “incorporação biológica” da experiência precoce, ou seja, para o facto de os danos biológicos precoces terem efeitos latentes susceptíveis de se manifestarem mais tardiamente (na juventude e na idade adulta).

Para explicar os níveis mais baixo de saúde das crianças de famílias com baixo estatuto socioeconómico, importa reter não somente a influência negativa dos modos de vida mas também factores de ordem mais cultural: o não cumprimento dos planos de vacinação, a falta de recurso atempado aos profissionais de saúde adequados ou, ainda, o facto de os pais não serem devidamente esclarecidos pelos profissionais de saúde para poderem proporcionar um acompanhamento competente aos seus filhos.

No plano metodológico, os estudos desenvolvidos nos Estados-Unidos alertam para a necessidade de integrar na análise do impacto do baixo rendimento na saúde das crianças a duração da pobreza e as idades das crianças quando a família enfrenta restrições significativas nas suas condições materiais de existência.

2.2. Estatuto socioeconómico da família e desenvolvimento cognitivo das crianças e adolescentes

Para avaliar as consequências do baixo estatuto socioeconómico no desenvolvimento cognitivo, os estudos desenvolvidos nos EUA recorrem geralmente aos resultados escolares. Neste plano, a variável independente que demonstrou ter maior valor preditivo é o nível de educação dos pais, e muito particularmente da mãe. Todavia, os estudos referidos no artigo que estamos a seguir mostram que as medições do estatuto socioeconómico que combinam 2 ou mais indicadores dão conta de uma maior parte da variação em matéria de *resultados escolares* do que os mesmos indicadores tomados isoladamente. De facto, cada indicador do estatuto socioeconómico – o rendimento, a educação e a profissão – está relacionado com a qualidade do desempenho parental e este, por sua vez, afecta os resultados escolares por via das actividades proporcionadas no ambiente familiar para desenvolver competências cognitivas e para potenciar uma conduta ajustada às exigências do contexto escolar. No que respeita ao indicador profissão dos pais, Bradley e Corwyn referem que são relativamente poucos os investigadores que centraram a sua atenção na sua relação com o desenvolvimento cognitivo. Todavia, citam

o trabalho de Parcel & Menaghan (1990) que mostraram que as mães com profissões que envolvem uma variedade de tarefas e oportunidades de resolver problemas proporcionam aos seus filhos mais calor e suporte, bem como mais materiais de aprendizagem estimulantes. Em consequência, os seus filhos evidenciavam maiores competências linguísticas. Tais resultados são, dizem os autores que estamos a seguir, consistentes com a argumentação clássica de Kohn & Schooler (1982), segundo a qual o que os pais vivenciam no trabalho é incorporado no seu estilo de parentalidade.

Assim, são já vários os estudos que procuraram mostrar que a satisfação que os pais retiram do trabalho favorece a sua sensibilidade nas práticas parentais e os expõem a menos problemas na educação dos filhos. E também que a qualidade das tarefas que desempenham no local de trabalho influencia não somente a quantidade como a qualidade do tempo que investem nas interações com os seus filhos. Foi ainda demonstrado que os pais com trabalho de execução altamente supervisionado tendem a privilegiar a disciplina severa no ambiente familiar, que os que são submetidos a intensas tensões no exercício profissional (como, por exemplo, os controladores de tráfego aéreo) são mais retraídos emocionalmente em relação aos seus filhos¹³.

Nesta mesma linha explicativa, R. Bradley e R. Corwyn citam várias evidências empíricas (e.g. Mercy & Steelman 1982; Hart & Risley 1995) que contribuíram a comprovar que, desde cedo, o desenvolvimento das competências linguísticas das crianças é fortemente dependente do estatuto socioeconómico. Refere-se a este propósito o primeiro trabalho de investigação/intervenção desenvolvido por Hart & Risley, apoiando-nos num artigo que publicaram em 2003¹⁴. Em vez de recorrer à medição do QI, como era então habitual nos EUA, Hart & Risley elaboraram um programa de estimulação linguística para as crianças oriundas de uma área fortemente empobrecida da cidade de Kansas City a fim de observar o processo de construção da linguagem quotidiana usada pelas crianças. Procuraram avaliar sistematicamente o crescimento desta linguagem, incluindo no seu estudo, para além de um grupo de crianças que frequentavam um jardim-de-infância numa área particularmente empobrecida de Kansas City, um grupo de filhos de professores da Universidade do Kansas a fim de poder comparar os progressos das crianças de um e outro grupo. Constataram que todas as crianças do

¹³ In: Corwyn and Bradley (1999), “Determinants of Paternal and Maternal investment in Children”, *Infant and Mental Health Journal*. Vol. 20 (3).

¹⁴ Betty Hart and Todd R. Risley, *The Early Catastrophe – The 30 Million Word Gap by Age*, American Educator, 2003

Programa (com 4 anos de idade) se envolviam com entusiasmo na aprendizagem graças à variedade de novos materiais e de actividades “intensivas-em-linguagem” introduzidos no jardim-de-infância. Os dados da fala espontânea que recolheram mostravam que um volume significativo de novas palavras era adicionado ao léxico de todas as crianças e que o crescimento deste assumia uma notável aceleração. Mas, posteriormente, os referidos investigadores tiveram a oportunidade de verificar, à semelhança do que foi constatado noutros programas de intervenção precoce, que o crescimento do léxico era apenas temporário. Dito de outro modo, após a intervenção efectuada no jardim-de-infância, verificaram que a taxa de crescimento do vocabulário não se mantivera e tiveram que concluir que a intervenção não tinha sido suficiente para efectivamente alterar a trajectória de desenvolvimento das crianças. Apesar de as crianças terem aprendido muitas palavras novas no jardim-de-infância, ficou claro que, passado somente um ano, quando as crianças transitaram para a pré-primária, os efeitos da estimulação estavam já bem mais esbatidos. As disparidades em termos de crescimento do léxico entre as crianças pobres e os filhos dos professores da Universidade tornavam-se cada vez maiores. O fosso ou distância entre ambos os grupos permitiam entender melhor os resultados de outros estudos que revelavam que, no ensino secundário, muitos filhos de famílias pobres não possuíam o vocabulário utilizado nos manuais escolares. Foi na base desta constatação que os investigadores acima referidos decidiram empreender uma outra pesquisa que permitisse aprofundar o conhecimento acerca da disparidade observada entre as trajectórias de desenvolvimento linguístico em função do estatuto socioeconómico. Resolveram, então, focar a pesquisa no início do processo de desenvolvimento da linguagem no ambiente familiar. Durante dois anos e meio, observaram 42 famílias, durante uma hora por mês a fim de poder descobrir como se processava a aprendizagem da fala de crianças com 1 e 2 anos. Os dados recolhidos deixaram claras as desigualdades existentes entre as famílias de estatuto socioeconómico distinto no que toca ao volume de experiência envolvendo a linguagem e à interacção proporcionada pelos adultos às crianças. Bem como a correlação entre estas desigualdades e as que se podiam observar no desempenho linguístico aos 3 anos. Recorreram a um método de observação que implicava a gravação sistemática das trocas verbais no seio de cada família durante uma hora por mês ao longo de um período de dois anos e meio, tendo tido o cuidado de recrutar famílias de condições socioeconómicas diversificadas: 13 famílias eram de “estatuto socioeconómico superior”, 10 eram de “estatuto socioeconómico médio”, 13 eram de “estatuto socioeconómico inferior” e 6 dependiam da protecção social. Embora Hart &

Risley soubessem bem que, na pequena infância, quase tudo o que as crianças aprendem provém da socialização familiar, ficaram algo surpreendidos com as implicações deste facto no que respeita aos recursos em vocabulário e estilos de linguagem e, até, de interacção. Apesar de variações consideráveis entre as crianças relativamente à dimensão do vocabulário, de 86 a 98 % das palavras gravadas no vocabulário de cada criança eram palavras igualmente gravadas nos vocabulários dos pais. À volta dos 34-36 meses, as crianças também diziam e utilizavam um número de palavras muito próximo do número médio utilizado pelos pais. Quando as crianças observadas chegaram aos 3 anos, as tendências em matéria de extensão da fala, de crescimento do vocabulário e de estilo de interacção estavam fortemente instaladas nelas e este resultado permitia entender o agravamento das disparidades que os investigadores já haviam constatado em grupos de crianças em fase nem mais avançada da escolaridade. Os padrões de parentalidade reproduziam-se nas próprias crianças e, anotam os investigadores, “quando escutávamos as crianças, parecia-nos ouvir os seus pais falar; quando observávamos as crianças a brincar com bonecas, parecia-nos ver os futuros dos seus próprios filhos” (p.7).

Se para um observador pouco preparado ou atento, os pais dos diversos tipos de família parecem fazer, mais ou menos, as mesmas coisas com os seus filhos – alimentá-los, ensiná-los a se vestir e despir, a ter boas maneiras, dar-lhes brinquedos relativamente semelhantes ... -, as gravações sistemáticas das trocas verbais revelaram enormes disparidades. Considerando apenas o número de palavras ouvidas, os investigadores chegaram à conclusão que a criança média das famílias dependentes da protecção social ouvia, em cada hora, metade das palavras (616 palavras/hora) que constavam da experiência da criança média da classe trabalhadora (1251 palavras/hora) e menos de 1/3 das que a criança média das famílias com profissões intelectuais (2153 palavras/hora) tinha a oportunidade de ouvir. A regularidade destas diferenças na exposição à interacção verbal ao longo dos dois anos de observação levou os investigadores a concluir que esta era a melhor base de que dispunham para apreender as diferenças e, sobretudo, desigualdades na experiência da vida real das crianças dos diversos estatutos socioeconómicos.

Uns anos mais tarde, Hart & Risley conseguiram realizar um estudo das performances escolares dos filhos de 29 das 42 famílias quando estes se encontravam no 3º ano da escola primária, com idades em torno do 9 a 10 anos. Ficaram “aterrados” (sic, p. 8) de constatar quanto as medições das realizações aos 3 anos permitiam prever as competências linguísticas aos 9 ou 10 anos. Para as 29 crianças observadas pela primeira

vez quando tinham 1 a 2 anos, a taxa de crescimento do vocabulário aos 3 anos era fortemente associada com as pontuações obtidas, aos 9-10 anos, quer no *Peabody Picture Vocabulary Test Revised* (PPVT-R) em matéria de recepção do vocabulário, quer no *Test of Language Development-2: Intermediate* (TOLD) e nos subtestes destinados a objectivar as competências de escuta, fala e em matéria de semântica e sintaxe. Concluíram, pois, que o vocabulário em uso aos 3 anos permitia prever o desenvolvimento das competências linguísticas aos 9-10 anos.

Voltando ao artigo de R. Bradley e Corwyn, a revisão das evidências empíricas por eles efectuada permita ainda concluir que o estatuto socioeconómico também afeta a frequência da escola pelas crianças e adolescentes, bem como o número de anos de escolaridade que completam. Indica, contudo, que o impacto do estatuto socioeconómico nos anos de escolaridade completados parece ser menor do que o que é exercido sobre os resultados académicos. Os autores defendem ainda a tese de Battin-Pearson et al. (2000), segundo a qual o estatuto socioeconómico é um dos preditores mais consistentes do abandono escolar precoce, sendo igualmente correlacionado quer com as baixas expectativas parentais acerca da escolaridade dos filhos, quer com o início precoce da actividade sexual.

2.3. Estatuto socioeconómico da família e desenvolvimento socio-emocional das crianças e adolescentes

Procurando agora reter o que R. Bradley e R. Corwyn, referem sobre a relação entre o estatuto socioeconómico e o bem-estar emocional, uma primeira observação é que vários estudos empíricos¹⁵ realizados nos EUA confirmam que as crianças de baixo estatuto socioeconómico manifestam mais frequentemente sintomas de perturbação psiquiátrica e de funcionamento social inapropriado do que as crianças que usufruem de circunstâncias de vida mais favoráveis do ponto de vista socioeconómico. No entanto, alguns investigadores americanos citados no artigo de R. Bradley e Corwyn alertam para o facto de não ser tarefa fácil o estabelecimento de uma relação precisa entre o estatuto socioeconómico e os problemas emocionais das crianças e adolescentes, uma vez que a identificação de doença mental em crianças pequena é difícil, quaisquer que sejam os

¹⁵ Os referidos pelos autores são os de Bolger et al. 1995, Brooks-Gunn & Duncan 1997, Lahey et al. 1995, McCoy et al. 1999, McLeod & Shanahan 1993, Moore et al. 1994, Patterson et al. 1989, Sameroff et al. 1987, Starfield 1989, Takeuchi et al. 1991

métodos e padrões de avaliação utilizados. Por isso, existem poucas evidências empíricas a respeito da relação entre o estatuto socioeconómico e o bem-estar emocional de crianças na pequena infância. Todavia, no que compreende à média infância, isto é, crianças no grupo etário dos 6 aos 10 anos, a relação emerge e torna-se razoavelmente consistente, designadamente, em matéria de sintomas de externalização, isto é, que apontam para condutas caracterizadas pela agressividade, hiperactividade, desafio e/ou transgressão de normas legais (delinquência), havendo igualmente índice de associação entre o baixo estatuto socioeconómico e condutas ditas de internalização, isto é, condutas marcadas pela ansiedade, depressão, retraimento ou acompanhadas por manifestações somáticas e presença frequente de emoções tais como o medo e a tristeza.

Segundo os estudos citados por Bradley e Corwyn, a relação entre o estatuto socioeconómico e as perturbações mentais varia significativamente consoante o tipo de perturbação e a origem étnica. Por exemplo, no que respeita à esquizofrenia, às desordens da personalidade e a depressões leves as evidências empíricas são mais consistentes, contrariamente ao que se verifica com perturbações como as neuroses e as desordens afectivas.

A relação entre pobreza e problemas comportamentais na adolescência é, segundo a revisão elaborada por Bradley e Corwyn, algo polémica. Para certos autores, entre os adolescentes, o baixo estatuto socioeconómico é frequentemente associado com um funcionamento adaptativo deficitário, uma probabilidade acrescida de depressão bem como com condutas delinquentes. Mas existem outros autores que, na base das suas próprias pesquisas, questionaram a existência desta mesma relação. Estas diferenças nos resultados de pesquisas empíricas podem, segundo os autores que estamos a seguir, decorrer do modo de recolha das informações e, em particular, do tipo de informante: pais, professores ou o próprio adolescente ... Todavia, há evidências empíricas que apontam para que, entre crianças e adolescentes com idades entre os 6 e os 17 anos sinalizados a um médico psiquiatra, por exemplo, o baixo estatuto socioeconómico esteja relacionado com problemas envolvendo condutas agressivas ou delinquentes relatadas pelos pais ou por professores ou, ainda, com consumos de substâncias. A dificuldade em confirmar a relação entre pobreza e comportamentos indiciadores de perturbações socio-emocionais prende-se com o facto de outras variáveis intervirem tais como a influência do grupo de pares, o suporte parental ou, ainda, acontecimentos de vida com forte carga negativa (tais como, por exemplo, o abuso na infância, agressões por pares ou a exposição a acontecimento particularmente violento, no seio da família ou no habitat).

Se nos colocarmos numa perspectiva de previsão, a dificuldade é ainda acrescida na medida em que, de acordo com a teoria dos sistemas de desenvolvimento, um mesmo conjunto de circunstâncias objectivas, como as condições materiais de vida, pode, nos organismos complexos, produzir resultados distintos, consoante as forças e vulnerabilidades dos indivíduos e outras condições que podem ocorrer em simultâneo ou no seguimento da vivência destas mesmas circunstâncias. Assim, no que toca às crianças de famílias com baixo estatuto socioeconómico, é bastante difícil prever a ocorrência de um problema particular de saúde, cognitivo ou emocional, o que, todavia, não torna descabido prever que as crianças de baixo estatuto socioeconómico têm maior probabilidade de vivenciar problemas de desenvolvimento do que as crianças de meios mais favorecidos. Bradley e Corwyn lembram a este respeito que os resultados do *Infant Health and Development Program*, nos EUA, mostraram que 40% das crianças nascidas prematuramente e vivendo em situação de pobreza crónica têm, aos 3 anos, deficiências em pelo menos duas áreas de funcionamento (saúde, desenvolvimento cognitivo e desenvolvimento socio-emocional - Bradley et al. 1994). Do mesmo modo, Bradley et al. (2000) mostraram que a qualidade do ambiente familiar era correlacionada em cerca de 0.40 com o número de problemas de desenvolvimento manifestados por adolescentes de 5 grupos socioculturais diferentes. As correlações com problemas específicos variavam em função dos grupos, mas a correlação com o número de problemas era virtualmente idêntica.

3. Como se processa a influência do estatuto socioeconómico familiar sobre o desenvolvimento das crianças e adolescentes

Passando, agora, para o plano da compreensão dos mecanismos através dos quais o estatuto socioeconómico influencia o desenvolvimento, procuraremos restituir algumas das evidências reunidas por Bradley e Corwyn. No artigo aqui explorado, os autores dedicam uma parte do mesmo a apresentar a variedade de mecanismos que interligam o estatuto socioeconómico com o bem-estar, alertando, todavia, para o fato de não ser tarefa fácil de os determinar com precisão. Tal se deve, em parte, lembram os autores, ao facto de o estatuto socioeconómico baixo coincidir frequentemente com outras condições susceptíveis de afectar as crianças, como por exemplo, a pertença a uma família imigrante, a monoparentalidade, a existência de membros na família com incapacidade ou doença mental grave, a exposição a condições ambientais geradoras de malformações

ou de outros perigos potenciais. Trata-se, em suma, do problema clássico no campo da investigação da “terceira variável” que pode intervir na relação entre variável dependente (no nosso caso, o bem-estar da criança ou do adolescente) e a variável independente (estatuto socioeconómico). Assim, os autores assumem que, de modo geral, os baixos níveis de desenvolvimento de crianças oriundas de família de baixo estatuto socioeconómico são relacionados não somente com a precariedade socioeconómica, mas, igualmente, com outro (s) co-factor (es) – a título de exemplos, a monoparentalidade ou a pertença a uma minoria étnica – ou, ainda, com uma combinação destes dois co-factores, já que não se pode excluir a possibilidade de intervir uma terceira variável, relacionada com as duas anteriores: por exemplo, a existência de conflitos familiares. Acresce a esta complexidade, o facto, demonstrado por investigadores¹⁶ que subscrevem a abordagem ecológica do desenvolvimento humano, de, ao longo da infância, a importância e o efeito dos co-factores para o desenvolvimento da criança variarem. A título de exemplo, se, para uma criança em idade pré-escolar, residir num bairro degradado pode significar menos oportunidades de acesso a recursos e a actividades de lazer estimulantes para a aprendizagem, para um adolescente, a mesma circunstância pode significar, antes de mais, uma probabilidade acrescida de integração num grupo de pares organizado em torno de práticas desviantes.

3.1. As desigualdades de acesso a recursos que medeiam o impacto do estatuto socioeconómico sobre o desenvolvimento da criança

Uma primeira ordem de cofactores envolvidos na relação entre o estatuto socioeconómico e o bem-estar das crianças, apresentada por Bradley e Corwyn, prende-se com o acesso a uma diversidade de *recursos* de que destacam a nutrição, o acesso aos cuidados de saúde, a habitação, os materiais e experiências que estimulam a cognição, as expectativas e estilos educativos dos pais e, finalmente, as atitudes e expectativas dos professores.

Para mostrar como uma **nutrição** deficitária pode comprometer o desenvolvimento das crianças, Bradley e Corwyn citam, entre outras investigações levadas a cabo nos EUA, a de M. Valenzuela¹⁷: a subnutrição crónica tem efeitos encadeados uma vez que a

¹⁶ Bradley e Corwyn citam, em particular, Moen P, Elder GH, Luscher K, eds. 1995. *Examining Lives in Context*. Washington, DC: Am. Psychol. Assoc.

¹⁷ Valenzuela M. 1997. Maternal sensitivity in a developing society: the context of urban poverty and infant chronic undernutrition. *Dev. Psychol.* 33:845–55

diminuição dos recursos energéticos dos adultos e das crianças não somente torna a criança mais letárgica e menos capaz de suscitar a atenção dos seus pais como, conseqüentemente, os adultos tornam-se menos sensíveis e menos capazes de proporcionar um suporte necessário às crianças. O crescimento das crianças fica comprometido mas, além disto, a probabilidade de vinculações inseguras aumenta a par com a da expressão de afecto negativo e de motivação limitada para o controlo.

Determinar com precisão como a má alimentação contribui para problemas de desenvolvimento não deixa, no entanto, de ser uma operação delicada, visto que as crianças que não têm acesso a uma alimentação equilibrada têm, igualmente, tendência para sofrer de falhas no acesso a outros recursos, designadamente, a cuidados de saúde adequados e atempados. No que respeita a este segundo tipo de privação, com impacto no desenvolvimento da criança, a investigação revista pelo autor do Home Inventory deixa claro que constrangimentos monetários se conjugam com crenças a respeito dos modos de tratar os sintomas e, até, com modos de perceber e interpretar os próprios sintomas e, ainda, com a existência, ou não, de capital social. De facto, como procurou demonstrar um investigador britânico citado por Bradley¹⁸, o isolamento social incentiva os sentimentos de desamparo e de perda de controlo, sendo que o primeiro tipo de sentimento reduz a protecção face a eventuais ameaças ao bem-estar, enquanto o segundo limita os esforços necessários para lidar eficazmente com estas ameaças.

Para reflectir sobre a **habitação** enquanto factor susceptível de mediar a relação entre o estatuto socioeconómico e o desenvolvimento das crianças, Bradley convoca resultados de investigações que apontam para o seu impacto sobre a saúde mas, igualmente, sobre o bem-estar intelectual e social das crianças, designadamente por via da relação entre sobrelotação do alojamento e funcionamento cognitivo e emocional¹⁹ (Evans et al. 1999). Marmot (1999) também encontrou evidências empíricas que comprovam que a habitação

¹⁸ Marmot, M. 1999, Epidemiology of Socioeconomic Status and Health: Are Determinants Within Countries the Same as Between Countries? *Annals of the New York Academy of Sciences*, vol. 896.

¹⁹ Gary W. Evans and Lorraine E. Maxwell Betty Hart (1999), *Parental Language and Verbal Responsiveness to Children in Crowded Homes*. *Developmental Psychology* Vol. 35, n°4, 1020-1023. Este artigo apresenta-nos uma análise de dados secundários do projecto de Aquisição de Linguagem (*Language Acquisition Project*) da Universidade de Kansas que estudou intensamente a interação verbal/linguística entre pais e filho com idades compreendidas entre os 6 meses e 30 meses de idade. Nesse estudo, os autores analisaram a relação entre densidade residencial e discurso entre pais e filho. Os pais de famílias numerosas tinham um discurso menos complexo e sofisticado com os seus filhos do que os pais de famílias menos numerosas (nucleares ou monoparentais). O mesmo é dizer, segundo os autores, que a associação entre as duas variáveis é mediada pela responsividade parental, ou seja, que os pais das famílias numerosas são verbalmente menos responsivos com os seus filhos. Este encadeamento de variáveis contribui para explicar a ligação entre densidade residencial e atraso no desenvolvimento cognitivo das crianças.

degradada e sobrelotada foi, durante muito tempo, referida como um dos fatores responsáveis pela variação da saúde das crianças em função do estatuto socioeconómico, uma vez que as crianças pobres vivem frequentemente em casas com condições inapropriadas, como por exemplo, sobrelotação habitacional, chão rachado, tectos fissurados, provocando problemas de humidade, temperaturas inadequadas, infestação de pragas, perigos iminentes, tais como aquecedores desprotegidos ou escadas sem gradeamentos. Tais condições conduzem, assim, a doenças e ferimentos acrescidos nas crianças e, até, nos adultos.

Há mais de 50 anos que diversos investigadores²⁰ defendem a tese de que crianças residentes em famílias de baixo estatuto socioeconómico têm falta de acesso a **materiais e experiências estimulantes do ponto de vista cognitivo** e que tal, não somente, limita o seu desenvolvimento cognitivo, mas também reduz as suas oportunidades de tirar proveito da escola.

Os resultados de um estudo longitudinal²¹, realizado por Bradley e colaboradores, indicaram que as crianças de famílias pobres têm menos acesso a uma ampla variedade de materiais recreativos e de aprendizagem desde a infância até à adolescência. Têm, igualmente, menos probabilidades de fazer viagens, de visitar bibliotecas e museus, de assistir a representações teatrais ou de terem explicações e outras formas de apoio extra-escolar visando reforçar as suas competências. Os resultados de outras investigações, sobre este tema, levadas a cabo, por exemplo, por Brooks-Gunn et al. 1995, Entwisle et al. 1994, Guo & Harris 2000, confirmaram que o acesso a estes tipos de recursos materiais e culturais medeiam a relação entre o estatuto socioeconómico e a realização intelectual e académica das crianças desde a infância até à adolescência, desde logo porque estimulam o desenvolvimento cognitivo²² e despertam a motivação para explorar e conhecer. Das investigações citadas, Bradley e Corwyn retêm outro resultado importante, a saber que o impacto das experiências educativas cresce em função do número de acontecimentos de vida negativos (por exemplo, rupturas familiares ou desemprego dos pais) que marcam a vida das crianças/adolescentes e dos factores de risco existentes no quotidiano das famílias, tais como o alojamento sobrelotado ou a presença de um pai/mãe

²⁰ No seu artigo Bradley e Corwyn citam alguns exemplos: Bloom 1964; Hunt 1961.

²¹ Survey of Youth and the National Household Education Survey (Bradley 1994; Bradley & Corwyn, 2000; Bradley et al. 2001a)

²² De modo directo, proporcionando aprendizagens variadas bem como o desenvolvimento linguístico, e de modo indirecto, na medida em que o facto de tais experiências serem geralmente mediadas por pares e/ou adultos com mais conhecimentos e competências igualmente proporciona aprendizagens e desperta a motivação para aprofundar e ampliar os conhecimentos.

com doença mental. Esta parece-nos ser uma evidência empírica a destacar para fundamentar as práticas de serviço social junto das crianças/adolescentes em risco: num contexto familiar em que existe um “jogo de forças” negativas para o desenvolvimento das crianças, a criação de contra-forças favoráveis a este mesmo desenvolvimento, através da multiplicação de oportunidades de realizar aprendizagens informais, é um requisito indispensável para evitar a reprodução de destinos sociais desfavoráveis mas é igualmente um trabalho que produz resultados mais directamente observáveis.

Mas Bradley & Corwyn mencionam igualmente um dos seus próprios estudos (2001b) a fim de alertar pelo facto de **o acesso a materiais e experiências culturalmente estimulantes funcionar como factor de mediação entre o estatuto socioeconómico da família e os problemas de comportamento das crianças**. Ficaram eles próprios algo surpreendidos com a consistência desta relação, já que, na maior parte dos estudos que tiveram oportunidades de consultar, os problemas de comportamento das crianças aparecem como correlacionados principalmente com diversos aspectos do exercício dos papéis parentais: as estratégias de disciplina, a responsividade e o calor das relações que os pais estabelecem com os seus filhos. O facto de as oportunidades estimulantes para a aprendizagem estarem relacionadas, em todos os grupos étnicos e em todos os grupos etários²³, com os padrões de conduta das crianças, uma vez controladas variáveis tais como as características demográficas das famílias, a responsividade dos pais e o facto de estes recorrerem ou não a palmadas para assegurar a sua autoridade, sugere que se deve dar muito mais atenção ao papel que desempenham, no processo educativo, as características objectivas do ambiente familiar (existência de livros, computador, lugar para a criança/o adolescente estudar, instrumento musical, jogos ...), bem como a implicação dos pais na realização de actividades (jogos, brincadeiras, utilização de livros e enciclopédias, acompanhar os filhos em vários tipos de descoberta do mundo envolvente ...). As experiências e actividades estimulantes para a aprendizagem contribuem por várias vias para moldar os comportamentos, realçam Bradley e Corwyn. Para além de evitar que as crianças/adolescentes se confrontem com momentos de vazio relacional e de actividade, geradores de sentimentos de frustração e de modos disruptivos de expressar o mal-estar, a participação em actividades culturalmente ricas, fomentadas

²³ O estudo de Bradley e Corwyn (2001b) envolveram crianças dos 0 aos 13 anos de idade, dos três maiores grupos etários da América do Norte: euro-americanos, afro-americanos e hispano-americanos. Importa ainda reter que cada um dos grupos etários fora dividido em dois grandes grupos de análise, isto é, dois grupos de rendimento (pobre e não pobres).

pelos pais, comporta também oportunidades de trocas sociais favoráveis à descoberta do valor das regras, à compreensão da sua utilidade e em oportunidades de reconhecimento pelos outros.

As expectativas e os estilos de interacção dos pais constituem um outro factor simultaneamente condicionado pelo seu estatuto socioeconómico e condicionante quer das experiências estimulantes para a aprendizagem, quer do desenvolvimento e bem-estar das crianças. De acordo com a revisão bibliográfica realizada por Bradley e Corwyn, os pais de elevado estatuto socioeconómico estimulam mais os seus filhos através das conversas em que os implicam, lêem mais para eles e proporcionam-lhes mais experiências de ensino. Geralmente, as suas conversas são mais ricas em termos de vocabulário, contêm mais oportunidades de manifestar a responsividade e incluem mais esforços para induzir a fala da criança. Em suma, o seu estilo de ensino inclui mais estratégias verbais complexas e propícias à construção do discurso.

Os resultados favoráveis de criança são frequentemente associados com a qualidade do investimento socio-emocional dos pais junto dos seus filhos e não apenas com a quantidade de tempo que os pais dedicam ao (s) seu (s) filho (s). De acordo com as considerações desenvolvidas por R. Corwyn e R. Bradley, no artigo “*Determinants of paternal e maternal investment in children*” (1999) tornou-se cada vez mais evidente que os pais diferem no grau de compromisso que têm no cuidado das crianças/adolescentes e que a profundidade deste investimento pode ser mais importante para o bem-estar das crianças/adolescentes do que os próprios estilos parentais. O investimento socio-emocional, tal como o definem os autores acima referidos, manifesta-se através de práticas de parentalidade que facilitam o crescimento das crianças porque traduzem uma sensibilidade às suas necessidades, o que só acontece quando os pais aceitam o seu papel ou, por outras palavras, assumem-no como uma componente central da sua construção identitária. Para ser mais específico, o investimento socio-emocional dos pais para com a criança ou adolescente manifesta-se (a) na quantidade de alegria ou prazer que as experiências com a criança lhes trazem, fomentando deste modo o desejo de passar tempo de qualidade com ela, (b) nas suas manifestações de carinho para a criança, (c) na sensibilidade que demonstram ter para as suas necessidades, graças ao conhecimento que têm da sua personalidade e da fase de desenvolvimento em que se encontra, (d) na capacidade de responder a estas necessidades, (e) no grau de preocupação demonstrado para com o bem-estar da criança; (f) na aceitação quer das características da criança, quer

das exigências do seu papel parental e por fim (*g*) na consistência das escolhas que fazem a fim de agir no interesse superior da criança.

O que principalmente preocupou Bradley e Corwyn foi a identificação das variáveis contextuais susceptíveis de afectar a profundidade do investimento socio-emocional dos pais. Começando por se debruçar sobre o investimento socio-emocional paterno, os autores retêm a diversidade de variáveis que já foram objecto de investigação, assinalando que nem todas se prendem com o estatuto socioeconómico. Se é certo que a compatibilidade entre os rendimentos e as necessidades da família, a qualidade do contexto de trabalho e a condição da mãe face ao trabalho se relacionam com o estatuto socioeconómico da família, não é menos verdade que outras variáveis revelaram-se como condicionantes do investimento socio-emocional, tais como o temperamento e o nível de desenvolvimento da criança e a qualidade da relação conjugal. As investigações revistas pelos autores confirmam plenamente que a privação material afecta negativamente o compromisso do pai junto da criança, uma vez que as tensões associadas a uma insuficiência de rendimentos, quando este se perpetua no tempo, tendem a reduzir o prazer que o pai retira da interacção com a criança bem como a intensidade do seu envolvimento junto dela. O facto de a mãe trabalhar só contribui para um maior investimento paterno quando o exercício do papel de cuidador não depende apenas deste constrangimento mas resulta de uma efectiva aceitação do papel de pai. Finalmente, a satisfação com o trabalho experimentada pelo pai influencia positivamente não somente a quantidade de tempo que o pai passa com a criança mas, sobretudo, a qualidade destas interacções. Investigadores citados por Corwyn e Bradley verificaram que os pais que ocupam postos de trabalho de execução tendem a privilegiar uma disciplina severa contrariamente aos pais que usufruem de mais autonomia no trabalho. Os pais que sofrem fortes tensões no seu contexto de trabalho (tais como os controladores de tráfego aéreo, por exemplo) tendem a ser emocionalmente retraídos em relação aos seus filhos enquanto os pais que são submetidos a fortes constrangimentos de tempo no seu exercício profissional passam mais tempo no trabalho e muito menos junto dos seus filhos. Os factores que influenciam o investimento socio-emocional das mães diferem significativamente dos que foram apontados relativamente aos pais. Na medida em que a socialização das mulheres as predispõe mais a assumir o seu papel de mãe e a investir mais tempo e esforços do que os homens nos cuidados aos filhos, é provável que a sua aceitação do papel materno seja mais dependente das características das crianças, designadamente das dificuldades suscitadas pelo seu temperamento. Todavia, componentes do estatuto socioeconómico

também intervêm, uma vez que, assumindo as mães mais responsabilidades na educação das crianças do que os pais, qualquer factor gerador de tensões (tal como a insuficiência dos rendimentos ou, fora do campo económico, os conflitos conjugais) pode comprometer a sua sensibilidade às necessidades da criança e a sua capacidade de as atender.

Outros factores, ainda, são susceptíveis de ter impacto nas expectativas dos pais e na qualidade das suas interacções com os filhos e, por esta via, no desenvolvimento das crianças. A relação entre o estatuto socioeconómico e as competências cognitivas e linguísticas da criança por via da estimulação encontrada em casa aparece, pois, como complexa, associada quer com os graus de sobrelotação da habitação, quer com o número de irmãos presentes no contexto doméstico. Os autores concluem que a sobrelotação habitacional geralmente traduz-se em trocas linguísticas menos ricas ou complexas entre pais e filhos e que um número elevado de irmãos resulta numa menor alocação de tempo e de atenção disponibilizado pelos pais a cada filho. Em consequência, a escassez de materiais e de experiências educativamente estimulantes potenciam o insucesso escolar, mesmo nos primeiros anos de escolaridade, gerando condições favoráveis ao desenvolvimento de trajectórias de desvio e/ou de condutas de desistência.

As **atitudes e expectativas do professor** também fazem parte do complexo conjunto de mediações que ligam o estatuto socioeconómico ao fracasso escolar e aos problemas de comportamento por via das oportunidades de aprendizagem. No artigo aqui analisado, Bradley e Corwyn (2002) apresentam a tese defendida por McLoyd (1998), coincidente com numerosas análises no campo da sociologia da educação²⁴, segundo a qual os professores tendem a perceber os alunos de baixo estatuto socioeconómico de modo menos positivo quanto às competências académicas e de autocontrolo. Em consequência de baixas ou nulas expectativas a seu respeito, não lhes proporcionam a atenção de que necessitam, nem os reforços positivos que merecem quando o seu desempenho é bem-sucedido. Como já analisaram Rosenthal e Jacobson, na década de sessenta, nos Estados Unidos, as visões estereotipadas de muitos professores a respeito das crianças provenientes de famílias de baixo estatuto socioeconómico geram uma engrenagem implacável que acaba por restringir ainda mais as suas oportunidades de aprender, sob a forma de uma profecia que se auto-realiza, enquanto as crianças de meios culturalmente mais favorecidos beneficiam da sua classificação – também ela estereotipada – como “clientes ideais”. Com a repetição ao longo do tempo de práticas discriminatórias por

²⁴ Ver a este respeito o interessante artigo de Carlos Alberto Gomes (1987), “A interacção selectiva na escola de massas”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº3.

parte dos professores, as primeiras crianças aprendem a associar a escola e a aprendizagem aos sentimentos de frustração que vivenciam recorrentemente, o que potencia o aumento das condutas de passagem ao acto, bem como a probabilidade de se integrarem em grupos de pares desviantes ou de se fecharem em estados depressivos.

Continuando a analisar os factores que são susceptíveis de mediar a relação entre o estatuto socioeconómico da família e o desenvolvimento e bem-estar das crianças, Bradley e Corwyn dão relevo a factores de ordem mais subjectiva, que remetem para as estruturas psíquicas dos pais, reunidos sob a designação de “**reações ao stress**”. Como relativamente aos factores anteriores, os autores procedem, no artigo que temos vindo a seguir, a uma revisão dos principais contributos da investigação nesta matéria²⁵. Começam por lembrar que, para vários investigadores, o *stress* explica uma boa parte da diferença que existem entre os resultados alcançados pelas crianças com baixo estatuto socioeconómico e os das crianças com elevado estatuto socioeconómico. Tal desigualdade explica-se pelo facto de as famílias de baixo estatuto socioeconómico vivenciarem mais acontecimentos de vida ameaçadores e incontroláveis e correrem um risco acrescido de vivenciar acontecimentos que fragilizam os laços primários, tais como a dissolução da família e as mudanças mais frequentes de domicílio. A precariedade do emprego, associada à insuficiência de meios de vida, é uma outra condição objectiva geradora de tensões com forte repercussões na desvalorização do auto-conceito dos indivíduos e na diminuição das suas capacidades de controlo sobre a própria vida, repercussões estas que potenciam a cólera e a depressão. Em consequência, cresce a probabilidade de ocorrência de maus tratos e abuso por parte de um dos adultos ao outro cônjuge e às próprias crianças.

No campo das ciências da saúde, lembram-nos Bradley e Corwyn, que foi posta em evidência a existência de **respostas fisiológicas imediatas** (e de longo prazo) às tensões associadas com o baixo estatuto socioeconómico e a uma diversidade de factores com ele relacionados, como, por exemplo, o facto de habitar num alojamento sobrelotado, relacionamentos impregnados de violência no seio da família ou do próprio habitat. Para ajudar a compreender o impacto do *stress* sobre o funcionamento adaptativo, os cientistas da saúde propõem os conceitos de *alostase* e de *carga alostática*: a alostase refere-se à capacidade do corpo adaptar-se e ajustar-se às necessidades impostas por tensões

²⁵ Ver Adler et al. 1999, Bradley & Whiteside-Mansell 1997, McLoyd 1998, Shonkoff & Phillips 2000 citados por Bradley e Corwyn, 2002.

ambientais por via de mudanças fisiológicas e de reacções comportamentais que permitem manter, pelo menos no curto prazo, o equilíbrio. As mudanças fisiológicas prendem-se, essencialmente, com o funcionamento do sistema nervoso e hormonal enquanto as adaptações comportamentais podem traduzir-se, por exemplo, pelo aumento do apetite, o consumo de álcool o recurso ao cigarro ou a substâncias psicoactivas; a carga alostática, termo proposto por McEwen e Stellar (1993)²⁶, resulta de um processo de acumulação de tentativas de adaptação que prolonga o esforço solicitado ao organismo e torna provável o dano. Os factores que, face a tensões decorrentes das condições de vida, podem contribuir para o desequilíbrio e a doença são múltiplos, desde os genéticos, às experiências anteriores de vida, factores cognitivos ou de suporte ambiental. É, pois, quando a carga alostática é mantida durante longos períodos que ocorre uma sobrecarga geradora de danos na saúde física ou psíquica²⁷.

Se é certo que relativamente aos efeitos do stress nas crianças há ainda pouca investigação esclarecedora, já no que concerne ao exercício da parentalidade, as evidências sobre o impacto dos mediadores de stress tornam-se mais claras. As tensões, as incertezas e a baixa posição social relacionadas com o baixo estatuto socioeconómico proporcionam um sentido de falta de poder, uma baixa autoestima, sentimentos de desamparo e a uma reduzida orientação para o controlo e a eficácia. Conforme a revisão bibliográfica sobre a saúde realizada por Bradley e Corwyn, uma pessoa que viva num ambiente marcado pelo baixo estatuto socioeconómico durante um longo período de tempo tende a esgotar as suas capacidades de reserva de energia, o que por sua vez conduz a estados emocionais negativos, tais como a ansiedade, a depressão e a hostilidade. Estes estados, por sua vez, conduzem a relacionamentos mais pobres com os membros da família e, até, com os amigos. Estas evidências permitem, então, concluir que, quando existem crianças em contextos marcados pelo baixo estatuto socioeconómico, a angústia vivida pelos pais pode conduzir a uma utilização excessiva de estratégias negativas de controlo, a um clima pouco caloroso e pouco responsivo às necessidades das crianças e torna-los incapazes de estar suficientemente atentos ao quotidiano das crianças. Quando as crianças são mais velhas, tais condutas parentais podem resultar em baixa auto-estima

²⁶ McEwen, B. S.; Stellar, E. Stress and the individual: mechanisms leading to disease. *Archives of Internal Medicine*. v. 153, n. 18, p. 2093 - 2101, 1993.

²⁷ Os danos físicos prendem-se essencialmente com processos inflamatórios e hipertensão e os psíquicos com a ansiedade e a depressão.

e num funcionamento adaptativo deficitário, o que aumenta significativamente o risco de o adolescente se ligar mais aos seus grupos de pares do que aos seus próprios pais.

Os vários estudos longitudinais²⁸ referenciados por Bradley & Corwyn, proporcionaram um suporte empírico substantivo à tese da relação entre o baixo estatuto socioeconómico e a conduta de inadaptação por via de um desempenho parental áspero ou negligente que compromete os relacionamentos pais-filhos. Esses estudos evidenciaram que é a ausência de parentalidade positiva, e não apenas a presença de uma parentalidade negativa, que estabelece a relação entre o baixo estatuto socioeconómico e os problemas de desenvolvimento da criança. Entre os resultados que Bradley e Corwyn destacam realça-se o facto de a privação económica reduzir a probabilidade de as mães estabelecerem objetivos elevados em matéria de desenvolvimento para os seus filhos, o que compromete a sua implicação em actividades destinadas a promover as suas competências. Inversamente, há comprovação empírica de que os pais pobres que permanecem optimistas conseguem escapar à parentalidade negativa.

A terceira categoria de processos frequentemente mencionados como mediadores entre o estatuto socioeconómico e o bem-estar da criança prende-se com as **condutas (ou o estilo de vida) relevantes para a saúde**. Segundo vários estudos citados por Bradley e Corwyn (2002) os membros das classes sociais mais baixas têm uma maior tendência ao consumo de substâncias aditivas como o tabaco e o álcool, bem como a ter uma alimentação menos saudável e a fazer menos exercício. Esses fatores estão associados a uma menor saúde física e mental, que por sua vez, torna a tarefa de prestações de cuidados às crianças mais difícil para os pais, pois de maneira geral, os pais de classes sociais mais baixas proporcionam cuidados menos calorosos, responsivos e estimulantes aos seus filhos. Esses pais acabam assim por proporcionar às crianças modelos de referência menos desejáveis, embora a hipótese da moldagem pelos papéis não tenha recebido uma forte confirmação científica para todas as áreas de funcionamento da criança.

Num estudo citado por Bradley & Corwyn (2002) levado a cabo por Wills et al. (1995) conclui-se que a baixa educação parental aumentava a probabilidade de consumo de substâncias aditivas como o tabaco. Esses comportamentos acabam por se relacionar com a competência académica e comportamental dos adolescentes, que por sua vez, aumentava a probabilidade de os adolescentes virem a consumirem outras substâncias

²⁸ Ver por exemplo Bradley & Corwyn 2001; Bolger et al. 1995; Brody et al. 1999; Conger et al. 1992, 1997; Elder et al. 1985; Felner et al. 1995; Luster et al. 1995; Lempers et al. 1989; McCoy et al. 1999; McLoyd et al. 1994; Morrison & Eccles 1995

mais perigosas, como exemplo os estupefacientes e conseqüentemente, ligarem-se a amigos que também usam drogas.

Os estilos de vida mais sedentários, os hábitos alimentares inadequados e o envolvimento precoce em condutas de risco (como por exemplo, fumar, consumo de droga, conduta sexual, atividades criminosas) conduzem frequentemente a problemas de saúde e dificuldades de ajustamento mais sérios. Embora a tese da conduta relevante em matéria de saúde seja atraente no que respeita à relação entre estatuto socioeconómico e bem-estar infantil, as evidências empíricas, por sua vez, são inconsistentes. Numa outra perspectiva, Bradley & Corwyn verificaram ao longo das suas pesquisas que as famílias com mais dinheiro, níveis educativos mais elevados e estatuto profissional mais alto têm mais probabilidades de adquirir bens e serviços que beneficiam diretamente as crianças. Famílias de elevado estatuto socioeconómico podem também utilizar o seu capital financeiro para viverem em condições habitacionais mais abastadas e em bairros mais seguros, proporcionando assim aos seus filhos uma maior proteção contra diversos danos. Nesta cadeia de pensamento, foi dada alguma atenção por parte dos investigadores ao momento em que ocorre a pobreza e à sua duração para apreciar os seus efeitos sobre o bem-estar da criança, com muita evidência empírica²⁹ para suportar a hipótese de que a pobreza persistente tem conseqüências negativas de longo prazo.

Existe também suporte empírico (ver por exemplo Garrett et al. 1994 citado por Bradley e Corwyn, 2002) para a tese de que as mudanças no rendimento familiar numa certa medida e independentemente da educação parental têm conseqüências para o desenvolvimento das crianças. De acordo com os autores os princípios da causalidade paralela, convergente e recíproca devem ficar bem presentes na nossa mente quando interpretamos os resultados de estudos acabados ou quando planeamos estudos futuros sobre a mediação. Bradley et al. (2001b) examinaram a relação entre três aspetos dos ambientes domésticos das crianças (estímulo para a aprendizagem, responsividade materna e o facto de dar palmadas), da infância até a adolescência, utilizando a modelagem linear hierárquica. Verificaram que cada um contribuía, independentemente do outro, para os resultados em matéria de leitura e que a estimulação para a aprendizagem e o facto de dar palmadas contribuía para problemas de comportamento, independentemente um do outro.

²⁹ Bradley & Corwyn (2002) citaram alguns exemplos: Bradley & Whiteside-Mansell 1997, Duncan & Brooks-Gunn 1997, McEwen & Seeman 1999

Segundo a revisão literária de Bradley & Corwyn (2002) uma das principais limitações da investigação sobre o estatuto socioeconómico é a falha em considerar em simultâneo os processos mediadores ou fatores correlacionados quando estudamos como um processo particular opera para influenciar um resultado específico em termos de desenvolvimento. Apesar da maior parte das investigações sobre o estatuto socioeconómico e os resultados da criança se ter centrado nos **processos de mediação** é geralmente reconhecido que esses processos não são os mesmos para todas as crianças. Enquanto os processos através dos quais o estatuto socioeconómico influencia o desenvolvimento das crianças estão no centro dos modelos de mediação, as condições em que estes processos operam dizem respeito aos **modelos de moderação**. Os dois modelos são complementares um do outro, cada um enriquecendo o conhecimento acerca da natureza das relações entre o estatuto socioeconómico e os resultados das crianças. A descoberta de um moderador proporciona muitas vezes pistas relativa ao processo de mediação que são subjacente à relação entre a variável independente (o preditor) e a variável dependente (o resultado). A relação entre os mediadores e os moderadores é muitas vezes mais firme (isto é, mais fundamental) do que pode aparecer inicialmente. Baron & Kenny (1986) foram segundo os autores do artigo aqui a ser analisado os que mais se esforçaram para precisar as diferenças entre mediadores e moderadores, discutem também como cada um implica muitas vezes o outro. O valor potencial da identificação dos moderadores que intervêm na relação entre o estatuto socioeconómico e o bem-estar da criança parece particularmente importante no que respeita às duas principais classes de mecanismos que é suposto relacionarem-se: o acesso aos recursos e as reações ao stress.

Vários outros autores, como por exemplo Taylor & Seeman (1999) citados por Bradley & Corwyn (2002), compilaram uma lista de possíveis moderadores da relação entre a saúde física e/ou psicológica. Observaram frequentemente que a crença no controlo pessoal, a pré-disposição ao otimismo, o suporte social, a autoestima, as estratégias para enfrentar as dificuldades e as respostas reativas são moderadores da relação entre o estatuto socioeconómico e a saúde e que o suporte social evidencia uma relação particularmente forte com a saúde psicológica. Por sua vez Garcia Coll et al. (1996), McLoyd (1990) citado por Bradley & Corwyn (2002) verificaram que a relação entre o estatuto socioeconómico e o desenvolvimento da criança varia em função da raça fornecendo assim um outro exemplo de moderador com probabilidade de implicações nas vias de conexão, quer no acesso aos recursos quer na exposição ao stress. De forma mais

simplificada, os autores concluíram que a discriminação e a opressão a que muitas vezes os membros das minorias étnicas têm de enfrentar diariamente reduzem as suas probabilidades de acesso a determinados recursos e aumentam a probabilidade de vivenciar o stress.

Os investigadores da resiliência³⁰ identificaram vários factores que podem desempenhar o papel de moderadores na relação entre o estatuto socioeconómico e o bem-estar da criança, identificando aqueles que mais ajudam as crianças a lidar ou com/enfrentar os diferentes tipos de adversidade relacionados com um baixo estatuto socioeconómico. Bradley & Corwyn referem as três grandes categorias de factores que podem funcionar como moderadores de Garmezy (1993): *(a) a personalidade/as disposições* tais como a autoestima, o locus de controlo, a autoeficácia, o otimismo, a reatividade ao stress, o humor, as estratégias ativas de *coping*, as competências comunicacionais, as competências cognitivas, as respostas afetivas aos outros e a predictibilidade; *(b) as características da família*, tais como a coesão, os valores partilhados, a paciência, o conflito, a consistência das regras, a organização do quotidiano e a presença de adultos que proporcionam um suporte às crianças e *(c) a existência de sistemas externos de suporte*. Cada um deles muda a probabilidade de os indivíduos acederem a bens e serviços necessários, bem como mudam as reações aos acontecimentos e as condições geradores de stress. Um dos exemplos apresentados no artigo de Bradley e Corwyn (2002) retirado da literatura sobre a vinculação é a constatação de que as crianças pequenas com temperamentos difíceis que vivem em ambientes com baixos recursos tendem a formar vinculações inseguras.

Para concluir, os autores realçaram o fato de ser necessário o desenvolvimento de novas investigações que compreendem o contexto social, isto é, que tentem compreender como o estatuto socioeconómico pode moderar a relação entre as diferenças individuais (como por exemplo, o temperamento) e as respostas para lidar com situações de stress. Em contraste com a escassez da investigação sobre os moderadores da relação entre o estatuto socioeconómico e o desenvolvimento da criança, o estatuto socioeconómico é frequentemente conceptualizado como um moderador das relações que têm efeito sobre as crianças. Os exemplos disso são os estudos de Lovejoy et al. (2000) citado por Bradley & Corwyn (2002) que incluem a relação entre a depressão maternal e as práticas parentais,

³⁰ Ver por exemplo Garmezy 1993, Masten & Coatsworth 1998, Rutter 1990

bem como o estudo de Wills et al. 1995 citado por Bradley & Corwyn (2002) que compreende a relação entre os fatores de risco e o consumo de droga na adolescência.

Para finalizar este compêndio conceptual apresentaremos a quinta e última categoria, o **estatuto socioeconómico coletivo**. De um modo geral, o estatuto socioeconómico opera em múltiplos níveis que podem afetar o bem-estar das crianças e jovens. Ao nível da comunidade, Bradley & Corwyn (2002) evidenciam o fato do mesmo poder fornecer informações sobre a exposição à violência e perigos bem como em relação ao acesso a recursos recreativos e institucionais. Para as crianças, é importante considerar o estatuto socioeconómico da comunidade porque está comprovado que ao habitat residencial está associado à saúde, às performances e a determinados comportamentos, mesmo quando o rendimento e o nível de educação individuais são controlados.

A bibliografia que relaciona o estatuto socioeconómico do habitat com a saúde é relativamente limitada e pouco consistente. De acordo com a investigação levada a cabo por Leventhal & Brooks-Gunn (2000 citada por Bradley & Corwyn, 2002), o resultado mais consistente até agora descoberto acerca da relação entre o estatuto socioeconómico do habitat com a saúde é o facto de as crianças que vivem num habitat de elevado estatuto socioeconómico apresenta uma maior número de vantagens na preparação para a escola e no desempenho escolar. Há igualmente comprovação empírica³¹ de que o facto de se residir num bairro de baixo estatuto socioeconómico esses fatores podem contribuir para o desenvolvimento de problemas comportamentais, bem como para a probabilidade acrescida de uma gravidez fora do casamento. No que diz respeito às crianças e de acordo com o artigo aqui a ser analisado, as crianças que crescem em ambientes urbanos pobres são frequentemente expostas a situações de risco, tais como a exposição a armas de fogo, facas, drogas, bem como a atos de violência aleatória. Em consequência a essa exposição, muitas crianças manifestam sintomas de desordem pós traumático, e não só, a exposição a situações de risco comprometem, igualmente, a sua capacidade de pensar com clareza e de resolução de problemas.

Hipoteticamente e numa perspetiva ecológica, os autores deduziram que se o número de fatores de stress aumenta no habitat, conseqüentemente, o número de suportes decresce, fazendo com que os sentimentos de desamparo dos que residem nesse habitat aumente. Para melhor compreensão, os autores Bradley & Corwyn referem a teoria da desorganização social como indispensável á boa compreensão. Segundo os atores a teoria

³¹ Bradley & Corwyn (2002) citaram as obras de Crane 1991, Loeber & Wikstrom 1993

da desorganização social estabelece que os habitats caracterizados por uma elevada percentagem de residentes de baixo estatuto socioeconómico, e co-factores do baixo estatuto socioeconómico como por exemplo a monoparentalidade e a heterogeneidade étnica, diminuem a probabilidade de a ordem social manter-se. O mesmo acontece quando existem elevadas taxas de desemprego em habitats de famílias monoparentais, essas disposições contribuem para a produção de um sentimento de “isolamento social” nos adultos que têm crianças à carga. Naturalmente, esses problemas, ao longo do tempo, arruinam a gestão familiar dando origem a práticas de socialização e estilos de vida familiares que não contribuem para um bom funcionamento adaptativo, isto é, a resolução ativa dos problemas, a organização doméstica, uma parentalidade afetiva/calorosa e estimulante, a concentração dos pais na escolaridade das crianças, bem como uma monitorização adequada. Dá igualmente origem a uma perda da identidade individual e coletiva que suporta a conduta habitual e previne o comportamento desviante.

Os autores do Home Inventory foram mais além, e examinaram as quatro teorias de Jencks & Mayer (1990) que relacionam a pobreza do habitat com a conduta social inadaptada: (a) **as teorias do contágio** (que remete-nos para a ideia de que os pares influenciam ao aumento dos problemas comportamentais); (b) **as teorias da socialização coletiva** (evidência a ideia de que os modelos de papéis e a monitorização das condutas são cruciais para o funcionamento adaptativo saudável); (c) **as teorias da competição** (refletem-se na ideia de que as pessoas competem em torno de recursos escassos); e (d) **as teorias da privação relativa** (segunda as quais os indivíduos avaliam a sua posição social por referência à posição dos seus vizinhos). De forma mais precisa, Bradley & Corwyn (2002) visam a reflexão teórica realizada por Duncan & Brooks-Gunn (1997) na qual os investigadores examinaram os aspetos destas teorias em relação às crianças pequenas e aos adolescentes. Neste sentido concluíram que a presença de vizinhos abastados tem um efeito positivo no QI, nas gravidezes na adolescência, no abandono escolar, o que sugere que a influência dos modelos apresentados pelos adultos e a monitorização das condutas são variáveis mediadoras, estas evidências empíricas que comprovam o efeito de “contágio” incide apenas relativamente aos adolescentes. Por sua vez, Leventhal & Brooks-Gunn (2000) dão também o seu contributo teórico recorreram fazem uma revisão dos mecanismos suscetíveis de ligar a pobreza do habitat/vizinhança com o bem-estar da criança. Para tal, reconhecem a três classes de mediadores: (a) **os recursos institucionais** (por exemplo, escolas, equipamentos socioeducativos para crianças, serviços médicos, oportunidades de emprego); (b) **os relacionamentos** (por

exemplo, as características dos pais e as redes de suporte disponíveis para apoiar os pais) e (c) **a eficácia das normas/do coletivo**. Estes cientistas sociais e da saúde sustentam a tese de que é o capital social e a coesão social no seio dos habitats e das comunidades que podem ajudar a reduzir o risco de morbidade e de funcionamento inadaptado. Defendem ainda que o controlo social informal, a manutenção de normas saudáveis e o acesso a várias formas de suporte social podem contribuir em simultâneo para estilos de vida mais saudáveis e para o bem-estar positivo. A eficácia coletiva remete para a existência de laços sociais no interior do habitat e para a capacidade de monitorização e supervisão da conduta dos outros de acordo com os padrões sociais. Há igualmente alguma comprovação empírica da hipótese da eficácia coletiva segundo a qual a forma do controlo social das crianças e a filiação em grupos de pares desviantes seriam mediadores entre o estatuto socioeconómico do habitat e a conduta dos adolescentes, a sua saúde mental e as suas realizações (ver por exemplo Darling & Steinberg 1997, Elliott et al. 1996, Sampson et al. 1997 citados por Bradley & Corwyn, 2002).

É a partir destes contributos acerca da relação entre o estatuto socioeconómico e o ambiente educativo que empreendemos o nosso próprio percurso de observação de um conjunto de 12 famílias, contando com pré-adolescentes no seu seio, seguindo duas direcções essenciais: a da objectivação das suas condições materiais de existência, já em parte restituída no decorrer do primeiro capítulo, mas que retomaremos no próximo capítulo através da apresentação de retratos de cada uma das famílias; a da medição da qualidade do ambiente educativo de cada família por via da aplicação do Home Inventory elaborado para este mesmo grupo etário. A apresentação de cada retrato graças às informações recolhidas no decorrer das várias situações de interacção com as famílias proporcionadas pelas profissionais da CPCJ constitui uma primeira tentativa de relacionamento entre a condição socioeconómica e as circunstâncias que contribuem para a educação dos filhos. Após esta apresentação, procuraremos retomar alguma distância reflexiva a respeito do conjunto dos resultados relativos à medição dos ambientes educativos e tentaremos responder à nossa interrogação inicial.

CAPÍTULO III
ESTATUTO SOCIOECONÓMICO BAIXO OU MUITO BAIXO E
QUALIDADE DO AMBIENTE FAMILIAR – O ESTUDO DE 12 FAMÍLIAS
ACOMPANHADAS PELA CPCJ

1. Retratos familiares à luz da entrevista semiestruturada aplicada às famílias do nosso universo de estudo acerca do estatuto socioeconómico e do Home Inventory (versão pré-adolescentes – 10 aos 14 anos de Caldwell & Bradley - 2001)

Embora as famílias que constam da nossa amostra sejam todas afetadas por privações de diversas ordens, as informações reunidas nos quadros nº 15 (p.31) e nº 20 (p.35) autorizam-nos a distribuí-las por dois grupos com níveis desiguais de vulnerabilidade socioeconómica. No primeiro grupo agregamos as famílias que consideramos mais vulneráveis (ou de estatuto socioeconómico mais baixo), uma vez que se encontram em situação de pobreza monetária, privação material (algumas delas severa) e com baixa ou nula intensidade laboral per capita. Além disso, a análise das capitações (isto é, do montante de rendimento disponível por indivíduo depois de retirar do total dos rendimentos as despesas fixas, enquanto indicador mais preciso do que o rendimento para apreciar os níveis de privação sofridos no quotidiano das famílias, confirma a maior precariedade das suas condições materiais de vida (ver quadro nº5/p.19). Estamos a nos referir às famílias 1,2,3,4,6,7 e 11.

O segundo grupo, menos vulnerável no plano do estatuto socioeconómico, é composto por 5 famílias, contando com a única família que, com uma intensidade laboral per capita de 1, não está afetada nem pela pobreza monetária, nem pela privação material (família 8), bem como com 3 outras cujos rendimentos estão acima do limiar de pobreza, apresentam uma intensidade laboral de 1 e confrontam-se com níveis mais baixos de privação material (famílias 9,10 e 12). Incluímos, ainda, neste grupo, a família 5, cujos rendimentos são praticamente equivalentes ao valor do limiar de pobreza por adulto-equivalente, não é afetada pela privação material severa, apesar de ter uma intensidade laboral per capita igual a 0. É, todavia, bem menos vulnerável do que as do primeiro grupo porque é constituída por dois avós que auferem pensões de reforma, devendo-se a intensidade laboral per capita 0 a este facto bem como à presença de uma jovem de 19 anos (que nunca trabalhou) e duas crianças (família 5). Considerando o valor das capitações, constatamos que as famílias deste segundo grupo usufruem de mais recursos

monetários do que as do primeiro grupo. De referir, ainda, que em termos de condições habitacionais (alojamento e envolvente), estas famílias usufruem também de uma situação mais favorável do que as do primeiro.

Como já vimos ao longo da revisão literária aqui apresentada, a escolha do modo de medir o estatuto socioeconómico é um tema que permanece ainda em aberto. Os autores Bradley e Corwyn (2002) aconselham-nos a refletir na hora da tomada de decisão, de modo a selecionar variáveis adequadas às características específicas das amostras e, igualmente, ao contexto em que se insere esta operação de medição.

Como acabamos de referir, apesar de a nossa amostra ser pequena e de todas as famílias poderem ser consideradas como de estatuto socioeconómico relativamente baixo, a observação fina das suas condições materiais de vida nos conduziu a delimitar dois grupos com meios de vida relativamente desiguais. Observar até que ponto esta desigualdade se repercute na qualidade dos ambientes educativos proporcionados às crianças sinalizadas junto da CPCJ é, pois, a interrogação que norteou toda a nossa recolha de informações.

Apresentaremos a resposta em dois momentos principais: num primeiro tempo, através da realização de retratos de cada família, no que toca quer ao seu estatuto socioeconómico, quer às características do seu ambiente educativo; no segundo tempo, procuraremos esboçar uma resposta para o conjunto da nossa amostra, ainda que o seu tamanho não nos possibilite qualquer tipo de generalização. Tratar-se-á, contudo, de verificar se existe uma correspondência entre a qualidade do ambiente educativo e os níveis de vulnerabilidade socioeconómica acima enunciados, tendo em consideração não somente o escore global obtido no Home Inventory, como as medianas das diversas subescalas.

Na análise do estatuto socioeconómico, partimos das três variáveis nucleares aludidas por Bradley e Corwyn (2002): **os rendimentos, o nível de qualificação escolar, o estatuto socioprofissional**. Porém, dada a importância que a pobreza infantil assume no nosso país, em geral, e no seio da população junto da qual as CPCJ intervêm³², em particular, decidimos incluir outros indicadores destinados a dar-nos um conhecimento mais fino da precariedade das condições de vida destas famílias confrontadas com dificuldades na sua tarefa educativa, tais como **a capitação familiar, a privação material, a intensidade laboral per capita, e a qualidade do habitat residencial**.

³² Ver a este respeito a nota 1 (p.9)

Quando uma criança nasce, por norma, os primeiros transmissores de conhecimento são os pais, é com eles que a criança aprende a tornar-se um ser social, a desempenhar papéis uma vez que são eles que estabelecem as primeiras interações com a criança, criando-lhe, deste modo, oportunidades mais ou menos ricas de desenvolvimento. Como bem mostraram P. Berger e T. Luckmann (2010), a “casa”, ou seja, o mundo cultural da família, é vivida, na primeira infância, como o único mundo existente para a criança, o único possível, e é precisamente esta característica que explica a força particular das interiorizações realizadas durante a socialização primária. Toda a aprendizagem efetuada no seio da família irá influenciar significativamente o modo como a criança se adapta à escola uma vez que esta representa um “novo” mundo para a criança. Consoante as características da socialização familiar, a criança beneficia, ou não, de uma relação de continuidade entre o universo familiar e o da escola, sabendo-se bem, hoje, que quando o fosso é grande entre a casa e a escola, a violência do processo de aculturação que é imposto à criança, logo no início da escolaridade, pode ter efeitos devastadores para o seu desenvolvimento em geral e a sua relação com a escola e o conhecimento, em particular. Acresce que, com o prolongamento da escolarização, o papel dos pais e da família continua a ser crucial em todas as etapas do percurso escolar. Com efeito, na medida em que a expansão da escolaridade está longe de significar, em Portugal como na grande maioria das sociedades ditas desenvolvidas, uma efetiva democratização do ensino, sabe-se que o próprio sistema educativo acaba por reproduzir no seu seio as desigualdades culturais existentes entre as crianças de famílias de estatutos socioeconómicos desiguais, por uma diversidade de vias que os pais de estatuto socioeconómico mais baixo têm imensa dificuldade em compreender e, por maioria de razão, em controlar. São, de facto, vários os factores que, no sistema educativo, contribuem para a reprodução das desigualdades socioculturais exteriores à escola. Entre as mais relevantes na actualidade citam-se as desigualdades na qualidade e no nível de exigência do ensino dispensado pelos estabelecimentos de ensino que concentram alunos de famílias com poucos recursos culturais, económicos e simbólicos e por aqueles que, no outro polo, ficam reservados aos herdeiros das famílias com altas qualificações escolares e profissionais; a multiplicação das vias de formação (ensino regular, ensino profissional, ensino vocacional, cursos de educação/formação etc...); as desigualdades entre o valor dos diplomas de mesmo nível (12º ano por exemplo), para continuar estudos, como para entrar no mundo do trabalho, consoante estas mesmas vias e consoante as áreas de formação em que se inscrevem. O fenómeno da desvalorização dos títulos escolares é, além disto, outro

obstáculo que as famílias socioculturalmente mais vulneráveis dificilmente podem contornar, em primeiro lugar por terem muito menos oportunidades de tomar consciência do que as que detêm elevados recursos escolares.

É precisamente por terem consciência que as tarefas educativas dos pais se revestem de uma crescente complexidade numa sociedade e num sistema educativo perpassados por violentas dinâmicas de concorrência que R. H. Bradley e B.M. Caldwell elaboraram um instrumento de avaliação da qualidade do ambiente educativo familiar que, em todas as fases do desenvolvimento da criança, procura integrar as várias dimensões deste papel. Dito ainda de outro modo, o Home Inventory é composto por uma série de escalas que permitem dar conta da quantidade e da qualidade da estimulação necessária para o desenvolvimento intelectual, emocional e relacional das crianças.

As famílias referenciadas à CPCJ de Gondomar que destacamos neste trabalho têm, todas, filhos no grupo etário dos 10-14 anos, motivo pelo qual apresentamos, aqui, as escalas do Home Inventory destinadas a avaliar o ambiente educativo dos pré-adolescentes. As 7 escalas que compõem este instrumento incidem sobre: o ambiente físico; os materiais de aprendizagem; a moldagem; o fomento da auto-suficiência e da responsabilidade; a regulação das condutas pelos pais; o companheirismo familiar e a aceitação.

A observação destas escalas, designadamente através dos elementos de informação reunidos no quadro nº24, permite-nos concluir que, na perspectiva dos autores, são vários os desafios a que os pais têm que responder para poder efetivamente responder às necessidades educativas dos seus filhos.

Quadro nº24 - Descrição das Subescalas do Inventário HOME versão Pré-adolescentes (10-14 anos) e o exemplo dos seus Itens.

Nome da Subescala	Descrição	Exemplo do Item
I- Ambiente Físico (itens 1-7)	Indica se o meio envolvente é seguro, se tem espaço suficiente e se é apelativo para um adolescente.	- O quarto do adolescente tem, pelo menos, dois quadros ou decorações apelativas para um adolescente. - A casa tem um espaço vital de pelo menos 9m ² por pessoa que lá mora.
II- Materiais de aprendizagem (itens 8-17)	Indica o apoio dos pais à aprendizagem e ao desenvolvimento através da disponibilização de objectos, tempo e meios financeiros necessários para encorajar o desenvolvimento de competências diversas e fomentar condutas favoráveis à resolução de problemas.	- O adolescente tem acesso a pelo menos vinte livros apropriados ao seu desenvolvimento. - O adolescente tem acesso a uma secretária ou a outro lugar adequado à leitura e ao estudo
III- Moldagem (itens 18-27)	Identifica o comportamento maduro e socialmente responsável por parte do principal cuidador, representando, assim, um modelo positivo para o adolescente. Isto envolve a educação pela via da prática e não pela pregação.	- A mãe (PC) compra e lê um jornal diariamente ou uma revista informativa. - A mãe (PC) tem amigos com quem ela costuma interagir fora do trabalho.
IV- Fomentar a Auto-Suficiência (itens 28-33)	Reflete os esforços dos pais ou principal cuidador para que o adolescente se possa tornar auto-suficiente, através do treino de competências cada vez mais complexas e úteis e da criação de situações que fazem apelo à sua responsabilidade.	- A mãe (PC) conversou com o adolescente durante as duas últimas semanas sobre coisas que aconteceram recentemente no mundo - A mãe (PC) tem dado apoio ao adolescente com a realização dos trabalhos de casa e os compromissos escolares.
V- Atividades de regulação (itens 34-43)	Identifica um clima de regras que não são excessivas nem punitivas mas proporcionam o ordenamento do quotidiano. Estas regras comunicam ao adolescente que os pais estão a demonstrar o seu amor, não a sua hostilidade, ao estabelecerem limites, ou seja, os itens desta subescala identificam o tipo de filosofia parental adotada pelos pais.	- A mãe (PC) faz advertências regulares sobre os perigos do abuso do álcool e das drogas entre os adolescentes. - O adolescente tem rotinas semanais de cuidados da casa.
VI- Companheirismo familiar (itens 44-51)	Abrange atividades que mostram que o adolescente faz parte de uma família que se envolve activamente em rotinas diárias e em atividades sociais. Também identifica pais que estão dispostos a fazer um esforço para que o adolescente participe em actividades na comunidade e se percepcione como parte de um parentesco alargado.	- O pai (PC) envolve-se regularmente em atividades ao ar livre, juntamente com o adolescente. - O adolescente faz pelo menos uma refeição por dia, na maioria dos dias, com a mãe e o pai (PC). A família costuma sentar-se e partilhar uma refeição.
VII- Aceitação (itens 52-60)	Identifica laços de vinculação segura entre pais e filhos que são mutuamente gratificantes tanto para os pais como para as crianças. Certos itens refletem a cortesia dos pais para com o adolescente e o calor emocional presente na relação.	- Durante a visita a mãe (PC) demonstra algumas respostas emocionais positivas, face ao elogio do adolescente da parte da visitante - A mãe (PC) encoraja o adolescente a participar na conversa durante a visita.

A subescala “*ambiente físico*” permite verificar se o pré-adolescente usufrui de um contexto espacial favorável às suas necessidades de concentração para estudar, isto é, de lugares simultaneamente aprazíveis, acolhedores e confortáveis e, ainda, compatíveis com momentos de calma, sem esquecer a importância de que se reveste a qualidade do meio envolvente, em termos de segurança e igualmente de oportunidades de espaços de lazer. Este é uma das subescalas em que o valor da mediana correspondendo ao conjunto das 12 famílias equivale à mediana padrão definida pelos autores (7).

A subescala “*materiais de aprendizagem*” visa determinar o nível de preocupação dos pais com o desenvolvimento cognitivo dos seus filhos e com o fomento da curiosidade, de competências práticas no domínio das manualidades, da informática, de jogos e do exercício físico. Estas duas subescalas prendem-se, pois, mais com componentes materiais do ambiente educativo.

As restantes escalas incidem mais sobre as dimensões normativas e relacionais do processo educativo, destacando várias facetas destas duas dimensões. Assim, a subescala relativa à “ *moldagem*” permite determinar se o pré-adolescente encontra no seu ambiente familiar modelos de condutas facilitadores da inclusão escolar e social, sendo bastante amplo o leque de condutas consideradas: condutas que provam o apreço do cuidador principal pela cultura “erudita”, designadamente através da leitura de livros e do recurso a um código linguístico elaborado, assim como o seu interesse em compreender o mundo envolvente, através da leitura regular de jornais ou revistas; capacidade de autodisciplina ao serviço de valores, por exemplo através de atividades religiosas ou, ainda, do envolvimento em atividades socioeducativas destinadas ao filho; cultivo da sociabilidade, demonstrando interesse e respeito por outros para além do núcleo familiar; práticas indiciadoras de um estilo de vida saudável incluindo a prática de exercício físico e a abstinência em relação a consumos prejudiciais; modelos de equilíbrio emocional dando prova de auto-controlo na relação com o adolescente.

A subescala “*fomento da auto-suficiência*” pressupõe que os pais desempenhem funções de supervisão que permitam ao pré-adolescente desenvolver e exercitar a sua autonomia de decisão e o seu sentido de responsabilidade. Uma primeira condição da aprendizagem da autonomia prende-se com o investimento dos pais junto do filho(a) para que este possa compreender como o mundo em que vive funciona, daí a importância de os pais contribuírem, através do diálogo com os filhos, para a interpretação de acontecimentos a que os media dão relevo. Mas fomentar a capacidade de responder autonomamente às necessidades e dilemas da vida real passa igualmente por aprendizagens práticas, tais como cozinhar, manter o seu espaço de vida organizado, gerir o dinheiro de bolsa ou, até, contribuir através da realização de tarefas para o aumento da sua semanada. Incentivar os filhos a acionar as respostas certas face a acontecimentos que ameaçam a sua segurança ou integridade constitui um outro indicador da capacidade dos pais em desenvolver a autonomia dos pré-adolescentes. Tal como a sua implicação na criação de oportunidades para que, nos tempos de lazer, os filhos diversifiquem as suas competências cognitivas, físicas e/ou relacionais, ampliem o conhecimento do mundo à

sua volta e descubram, graças ao investimento numa dada prática, o seu próprio valor. Finalmente, esta subescala visa ainda apreciar se os pais conseguem alcançar um equilíbrio entre responsabilização do pré-adolescente pela realização dos trabalhos escolares e apoio a lhe prestar para que consiga vencer dificuldades e descobrir o valor do esforço, sem todavia, se substituírem a ele.

A subescala “*atividades de regulação*” remete, igualmente, para as funções de supervisão esperadas dos pais dos pré-adolescentes, mas desta vez essencialmente voltadas para o processo de progressiva interiorização das regras que é de fomentar no pré-adolescente. Esta subescala visa, pois, testar se os pais investem suficientemente na definição de limites claros às condutas sem, todavia, impedir que o pré-adolescente usufrua de momentos em que a sua margem de intervenção é maior (daí por exemplo a firmeza das exigências nos dias de semana, tempos de trabalho escolar versus à atribuição de uma maior margem de liberdade ao jovem nos fins de semana e em tempos de férias). Outro pressuposto desta subescala é que a interiorização do controlo depende muito das oportunidades que os pais criam para que os filhos possam entender o valor das regras, verificar as suas vantagens concretas na prática social quotidiana, o que torna seguramente necessária a gestão de uma proximidade compreensiva dos pais na relação com os seus filhos bem como com os amigos mais chegados destes. Em suma, cabe aos pais implicar diretamente os seus filhos na criação de um meio de vida organizado graças ao estabelecimento de rotinas que não excluem, todavia, espaços de maior criatividade, o que será, alias uma ocasião de verificar que os pré-adolescentes se tornem capazes de fazer as “boas” escolhas para si próprios e para os outros.

No que concerne à subescala “*companheirismo familiar*”, a questão fundamental remete para as condições necessárias para que o jovem experimente laços familiares fortes e possa, deste modo, aprender a participar na sua construção e consolidação. A subescala permite verificar se este processo de construção de laços existe quer na relação inter-individual mãe-filho (s), pai-filho (s) mas igualmente ao nível da família nuclear, do parentesco mais alargado e dos amigos. Os itens deixam claro que os laços se constroem em função das oportunidades de partilha de experiências e descobertas culturais, desportivas, dando importância à necessidade de os pré-adolescentes poderem ampliar as fronteiras do mundo com o qual se familiarizam. A multiplicação de vias para aumentar o capital social do jovem aumenta as probabilidades deste alcançar bons níveis de adaptação e sucesso.

A subescala “*aceitação*” visa determinar a capacidade da mãe/pai reconhecer que o filho(a) é um ser distinto de si próprio e das expectativas que inevitavelmente alimenta à seu respeito. Uma série de itens devem permitir verificar se o cuidador principal valoriza as capacidades e modos de se comportar do filho(a), reconhece e aceita que este esteja a desenvolver uma personalidade própria, mesmo que não sempre compatível com a sua ou com a que, consciente ou inconscientemente, projecta; se manifesta disponibilidade para que o filho(a) seja parceiro(a) da sua vida e para lhe dedicar o tempo necessário à expressão dos dilemas, dúvidas, interrogações com os quais se confronta no seu processo de crescimento. Subjacente à elaboração desta subescala está a tese de que a solidez do laço entre pai/filho implica que o filho esteja assegurado de que conta para o pai (é importante, tem valor, merece a sua dedicação, portanto é plenamente reconhecido) e, igualmente, que pode contar com pai (ou seja, que este está disponível para o proteger e fazer crescer), relacionamento socio-emocional positivo entre pais e filhos. Esta subescala permite, pois, verificar se o jovem tem condições externas a ele para desenvolver uma vinculação segura.

Graças à definição por R. Bradley et al. de uma mediana padrão para cada subescala e para o conjunto do instrumento, as pontuações obtidas permitem determinar que dimensão (ões) concreta (s) do ambiente familiar é (são) suscetíveis de comprometer o desenvolvimento da criança/adolescente e, na base da pontuação global, apreciar a gravidade do risco que a criança/adolescente pode correr.

Neste ponto do trabalho, procuramos apresentar as peculiaridades socioeconómicas e educativas de cada família. No ponto seguinte, confrontaremos os resultados obtidos através da aplicação do Home Inventory nas 12 famílias observadas com as suas características de estatuto socioeconómico de maneira a verificar se os dois níveis desiguais de vulnerabilidade socioeconómica identificados nestas 12 famílias têm repercussões sobre a qualidade dos ambientes educativos.

Grupo 1 – das famílias mais vulneráveis

Família 1 - “*João*”

O João tem 14 anos vive com a mãe, a D. Maria (49 anos). A família é beneficiária do Rendimento Social de Inserção e está sinalizada à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Gondomar por negligência parental. Com efeito dessa sinalização

estiveram queixas provindas do estabelecimento de ensino por falta de higiene do menor. Segundo o processo consultado junto da CPCJ, a D. Maria sofre de transtorno bipolar e já esteve internada por diversas vezes no Hospital Conde Ferreira para realizar os devidos tratamentos.

O jovem frequentava o 9º ano de escolaridade, sem nunca ter reprovado de ano letivo e com aproveitamento escolar razoável, numa escola perto da sua área de residência, Baguim do Monte.

A D. Maria frequentou e concluiu o 4ºano do 1º ciclo do ensino básico. Confidenciou-nos que começou a trabalhar aos 12 anos como aprendiz de sapataria, com a idade de 16 anos começou a trabalhar como auxiliar de farmácia, um emprego que durou 4 anos. Na expectativa de melhorar a sua vida imigrou para França, país no qual trabalhou 8 anos como empregada de limpeza em escritórios. Nos anos em que esteve imigrada que foram aproximadamente 10 anos a D. Maria casou e teve dois filhos. Entretanto, ficou viúva e volta ao seu país natal.

Seguiu-se um período de instabilidade laboral aquando o seu regresso, uma vez que a D. Maria esteve desempregada aproximadamente 2 anos. Após esse período começou a trabalhar como operária numa fábrica de vidro. Entretanto, nasceu um terceiro filho, o João, mas a sua relação com o seu companheiro não resultou e os pais separaram-se. Importa referir que apesar desta separação, o jovem mantém um contacto próximo e frequente com o pai. A separação colocou a D. Maria e os filhos numa situação mais precária, tanto mais quanto ao longo dos 10 anos em que trabalhou como operária não qualificada numa fábrica, nunca usufruiu de uma relação laboral estável. Acabou por ficar desempregada e até à data nunca conseguiu voltar a inserir-se no mercado de trabalho de forma duradoura. Apenas conseguiu prestar alguns serviços de limpeza sem qualquer relação contratual e de modo episódico.

No momento presente, a D. Maria encontra-se desempregada aproximadamente há 72 meses.

Uma primeira reflexão sobre o percurso profissional da mãe do João é que, antes da atual experiência de desemprego prolongado, exerceu atividades profissionais em áreas diferenciadas mas com alguma continuidade. As oportunidades de integração no mundo de trabalho permitiram-lhe manter um nível de atividade relativamente regular, embora em atividades que não permitiram elevar os seus recursos culturais, nem experimentar na prática a importância da escolaridade para a vida profissional.

Contudo, essa estabilidade como já referida foi duramente afetada a partir do momento em que o D. Maria ficou desempregada, situação essa que trouxe consigo a precaridade monetária e a vulnerabilidade à pobreza.

Da descrição do percurso profissional da D. Maria, podemos ainda inferir que usufruiu do subsídio de desemprego (24 meses) mas que se encontra já há vários anos sem qualquer proteção efetiva contra a pobreza uma vez que é beneficiária do RSI (no montante de 171€) e que o agregado apenas sobrevive graças à pensão de alimentos paga pelo pai de João (300€) e ao abono de família (35,19€). É, pois, a pensão de alimentos que permite que a intensidade da pobreza seja apenas de 4,58%, contudo, com um valor de capitação de 16,09€ (o valor do rendimento por adulto equivalente sendo de 530,40€).

Porque a situação de desproteção é já muito prolongada, a família encontra-se numa situação de privação material severa: é afetada pelos 9 tipos de privação considerados para medir o nível de privação material pelo INE (2011).

Consequentemente, em termos de alimentação, se não contassem com a ajuda da escola durante o ano letivo para assegurar parte das refeições do jovem, desde pequenos-almoços, almoços e lanches a meio da manhã e tarde, esta família não conseguiria assegurar todas as refeições diárias. Com efeito, durante o período de férias escolares, a condição material desta família agrava-se a ponto de se registarem dificuldades em assegurar as refeições diárias sem o auxílio de familiares e amigos. Na entrevista, D. Maria realçou as suas dificuldades na aquisição de alimentos frescos como: frutas, legumes, carne e peixe, tendo que recorrer aos produtos congelados mais baratos para estes dois últimos tipos de alimento.

Quanto à situação habitacional, registamos que a família vive numa casa arrendada na freguesia de Baguim do Monte, Gondomar. Trata-se de um T1 com muito pouco espaço: comporta apenas um quarto e consequentemente o jovem tem de dormir com mãe, uma casa de banho, uma cozinha e um pequeno hall que a família utiliza como sala, existindo portanto sobrelotação da habitação. É uma casa com pouca luz natural e com problemas de humidade (com infiltrações no telhado, paredes e soalho). Quanto as despesas para o alojamento, a família paga uma renda de 230€, despesa essa que por diversas vezes é suportada graças à ajuda do pai do menor. Se esta não existisse, a família ficaria sem meios monetários para satisfazer necessidades elementares para a sobrevivência, tais como alimentação e vestuário. O acesso à energia elétrica e água é possível graças às medidas de apoio existentes para as famílias em situação de vulnerabilidade económica.

A D. Maria já pensou candidatar-se a uma habitação social, devido às condições precárias da atual habitação e ao seu custo, contudo, com medo de não ficar a viver na mesma freguesia, adiou essa decisão. Outro fator que poderá explicar este adiamento prende-se com o facto do meio envolvente ser limpo e aprazível, com edifícios cuidados e sem sinais visíveis de vandalismo ou outros comportamentos desviantes. Existe espaços próprios ao ar livre para os jovens brincarem e conviverem em segurança, como é o caso do Parque Aventura com acesso gratuito.

Passemos agora à observação do ambiente familiar do João graças à aplicação das várias subescalas do HOME: com o valor de 29 pontos, a pontuação global está muito abaixo não somente do máximo possível (60 pontos) mas, também, da mediana padrão (44 pontos), como podemos observar no quadro nº 25 reproduzido a seguir.

Quadro nº25 - Home Inventory da Pré-adolescência

Sumário – João			
Subescala	Pontuação Possível	Mediana	Pontuação atribuída
I- Ambiente Físico	7	7	3
II- Materiais de Aprendizagem	10	7	5
III - Moldagem	10	7	4
IV- Fomentar a Auto-suficiência	6	4	2
V - Atividades de Regulação	10	9	4
VI - Companheirismo familiar	8	5	3
VII - Aceitação	9	9	8
Pontuação total	60	44	29

Seguindo as informações reunidas no quadro nº25 é de registar a pontuação baixa na subescala “ambiente físico” (3 pontos em 7 possíveis), já que esta família reside numa casa arrendada com poucas condições habitacionais que não reúne elementos de conforto essenciais no que respeita ao espaço interior da habitação. A casa tem pouca luz natural, tem problemas de humidade e danos estruturais graves, devido em grande parte à antiguidade da construção e falta de manutenção, bem como problema de sobrelotação.

A pontuação obtida na subescala “materiais de aprendizagem” (5 pontos em 10) revela-nos alguma preocupação da mãe em assegurar o acesso do filho a livros didáticos adequados à sua idade, e em disponibilizar um computador com acesso à internet para pesquisa dos trabalhos escolares. Além disso, o João tem acesso a jogos de tabuleiro e de computador, bem como a materiais de arte, tais como: tintas, pinceis, telas que estimulam ao desenvolvimento da sua criatividade.

Na subescala “moldagem”, a pontuação obtida (4 pontos em 10 máximos) sugere uma fraca participação da família em atividades culturais ligadas à leitura, já que não existe o hábito enraizado de ler livros, jornais ou revistas. De registrar, como particularmente relevante, a dificuldade da mãe em construir frases completas e sintaticamente bem organizadas. Contudo, é um exemplo positivo no que respeita às regras de convivência social e ao não consumo de álcool ou drogas.

Não menos significativo é constatar o valor de 2 pontos na subescala “fomentar a auto-suficiência (em 6 pontos possíveis) cujos indicadores são significativos do tipo de comunicação e da “filosofia” parental que vigoram no ambiente educativo familiar. No caso em questão, a mãe não é capaz de dar apoio no que diz respeito ao acompanhamento e estabelecimento de regras para a realização das tarefas escolares, nem à verificação dos mesmos. As carências também se verificam pela falta de adultos que estimulem o pré-adolescente na aquisição de competências pessoais e sociais que deveria estar a adquirir a fim de preparar a sua progressiva autonomização, tais como exemplo: competências de culinária, de limpeza ou competências em lidar com situações de emergência em matéria de saúde e de segurança.

Na subescala “atividades de regulação” registam-se 4 pontos em 10 possíveis, uma vez que a mãe do João revela uma evidente despreocupação em relação ao estabelecimento de rotinas e horários regulares e previsíveis para o pré-adolescente. Contudo, o jovem pernoita todos os dias em casa em dias de escola e mesmo na maioria das vezes nas férias, sendo que quando há essas exceções o pai e as irmãs mais velhas são chamados para exercer o controlo necessário. É, além disto, notória uma certa incapacidade de regulação em relação ao uso criterioso da televisão.

Não menos importante é constatar, também, uma reduzida pontuação na subescala “companheirismo familiar” (3 pontos em 8), indicando que o ambiente familiar carece de rotinas diárias que fomentem a interação com outros, especialmente no seio da comunidade: o João não tem contacto com ofertas culturais (como espetáculos, exposições, idas ao teatro, visitas a museus ou viagens longe do seu contexto habitual). Um dos principais motivos reside provavelmente na insuficiência de meios financeiros, embora se saiba bem, hoje, que existem, também, fortes barreiras culturais neste domínio. A compreensão dos códigos culturais da cultura dita “erudita” é uma condição indispensável para que os indivíduos desenvolvam práticas regulares de consumo nesta matéria. Os aspetos positivos nesta subescala remetem para as refeições em conjunto com

a mãe e as vezes com a presença do pai, bem como a recepção de familiares e amigos próximos.

Por fim, constata-se que é a subescala “aceitação” que apresenta a pontuação mais alta registada (8 pontos em 9 totais), o que traduz uma real implicação afetiva da mãe, embora esta experimente muitas dificuldades na regulação atenta do dia-a-dia e dos comportamentos do João. Ainda que seja fraco o seu investimento na formação do filho no que respeita por exemplo ao apoio escolar ou ao diálogo sobre temas importantes para o seu crescimento e desenvolvimento (como os perigos advindo do consumo de álcool, droga ou no que respeita à sexualidade saudável e responsável e à higiene corporal), o João e a mãe mantêm uma relação reveladora de laços sólidos e estáveis. O aspeto negativo apontado nesta escala prende-se com a falta de lugar onde o jovem possa aprender a organizar as suas actividades e bens, em resultado da sobrelotação acima referida.

Família 2 – “Cristiano”

O Cristiano tem 12 anos vive com a mãe, a D. Ana (30 anos) e o padrasto o Sr. Paulo (26 anos) e a irmã Catarina (7 anos). A família depende exclusivamente dos rendimentos obtidos do trabalho da D. Ana.

Tal como as demais famílias do nosso universo de observação, esta família também está sinalizada à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Gondomar por “negligência parental” e “comportamentos desviantes” do jovem. Com efeito, na base dessa sinalização estiveram inúmeras queixas provindas do estabelecimento de ensino do Cristiano por comportamentos agressivos por parte do jovem para com colegas e professores, bem como negligência parental por falta de comparência da mãe às reuniões na escola, quer estas incidam sobre o aproveitamento escolar do menor, quer quando foi convocada pelo diretor de turma quando o menor foi suspenso 3 dias da escola por agressão a um docente. A ausência da mãe foi entendida como indicador de uma atitude de desvalorização dos comportamentos agressivos e inadequados do menor dentro e fora da sala de aula.

No ano letivo de 2014/15, o jovem frequentou e não concluiu pela 2ª vez o 5º ano de escolaridade e durante os dois primeiros trimestres do ano letivo teve 21 faltas disciplinares, os seus comportamentos agressivos e inadequados havendo sido objetos de numerosas queixas por parte de professores e colegas. Como era expectável, a suspensão

de 3 dias da escola não surtiu efeito, os seus comportamentos agravaram-se e o Cristiano acabou por ser expulso do estabelecimento de ensino antes do fim do ano letivo e transferido para outra escola.

A D. Ana frequentou e concluiu o 9º ano de escolaridade. Confidenciou-nos que começou a trabalhar aos 18 anos como empregada de balcão, emprego esse que manteve durante 5 anos. Depois do nascimento do 2º filho, decidiu, com o companheiro, abandonar este emprego, a fim de se dedicar exclusivamente à educação das crianças (o Cristiano com 4 anos e a irmã com alguns meses). Após aproximadamente 2 anos voltou a integrar-se no mercado de trabalho, desempenhando o mesmo tipo de tarefas, isto é como empregada de mesa num bar, durante cerca de 2 anos. Acabou, no entanto, por despedir-se porque tinha de trabalhar de noite e perdeu o apoio do companheiro que foi preso por crimes graves.

Após este acontecimento, D. Ana passou por um período de grande instabilidade financeira e desequilíbrio emocional. Chegou a ser despejada da casa onde vivia por falta de pagamento da renda e de outras despesas como água, luz e gás e só não ficou sem abrigo por ter tido a possibilidade de recorrer a familiares (os bisavós dos menores) que a colheram com os 2 filhos. Entretanto, passados quase 2 anos a D. Ana conseguiu integrar-se, de novo, no mercado de trabalho em regime de part-time sem qualquer relação contratual, uma vez mais na área da restauração. No momento presente, a D. Ana está à espera que a segurança social lhe atribua a prestação social do RSI, uma vez que os rendimentos do seu trabalho são muito baixos (240€) e, além disto, instáveis.

Na altura da intervenção da CPCJ D. Ana vivia com um novo companheiro, o Sr. Paulo, que se encontrava em regime de prisão domiciliária com pulseira eletrónica à espera de julgamento pela prática de diversos crimes (tráfico de estupefacientes e assaltos a mão armada). O Sr. Paulo possui o mesmo nível de escolaridade e o seu trajeto de vida é marcado por várias manifestações de comportamento desviante. Aos 16 anos foi institucionalizado num centro educativo por prática criminosa (tentativas e furtos de veículos, vandalismo e associação com um gangue) durante aproximadamente 3 anos. Após a sua saída do centro educativo, por volta dos 19 anos, começou a trabalhar como segurança em estabelecimentos noturnos sem qualquer vínculo contratual.

Não será pois abusivo salientar no percurso profissional desta mãe uma grande instabilidade laboral, sempre em condição de grande precariedade contratual. Em consequência, nunca usufruiu do subsídio de desemprego pois em qualquer das atividades que desempenhou não se encontrava protegida pelo sistema de Segurança Social. Uma

vez mais, estamos em presença de um percurso profissional sem oportunidades de a D. Ana elevar os seus recursos culturais e muito menos experimentar na prática a importância da escolaridade para a vida profissional.

Os rendimentos económicos do trabalho da D. Ana são muito baixos (240€) sendo que a família sobrevive graças a ajudas de familiares, nomeadamente, da bisavó da D. Ana, bem como do abono de família dos menores (84€). Deste modo, a intensidade de pobreza deste agregado é de 62,18% (o valor do rendimento por adulto equivalente sendo de 856,8€ e com um valor de capitação de 52,50€).

A família encontra-se numa situação de privação material severa: sendo afetada por 6 de 9 tipos de privação considerados para medir o nível de privação material pelo INE (2011). De forma mais específica, esta família não tem capacidade para assegurar um pagamento imediato de uma despesa inesperada no valor mensal da linha de pobreza sem recorrer a empréstimo, não tem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, não consegue assegurar uma refeição de carne ou de peixe de 2 em 2 dias, não consegue manter a casa adequadamente aquecida, não tem disponibilidade de comprar uma máquina de lavar a roupa bem como não tem capacidade de obter nem manter um carro ligeiro por dificuldades económicas.

No que respeita à alimentação, esta família não consegue assegurar todas as refeições diárias sem ajudas externas. Durante a maior parte do ano, as refeições dos menores estão asseguradas graças à Ação social escolar. Esta família conta também com ajuda de familiares da D. Ana, especificamente, uma prima e a bisavó para conseguir realizar as refeições diárias necessárias. A D. Ana referiu que o seu trabalho só lhe permite pagar as despesas mensais relacionadas com o alojamento e que pouco lhe sobra para os bens essenciais (como alimentação e vestuário). Confidenciou-nos que, apesar de morar numa habitação social, a precariedade monetária é tão forte que teve de realizar um pedido de ajuda no âmbito da Ação Social até que lhe fosse atribuído o rendimento social de inserção.

Quanto às suas condições habitacionais, a família vive num T1 muito pequeno: comporta um quarto de casal no qual dormem o Cristiano e a irmã, uma cozinha, uma casa de banho, uma sala que serve provisoriamente de quarto para o casal. A D. Ana fez pedido junto da camara para que lhe fosse atribuída uma casa maior. D. Ana e o companheiro consideram que a casa em si oferece condições razoáveis, já que não apresenta problemas de humidade, nem fontes de perigo para as crianças, não deixando contudo de ser muito pequena para o atual agregado familiar. É, de facto, um caso de

sobrelocação. Tem a vantagem de ter uma renda de somente 5,58€, sendo que o acesso à energia e água também está assegurado graças às medidas de apoio existentes para as famílias em situação de vulnerabilidade económica. Quanto à área envolvente do alojamento, apresenta-se agradavelmente limpa e sem sinais visíveis de vandalismo ou criminalidade. Existem também espaços próprios ao ar livre para os jovens brincarem e conviverem em segurança.

Passemos agora à observação do ambiente familiar do Cristiano graças à aplicação das várias subescalas do HOME: com o valor de 29 pontos, a pontuação global está muito abaixo não somente do máximo possível (60 pontos) mas, além disto, da mediana padrão (44 pontos), como podemos observar no quadro nº 26.

Quadro nº26 - Home Inventory da Pré-adolescência

Sumário – Cristiano			
Subescala	Pontuação Possível	Mediana	Pontuação atribuída
I- Ambiente Físico	7	7	5
II- Materiais de Aprendizagem	10	7	4
III – Moldagem	10	7	4
IV- Fomentar a Auto-suficiência	6	4	1
V - Atividades de Regulação	10	9	4
VI - Companheirismo familiar	8	5	3
VII – Aceitação	9	8	8
Pontuação total	60	44	29

Tendo em conta o conjunto dos resultados acima apresentados é de salientar a pontuação quase nula obtida na subescala “fomentar a auto-suficiência” (1 ponto em 6 possíveis). Essa pontuação é reveladora de um ambiente familiar que não reúne as condições necessárias para que o Cristiano possa ser responsabilizado pelo cumprimento das tarefas que correspondem à sua fase de desenvolvimento. A mãe, como principal cuidadora, não verifica ou apoia à realização dos trabalhos de casa e demais tarefas escolares, bem como não orienta ou responsabiliza o jovem quanto ao seu cumprimento. Para além disso, a mãe não investe na aquisição por Cristiano de competências em matéria de culinária ou de limpeza no jovem, o que é tanto mais gravosa quanto o Cristiano não pode contar com o pai e o carácter recente e conturbado do relacionamento que a mãe tem com outro companheiro também é incompatível com o exercício de um papel parental. Não menos importante, é o facto de, nesta família, também não existir qualquer incentivo a conversas que possam contribuir para o jovem possa interpretar o mundo à sua volta e

questionar os modelos masculinos negativos que estão, no entanto, bem presentes no seu dia-a-dia.

As subescalas “materiais de aprendizagem”, “moldagem” e “atividades de regulação” registam todas a mesma pontuação de 4 pontos (em 10 possíveis). O material de apoio à aprendizagem resume-se à posse de um computador, alguns jogos de tabuleiro (como o monopólio) e a equipamento desportivo. Além do equipamento desportivo imposto pela frequência da escola, Cristiano tem um skate e uma bicicleta mas, em contrapartida, os jogos de tabuleiro (que são sem dúvida materiais importantes para a estimulação do raciocínio, da concentração e o desenvolvimento cognitivo do pré-adolescente) não parecem ser muito utilizados, sendo que o computador parece ter sido adquirido muito mais com o intuito de ocupar o jovem com videojogos (mesmo que inapropriados à sua idade em virtude da sua sofisticação em torno da violência) do que propriamente para incentivar um investimento numa ferramenta de pesquisa e de apoio à realização de trabalhos escolares. Refere-se, a este respeito, que o jovem utiliza o computador de forma pouco criteriosa e sem vigilância e que muitas vezes fica até às 2 horas da manhã a jogar computador.

É, pois, possível verificar-se uma certa incoerência no papel dos adultos responsáveis, enquanto modelos para o Cristiano. A subescala “moldagem” dá pista sobre o comportamento maduro e socialmente responsável dos pais enquanto referências positivas para o adolescente. Estas referências são, no caso do Cristiano, a prática de convívio com amigos por parte da mãe fora do seu contexto profissional e o fato de a mãe demonstrar um comportamento responsável no que diz respeito ao consumo de álcool e droga. Contudo, arriscaríamos a dizer que essas referências positivas por parte da mãe não conseguem equilibrar, a nosso ver, os comportamentos/exemplos reprováveis por parte do pai biológico e do padrasto. Recorda-se que o pai do Cristiano está preso por práticas criminosas graves e o padrasto encontra-se de momento em casa em prisão domiciliária (com recurso ao uso de pulseira eletrónica).

Como era de esperar a pontuação da subescala “atividades de regulação” demonstra uma evidente despreocupação por parte dos adultos responsáveis em relação ao estabelecimento de rotinas, horários e controlo das amizades do Cristiano, bem como, falta de cuidado e de orientação ou aconselhamento do adolescente sobre os perigos do abuso de álcool e droga e de práticas responsáveis no que diz respeito à sexualidade e à higiene corporal. É, também notório a falta de disciplina no uso da televisão, tal como sucede com o computador.

Não menos significativo é constatar, também, uma reduzida pontuação na subescala “companheirismo familiar” (3 pontos em 8 possíveis) que comprova que o ambiente familiar do Cristiano é caracterizado pela falta de rotinas diárias que fomentem a interação com outros, principalmente fora das fronteiras do seu ambiente familiar (na comunidade). Esta pontuação indica-nos também que esta família não proporciona qualquer oportunidade de usufruir da oferta cultural da cidade (como espetáculos desportivos, espetáculos teatrais ou concertos). As únicas pontuações positivas obtidas nesta subescala remetem para as refeições em conjunto e para a receção de familiares em sua casa.

A subescala “ambiente físico” foi uma das únicas que registou uma pontuação mais elevada: 5 num total de 7. A casa, num bairro de habitação social, é pequena para a composição do agregado existindo sobrelotação do alojamento. Além desse problema o meio exterior é demasiado barulhento.

Para terminar, é na subescala “aceitação” que se regista a pontuação mais alta (8 pontos em 9), o que nos parece indicar que o estilo parental é permissivo negligente³³ (Baumrind, 1966;1989. Maccoby & Martin). Este estilo parental é típico de pais que não exigem grandes ou nenhuma responsabilidade aos seus filhos, existindo, portanto, uma grande ausência de normas e regras bem como uma elevada tolerância e aceitação face a condutas em que os seus filhos são dominados pelos seus impulsos. Outra característica deste estilo parental prende-se com o fornecimento excessivo de ajuda e de padrões irrealisticamente baixos mas também com a pouca estimulação da criança (o que faz com que esta não desenvolva capacidade que lhe permita funcionar de forma eficaz). A partir do retrato familiar, especialmente, do trajeto escolar do pré-adolescente bem como dos resultados obtidos no Home, podemos concluir que o Cristiano é um jovem que não é contrariado

³³ Diana Baumrind (1966, 1968, 1977,1989) com o recurso a vários estudos descreve e analisa os diferentes estilos parentais, essencialmente, o comportamento parental associado a cada um. Habitualmente, os pais com estilo negligente não exigem grande responsabilidade aos filhos bem como não encorajam a sua independência. Resumidamente, são pais frios, inacessíveis, indiferentes, centrados neles próprios, não dando à criança/jovem os estímulos afetivos de que necessita e recorrem a castigos ou pressões para evitar que o filho perturbe o seu comodismo. Os filhos tendem a ser tristes, frustrados, inseguros, desorientados, podendo mais facilmente ter problemas de conduta, como a delinquência. Já os pais com estilo permissivo evitam exercer controlo e não encorajam a obediência a padrões externos. Quando estes pais pretendem o cumprimento de um objetivo tentam obter a cooperação da criança através do uso de explicações ou de manipulação, mas não do uso claro do poder que detêm. Estes pais não se apresentam como um agente ativo da modificação de comportamento dos filhos, ou como um modelo, mas sim como um recurso que estes podem utilizar. São, portanto, pais que fazem poucas exigências, dando autonomia à criança para tomar as suas próprias decisões. Maccoby & Martin procuraram enriquecer esta primeira tipologia, apontando para dois tipos de estilos permissivos: o indulgente e o negligente. No primeiro, os pais respondem aos pedidos das crianças e são carinhosos, não sendo exigentes quanto a normas e deveres, nem lhes proporcionando eles próprios modelos de comportamento. No segundo, os pais não se envolvem nas suas funções parentais, desresponsabilizam cada vez mais das suas tarefas educativas à medida que o filho cresce.

nem repreendido no seu seio familiar quando excede os limites, como comprovou a atitude totalmente passiva da mãe quando o filho foi expulso da escola. Esta não parece medir o sério risco de Cristiano interiorizar cada vez mais modelos de comportamento desviante.

Família 3 – “Pedro”

O Pedro tem 14 anos vive com a mãe D. Rosa (51anos), o pai Sr. José (56 anos) e a irmã Maria (17 anos). A família recebe o Rendimento Social de Inserção e está sinalizada à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Gondomar por “comportamentos desviantes” e “risco iminente de abandono escolar” por parte do Pedro. Na base desta sinalização estiveram o absentismo escolar da irmã mais velha, com um processo na CPCJ há cerca de 3 anos atrás e os comportamentos de indisciplina do Pedro na sala de aula, bem como com membros do pessoal de vigilância.

O jovem frequentava o 9º ano de escolaridade numa escola perto da sua área de residência, Baguim do Monte, sem nunca ter reprovado mas com notas que indiciam uma aprendizagem insuficiente e deixam prever dificuldades crescentes para transitar para níveis de formação cada vez mais exigentes. A irmã com 17 anos ainda não concluiu o 9º ano de escolaridade, tendo transitado para um curso vocacional na escola profissional de Gondomar, que interrompeu antes de o finalizar na altura em que foi mãe.

A D. Rosa e Sr. José não estudaram para além do 1º ciclo do ensino básico. Ambos começaram a trabalhar por volta dos 11 anos. A D. Rosa começou por assumir tarefas domésticas junto dos irmãos mais novos ao mesmo tempo que auxiliava os pais no cultivo de bens alimentares destinados à família. Com 15 ou 16 anos, a D. Rosa tornou-se operária numa empresa de confecção e desempenhou estas funções durante 10 anos. Foi depois de casar que D. Rosa abandonou a actividade profissional, passando a tratar exclusivamente das tarefas do lar, com 4 filhos, durante cerca de 10 anos. Vítima dos comportamentos violentos do marido, a D. Rosa acabou por pedir o divórcio, ficando numa situação de grande precariedade económica já que durante 5 anos não conseguiu reencontrar um posto de trabalho. Para pôr fim a esta situação, a D. Rosa decidiu começar a trabalhar como empregada da limpeza em casas particulares, mas sem nunca conseguir até agora qualquer formalização das relações laborais. Esta situação arrasta-se já há 10 anos.

Por sua vez, o Sr. José começou o seu percurso profissional, com 11 anos, como servente na construção civil, havendo chegado à categoria de trolha de 2ª. Todavia, encontra-se desempregado há pelo menos 5 anos, limitando-se à prestação de serviços nesta área, numa total informalidade, a fim de obter alguns complementos de rendimento.

Refletindo sobre os percursos profissionais dos pais do Pedro, uma primeira observação que podemos retirar é que o pai do Pedro teve que interiorizar, ao longo de um período bastante longo da sua vida, a disciplina do mundo do trabalho. Exerceu, todavia, uma atividade em que a aprendizagem escolar não é nada valorizada, o que, conjugado com a sua curta experiência da escola, configura um obstáculo significativo no desempenho do papel de encarregado de educação. A D. Rosa, por sua vez, teve uma relação muito mais precária com o mundo do trabalho e em níveis de qualificação ainda menores. Há, pois, motivos para pensar que estes pais não usufruam de oportunidades concretas para investir na escolarização dos filhos e, por esta via, num projecto coerente de mobilidade social ascendente.

Deixando de ser protegida pelas disposições do regime contributivo da Segurança Social, a família teve que recorrer à prestação financeira do RSI (que perfaz um montante de 452€). Os seus rendimentos integram também o abono de família dos dois filhos (no valor de 70,38€) e o abono pré-natal da gravidez da filha (de 140,76€). Contudo, a intensidade de pobreza desta família ainda é alta: 32,28% (o valor do rendimento familiar é de 663,14€, enquanto o do limiar de pobreza por adulto equivalente é de 979,20€ já o valor de capitação é de 112,51€).

Em virtude de uma situação de desproteção já muito prolongada e do nascimento anunciado de mais uma criança, este agregado encontra-se numa situação de privação material severa: é afetada por 4 dos 9 tipos de privação considerados para medir o nível de privação material pelo INE (2011). Tal significa, em concreto, que esta família não tem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada equivalente ao valor mensal da linha de pobreza sem recorrer a empréstimo, não tem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, não tem disponibilidade de comprar uma máquina de lavar a roupa bem como não tem capacidade de obter nem manter um carro ligeiro por dificuldades económicas.

No que respeita à alimentação, esta família consegue assegurar as refeições diárias com ajudas da escola durante o ano letivo e com as ajudas dos filhos mais velhos da D. Rosa. A mesma referiu, a este respeito, que o facto de terem mudado de habitação (candidataram-se a uma habitação social para a qual pagam apenas 5,58€ de renda) e de

terem acesso a tarifas inferiores à norma para as despesas de água, luz e gás acabou por facilitar o acesso a bens de primeira necessidade como a alimentação e o vestuário.

Os pais do Pedro consideram que as próprias condições habitacionais melhoraram muito com a passagem para uma habitação social na freguesia de Baguim do Monte. Trata-se de um T4 bastante amplo: comporta 4 quartos, um para o Pedro, um quarto para irmã, um quarto para o casal bem como um quarto para o bebé que irá nascer, duas casas de banho, uma sala grande, uma cozinha e um hall de entrada. Não existe, pois, sobrelotação habitacional. O único defeito que apontam relativamente ao alojamento é que tem pouca luz natural, porque de resto é uma casa “*muito quentinha e acolhedora e sem problemas de humidade*”. Quanto à qualidade do habitat em geral, os pais do Pedro a classificam como positiva, uma vez que os espaços exteriores são cuidados e não apresentam riscos para as crianças.

Passemos agora à observação do ambiente familiar do Pedro graças à aplicação das várias subescalas do HOME: com um total de 33 pontos, a pontuação está muito abaixo não somente do máximo possível (60 pontos) mas, inclusive, da mediana padrão (44 pontos), como podemos observar no quadro nº 27.

Quadro nº27 - Home Inventory da Pré-adolescência

Sumário – Pedro			
Subescala	Pontuação Possível	Mediana	Pontuação atribuída
I- Ambiente Físico	7	7	6
II- Materiais de Aprendizagem	10	7	5
III - Moldagem	10	7	4
IV- Fomentar a Auto-suficiência	6	4	1
V - Atividades de Regulação	10	9	5
VI - Companheirismo familiar	8	5	3
VII - Aceitação	9	9	9
Pontuação total	60	44	33

Numa primeira análise verificamos que as subescalas “fomentar a auto-suficiência” e “companheirismo familiar” foram as duas que registaram as pontuações mais baixas. Na primeira, regista-se apenas 1 ponto em 6 e, na segunda, 3 em 8. A pontuação de 1 ponto na subescala “fomentar a auto-suficiência” remete-nos para um ambiente familiar caracterizado por um inexistente envolvimento por parte dos pais no apoio dado ao adolescente na realização dos trabalhos de casa e das tarefas escolares mas também na falta de supervisão e responsabilização do adolescente pela sua realização. Não menos

importante é que os pais também não têm a preocupação de conversar com o adolescente sobre o mundo à sua volta. O ponto obtido prende-se com o estímulo e investimento por parte dos pais para que o filho saiba lidar com situações de emergência em matéria de saúde e de segurança. Já no que concerne ao “companheirismo familiar”, para além do convívio diário com a família restrita, a única atividade capaz de ampliar os horizontes culturais é o convívio frequente com a família alargada e amigos. Por motivos simultaneamente económicos e culturais, o Pedro não tem oportunidade de participar em qualquer tipo de atividade quer desportivas quer culturais que ampliem o seu capital social e cultural.

Na subescala “moldagem”, a pontuação obtida 4 pontos (em 10) indica-nos que os hábitos de leitura, especialmente, de livros são quase inexistentes, o que se traduz em formas de expressão pobres, bem como num discurso pouco elaborado. Outro aspeto negativo a ser evidenciado é o consumo exagerado de álcool por parte do pai.

Quanto às subescalas “materiais de aprendizagem” e “atividades de regulação”, a pontuação obtida foi de 5 pontos em 10 em ambas as subescalas. É evidente a preocupação dos pais do Pedro em assegurar um local adequado para o filho estudar e organizar o seu material escolar, em disponibilizar um computador com acesso a internet quer para pesquisas escolares quer para momentos mais descontraídos de lazer, sendo de referir que têm o cuidado de supervisionar a sua utilização. Os aspetos negativos desta subescala prendem-se, como na maioria dos contextos familiares aqui retratados, com práticas quase inexistentes de leitura (dos pais como dos filhos), o que se conjuga com um “capital” linguístico bastante limitado. A família revela, todavia, preocupação no estabelecimento de horários diários previsíveis, toma diligências no uso da televisão e computador por parte do filho, estabelece rotinas semanais para as responsabilidades domésticas (como manter o seu quarto arrumado e fazer a cama diariamente). Faltam, no entanto, práticas de regulação dos comportamentos do Pedro em tudo que que requereria conversas, como o uso de drogas e do álcool, a sexualidade responsável e a higiene corporal.

A subescala “ambiente físico” registou uma das pontuações mais altas (6 pontos em 7), uma vez que a habitação social na qual a família vive é compatível com a composição do agregado, apresentando como única fragilidade a escassez de luz natural o que torna o ambiente monótono e escuro, especialmente nas estações mais frias.

É na subescala “aceitação” que o ambiente educativo do Pedro parece adequado uma vez que a pontuação máxima foi alcançada (9), embora tenhamos ficado com alguma

dúvida a respeito da consistência da atitude da mãe em matéria de valorização do filho, tendo ficado com o sentimento de que a situação de interação social a que correspondeu a aplicação do Home podia ter tido alguma influência nas respostas dadas a 2 itens (o que é relativo à privacidade do jovem e à sua possibilidade de discordar dos pais sem duras represálias).

Família 4 – “Diogo”

O Diogo tem 14 anos vive somente com a mãe D. Alexandra (36 anos) e os 4 irmãos com idades: 11, 8, 6 e 2 anos. A família é beneficiária do Rendimento Social de Inserção e está sinalizada à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Gondomar por “negligência parental” e por risco acrescido relacionado com episódios anteriores de violência doméstica no decorrer de um processo de divórcio litigioso.

O jovem frequenta o 8º ano de escolaridade numa turma de ensino regular mas com apoios especializados, ou seja, em regime de ensino especial desde a 2ª retenção na 4ª classe. Com efeito, em resposta às dificuldades de aprendizagem do Diogo no 1º ciclo do ensino básico, os responsáveis do estabelecimento de ensino tomaram a iniciativa de propor à mãe que o Diogo recebesse apoios que consistem, fundamentalmente, em lhe proporcionar provas de avaliação mais simples do que as dos outros alunos da turma. O mesmo é dizer que o Diogo está diariamente submetido a um processo ilusório que compromete seriamente a possibilidade de desenvolver as suas capacidades.

Já no que diz respeito ao percurso escolar dos irmãos mais novos, os de 6, 8 e 11 anos, os mesmos frequentam o ensino regular e até ao momento apresentavam resultados escolares positivos e sem retenções escolares. A irmã mais nova (de 2 anos) não frequenta ainda o jardim-de-infância.

A D. Alexandra concluiu o 12ºano de escolaridade e iniciou o seu percurso profissional aos 20 anos de idade. Exerceu o cargo de rececionista num escritório de advocacia durante 7 anos mas acabou por ser despedida na sequência de intromissões no local de trabalho do seu marido, provocadas por ciúmes obsessivos. Desde então nunca mais exerceu qualquer tipo de atividade laboral.

O pai do Diogo completou o ensino secundário e prosseguiu os estudos a nível superior, concluindo o 2º ano do curso superior de engenharia informática. Contudo, acabou por abandonar os estudos aos 25 anos, começando a trabalhar como vendedor numa loja de material informático, posto de trabalho que ocupa há cerca de 15 anos.

Manifesta, todavia, uma grande insatisfação relativamente à sua vida profissional, por causa não somente de um salário que considera baixo (745,21€) e de horários variáveis, mas, também, do facto de desempenhar funções que considera abaixo das suas competências e conhecimentos. O fenómeno da desvalorização dos títulos escolares que o atinge é vivido no registo de uma injustiça que o atinge pessoalmente, provocando frustração e ressentimento.

Quanto à mãe do Diogo, titular de uma das qualificações mais altas do nosso universo de estudo, acabou por não tirar proveito das mesmas ao longo da sua vida, aprisionada numa relação conjugal caracterizada pela dominação exercida pelo pai de Diogo. Ficou à margem do mundo do trabalho, abdicando da possibilidade de desenvolver uma carreira profissional e de conseguir a sua autonomia económica. Não conseguiu, pois, experimentar a sua própria escolaridade como um trunfo para a vida adulta.

Constrangida pelos baixos rendimentos provenientes exclusivamente da prestação social do RSI (no valor de 445€/mês), da pensão de alimentos paga pelo ex-cônjuge num montante de 250€ (para 5 filhos) e do abono de família no valor de 268€, a mãe do Diogo está confrontada com o risco permanente de não conseguir pagar a renda da casa, no valor de 200€/mês bem como as despesas decorrentes dos consumos familiares quotidianos, apesar de a intensidade da pobreza ser relativamente baixa: 5,59% (uma vez que o limiar da pobreza por adulto equivalente tem o valor mensal de 1.020€ contra os 963,00€/mês que a família recebe e com um valor de capitação de 91,50€). Todavia, a sua situação em termos de privação material deixa claro que a base de cálculo do limiar de pobreza para as famílias numerosas está bem afastada dos custos reais que envolve a educação das crianças: a família sofre de 7 dos 9 tipos de privação considerados para medir o nível de privação material pelo INE (2011). Em concreto, esta família não tem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); não consegue pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa; tem em atraso, alguns pagamentos regulares (como por exemplo: renda) motivado por dificuldades económicas; não tem disponibilidade para comprar uma máquina de lavar roupa; não tinham meios monetários para comprar uma televisão e a que tem lhe foi oferecida; não dispõe de um telefone fixo e também não tem possibilidade de adquirir nem manter um automóvel. Arriscar-nos-íamos a dizer que as fragilidades no domínio económico e material só não assumem repercussões mais graves porque são, de certa forma, atenuadas pelo apoio recebido da família, amigos e vizinhos. Ainda que não nos fosse possível determinar com rigor a dimensão dessa ajuda, sabemos que, no

decorrer do divórcio litigioso dos pais do Diogo, os avós maternos, tios maternos e amigos contribuíram de forma ativa para as despesas familiares, designadamente ajudando-a a encontrar uma nova habitação, assumindo custos de refeições, vestuário, bem como a compra de alguns eletrodomésticos indispensáveis como frigorífico, fogão, cilindro, televisão, máquina lavar loiça e computador.

As condições habitacionais desta família são relativamente adequadas à composição do agregado familiar, uma vez que os 3 quartos que comporta têm que ser todos partilhados: o Diogo divide o quarto com o seu irmão de 7 anos, as duas meninas de 11 e 6 anos partilham o 2º quarto e o último quarto é usado pela mãe e a irmã mais nova. A habitação tem, no entanto, a vantagem de comportar uma grande sala de estar, uma cozinha ampla em que os 6 elementos do agregado familiar podem tomar juntos as refeições, uma casa de banho espaçosa, bem como um pequeno pátio que as crianças utilizam para brincar. No ambiente envolvente da casa, o espaço é mais urbanizado em comparação à maioria dos agregados do nosso universo de observação, o que limita as oportunidades de as crianças brincarem no seu exterior. Não se trata, contudo, de uma área com sinais de declínio social e comportamentos desviantes.

Passando agora à observação do ambiente familiar do Diogo graças à aplicação das várias subescalas do HOME, salienta-se, em primeiro lugar, que a pontuação total de 35 pontos está muito abaixo não somente do máximo possível (60 pontos) e da mediana padrão (44 pontos), como podemos observar no quadro nº 28.

Quadro nº28 - Home Inventory da Pré-adolescência

Sumário – Diogo			
Subescala	Pontuação Possível	Mediana	Pontuação atribuída
I- Ambiente Físico	7	7	6
II- Materiais de Aprendizagem	10	7	8
III – Moldagem	10	7	4
IV- Fomentar a Auto-suficiência	6	4	2
V - Atividades de Regulação	10	9	4
VI - Companheirismo familiar	8	5	2
VII – Aceitação	9	9	9
Pontuação total	60	44	35

Importa destacar as baixas pontuações nas subescalas “fomentar a auto-suficiência” (2 pontos em 6 possíveis) e “companheirismo familiar” (2 pontos em 8 no total) que remete para um contexto familiar onde a educação parental está longe de ser a mais ajustada ao desenvolvimento saudável do adolescente. Com efeito, a falta de investimento por parte

de um adulto que consiga assegurar o apoio e o acompanhamento na realização dos trabalhos de casa, que incentive o Diogo a pesquisar e lhe esclareça dúvidas, que o incentive ao diálogo e até mesmo a participar na organização da casa é evidente. O acesso regular a bens culturais também não faz parte da vida quotidiana do Diogo (como nos indica a subescala “companheirismo familiar”) sendo que o acesso a atividades desportivas, à música e outros espectáculos está longe de ser garantido.

Nas subescalas “moldagem” e “atividades de regulação” com uma pontuação máxima de 10 pontos, a pontuação relativa ao contexto educativo familiar do Diogo é de 4. São dados que confirmam um distanciamento relativamente à leitura por parte dos pais e um distanciamento relativamente às actividades e amigos do próprio filho. Todavia, podemos assinalar que a mãe revela é modelo positivo em matéria de interiorização das regras de cortesia bem, tem um capital linguístico relativamente superior a de outros progenitores, assim como comportamentos adequados em matéria de consumo de álcool ou drogas. A vida familiar é centrada essencialmente nas refeições em conjunto e na receção de familiares e amigos.

Podemos observar que no que diz respeito ao “ambiente físico” e a “materiais de aprendizagem” ambas as subescalas registaram pontuação altas: 6 pontos em 7 na primeira e na segunda 8 pontos em 10. Estes valores são reveladores de um ambiente familiar que, embora com “consumo” cultural praticamente inexistente no exterior da família, proporciona ao Diogo o acesso a recursos culturais adequados à sua fase de desenvolvimento, designadamente, acesso a livros, a um instrumento musical, a materiais de pesquisa, a equipamento desportivo para as atividades de desporto na escola, a um lugar para estudar e ler de forma confortável, a um computador que lhe permite realizar pesquisas que estimulam a curiosidade e autonomia e a jogos que permitem estimular o seu raciocínio e concentração. A família reside numa casa arrendada que reúne as características consideradas como essenciais para o tornar num lar acolhedor e confortável, sendo, todavia, a desorganização o ponto negativo a assinalar.

É, também, de registar que o Diogo obteve a pontuação máxima (de 9 pontos) na subescala “aceitação”, transmitindo através das suas respostas e dos seus comportamentos a ideia de ter sentimentos positivos em relação a Diogo.

Família 6 – “Rodrigo”

O Rodrigo tem 11 anos e vive com a mãe, D. Amália (33anos), o pai, Sr. Mário (31anos) e 3 irmãos mais novos com idades de 9, 7 e 3 anos. O Rodrigo e os irmãos estão sinalizados à CPCJ por “risco de abandono escolar” e por “negligência parental”, por motivos que se prendem nomeadamente com a falta de cuidados de higiene.

O Rodrigo frequenta o mesmo ano de escolaridade que o irmão com 9 anos, isto é, o 3º ano, o que indicia uma situação de insucesso escolar muito preocupante. Note-se, além disto, que na data da entrevista os dois irmãos já não tinham aproveitamento escolar para passar de ano letivo. Por outro lado, o irmão de 7 anos frequentava o 2º ano de escolaridade e, segundo os relatórios da sua professora, não apresenta dificuldades em resolver as provas que lhes são propostas apesar de uma falta de assiduidade que se torna igualmente preocupante. A irmã mais nova frequentava a pré-escola.

A D. Amália concluiu o 3º ano de escolaridade, mas encontra-se em situação de analfabetismo funcional. Nunca trabalhou, tratando exclusivamente das tarefas do lar. O pai do Rodrigo tem o 4º ano de escolaridade completo e começou a trabalhar aos 16 anos numa carpintaria perto de casa como aprendiz e, posteriormente, como auxiliar de carpinteiro. Acabou por se despedir pois não se encontrava satisfeito com a atividade que desempenhava. Afirmou que era obrigado a trabalhar durante muitas horas e às vezes até ao sábado e que o salário nunca foi aumentado, nem chegando a alcançar o nível do salário mínimo nacional.

Frustrado com os baixos rendimentos provenientes do trabalho, o pai do Rodrigo pediu emprego a um tio que tinha uma firma de construção civil. O tio atendeu ao seu pedido e o Sr. Mário começou a trabalhar como aprendiz e, mais tarde, como servente de pintor. Ocupou durante cerca de 5 anos este posto de trabalho mas acabou por ser despedido por excesso de faltas injustificadas no local de trabalho. Desde então, encontra-se desempregado, sendo que esta situação já se prolonga há 6 anos. A sua atitude durante a entrevista aponta para uma situação de transmissão intergeracional da pobreza, geradora de profunda descrença na possibilidade de alcançar um nível satisfatório de integração social por via do trabalho. Esta descrença é ainda reforçada pelo facto de o Sr. Mário não deter o mínimo de qualificação escolar e profissional necessário para aceder a postos de trabalho e condições de emprego que lhe proporcionem rendimentos e protecção social superiores aos do RSI. As características do trajecto de vida da D. Amália não permitem compensar a interiorização da cultura da pobreza que o Sr Mário revela. Com efeito, na

sua família de origem nunca encontrou os estímulos necessários para investir ora na sua escolaridade, ora numa actividade laboral. O mesmo é dizer que Rodrigo e seus irmãos está efectivamente privados de um contexto familiar que possa os ajudar a descobrir o interesse da escola e das aprendizagens que esta propõe. Tudo nos indica, pois, que as sérias dificuldades económicas e materiais que enfrentaram na infância e que se prolongaram na vida adulta estão na base do alheamento das crianças em relação ao mundo da escola.

Arriscaríamos a dizer que a precariedade que caracteriza a relação que os pais do Rodrigo têm com o trabalho tende a conferir à família um forte grau de indeterminação face ao futuro, ou seja, a falta de motivação, de aspirações e até mesmo a ausência de um projeto de vida familiar e profissional dos pais faz com que as suas expectativas de vida sejam nulas, ou seja, em conformidade com um destino de pobreza que percebem como insuperável. Como não conseguem reverter a situação acabam por interiorizar baixas expectativas em todos os domínios da sua vida até nos próprios filhos.

A família sobrevive com a prestação social do RSI no valor de 481,01€/mês (com um valor de capitação de 63,16€ por adulto após pagamento das despesas fixas) e com o abono de família no valor de 140€. É, pois essa prestação que permite que a intensidade da pobreza não seja superior a 32,01%.

A família encontra-se numa situação de privação material severa: sendo afetada por 6 de 9 tipos de privação considerados para medir o nível de privação material pelo INE (2011). Isto significa que esta família não tem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada no valor do limiar de pobreza sem recorrer a empréstimo, não tem, obviamente, capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, tem atrasos consideráveis em matéria de pagamento de rendas, água e electricidade, não têm capacidade financeira para assegurar uma refeição de carne ou de peixe a cada dois dias, não dispõem de meios que lhes permitam manter a casa adequadamente aquecida e também não tem capacidade de obter nem manter um carro ligeiro.

No que respeita à alimentação, esta família não consegue assegurar todas refeições diárias essenciais sem a participação dos estabelecimentos de ensino (Acção Social Escolar) e de uma instituição de solidariedade social. Se assim não fosse, o nível de privação alimentar desta família seria provavelmente mais elevado. Arriscar-nos-íamos a dizer que os menores não abandonam totalmente o sistema de ensino muito em causa da alimentação gratuita a que tem acesso.

Acresce que as condições de habitação são, no mínimo, caóticas. Esta família vive numa casa muito pequena, casa típica das ilhas do Grande Porto, constituída somente por um pequeno quarto, uma mini cozinha, uma casa de banho também ela pequena e um hall de entrada que serve de quarto para 3 dos menores que dormiam num colchão velho, directamente colocado no chão. A humidade, a falta de luz natural, um telhado em péssimo estado que deixa entrar a chuva são algumas das manifestações mais visíveis da degradação desta casa que, além disto, se encontra evidentemente sobrelotada. Mesmo assim, a renda é de 225€/mês e não sendo paga há cerca de 8 meses, a dívida da família eleva-se a 1800€, aos quais acrescem cerca de 585€ de dívidas relativas ao fornecimento de água e electricidade. Importa, ainda, realçar que o meio envolvente é pouco cuidado, sem espaço suficiente – e muito menos equipamentos - para que estas crianças, privadas de conforto e espaço no interior da casa, possam brincar ao ar livre.

Passemos agora à observação do ambiente familiar do Rodrigo graças à aplicação das várias subescalas do HOME: com uma pontuação total de 17 pontos, este é um dos mais baixos resultados obtidos, muito distante do valor da mediana padrão (44 pontos), como podemos observar no quadro nº 29.

Quadro nº29 - Home Inventory da Pré-adolescência

Sumário – Rodrigo			
Subescala	Pontuação Possível	Mediana	Pontuação atribuída
I- Ambiente Físico	7	7	0
II- Materiais de Aprendizagem	10	7	2
III – Moldagem	10	7	2
IV- Fomentar a Auto-suficiência	6	4	0
V - Atividades de Regulação	10	9	2
VI - Companheirismo familiar	8	5	3
VII – Aceitação	9	9	8
Pontuação total	60	44	17

Da análise dos indicadores acima reproduzidos, podemos concluir que o ambiente familiar onde cresce o Rodrigo não providencia os estímulos bem como o conforto considerados indispensáveis e necessários ao crescimento saudável bem como a uma escolarização bem-sucedida.

Na subescala “ambiente físico”, a pontuação de 0 pontos (em 7 possíveis) é representativa de uma situação habitacional muito débil, para não dizer desumana, dado que a família enfrenta uma situação grave de sobrelotação, bem como outras deficiências graves no edifício. Destaca-se, pois, a questão da falta de privacidade inerente a uma

habitação sobrelotada com impactos negativos a nível de qualidade de vida e de bem-estar da família, e com repercussões nos espaços comuns familiares, nos espaços para o Rodrigo e os irmãos estudarem e até brincarem.

A subescala “materiais de aprendizagem” (2 pontos em 10) demonstra a inexistência de livros e materiais didáticos de apoio ao estudo, tal como de um espaço onde Rodrigo se possa dedicar ao estudo. Acresce que, olhando para a subescala “fomentar a auto-suficiência” (0 pontos em 6), verificamos que o jovem não beneficia de apoio no que diz respeito ao acompanhamento e estabelecimento de regras para a realização dos trabalhos escolares, nem à verificação dos mesmos. As carências também se verificam pela falta de adultos que estimulem o enriquecimento do raciocínio e do léxico, através da conversação sobre os acontecimentos correntes ou sobre o dia-a-dia do adolescente, e das competências que o Rodrigo deveria estar a adquirir com vista à sua futura autonomização.

Na subescala “companheirismo familiar”, a pontuação é também muito baixa (3 pontos num total de 8), o que demonstra um ambiente familiar distante de atividades que favoreçam o enriquecimento cultural e relacional do pré-adolescente. O convívio familiar resume-se às refeições em conjunto e às visitas de familiares ou de amigos. O fechamento desta família em hábitos culturais nada favoráveis a uma adaptação bem-sucedida na escola é, ainda, comprovado pela pontuação registada na subescala “moldagem” (2 pontos em 10) que nos indica que a prática de leitura quer de livros quer de jornais ou revistas é inexistente e a linguagem da mãe pouca elaborada, embora a mãe do Rodrigo saiba muito bem comportar-se na presença de outros.

A pontuação registada na subescala “atividades de regulação” é também ela muito baixa (2 pontos em 10), o que nos revela uma evidente despreocupação por parte dos pais em relação ao estabelecimento de regras e de rotinas previsíveis e regulares. É a subescala “aceitação” que regista a pontuação mais elevada (8 em 9 pontos), apesar de termos ficado, uma vez mais, com o sentimento de que a aceitação podia não ser tão plena como esta pontuação indica, sobretudo em circunstâncias não testemunhadas pelos “estranhos” que, apesar das precauções tomadas, não teremos totalmente deixado de ser nas visitas realizadas na casa desta família.

Família 7 – “Diana”

A Diana tem 14 anos e vive com a mãe, a D. Dulce (52 anos), o avô (77 anos), duas irmãs (de 18 e 22 anos) e dois sobrinhos (com 4 e 8 anos), filhos da irmã mais velha. A família depende exclusivamente dos rendimentos obtidos através da atividade profissional da D. Dulce e da pensão do avô.

Tal como as demais famílias do nosso universo de observação, esta família também está sinalizada à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Gondomar por risco de “abandono escolar” precoce, detetado não somente a partir de um certo absentismo da sua parte mas, igualmente, das práticas de abandono das irmãs mais velhas. A Diana frequenta o 8º ano de escolaridade, sem nunca ter reprovado e com aproveitamento razoável, num estabelecimento de ensino perto da sua área de residência, em Rio Tinto. A irmã (de 18 anos) frequenta o 11º ano, do curso profissional de modelagem. Por sua vez, a irmã mais velha frequentou e concluiu o 9º ano de escolaridade, encontrando-se no momento desempregada.

A D. Dulce frequentou e concluiu o 1º ciclo do ensino básico (4º ano). Começou a trabalhar aos 13 anos, ajudando os pais no cultivo de um pequeno terreno que lhes fornecia bem alimentares para a própria família. Mais tarde, já com 16 anos, procurou mudar de rumo profissionalmente, procurando um trabalho que lhe proporcionasse mais estabilidade, bem como melhores perspetivas monetárias para se poder autonomizar dos pais. Encontrou essas características num lugar em que começou por auxiliar uma florista, que, pouco a pouco, lhe ensinou a realizar arranjos. Manteve-se como empregada deste comércio durante 15 anos. Porém a loja fechou e, conseqüentemente, D. Dulce ficou sem emprego durou cerca de 1 ano, beneficiando do subsídio de desemprego. Regressou ao mercado de trabalho por via de um programa promovido pela Junta de Freguesia e na categoria de auxiliar para a recolha e limpeza das ruas, com um contrato renovado de ano a ano durante 5 anos.

Após o fim do contrato, a D. Dulce ficou novamente desempregada, usufruindo da proteção social no desemprego, durante 6 meses na quantia de 251€ mensais. Ao fim desses 6 meses, a D. Dulce conseguiu ocupar de novo um posto de trabalho, como empregada de limpeza e manutenção de uma empresa produtora deste tipo de serviços, em que já trabalha há 15 anos.

Embora com mudanças de entidades patronais e alguns períodos de desemprego, o percurso profissional da D. Dulce é caracterizado por uma participação regular no mundo

do trabalho, embora em postos de trabalho muito pouco ou nada qualificados, que não lhe permitiram adquirir os recursos necessários para poder ter um papel ativo na escolaridade das suas filhas.

Os rendimentos económicos do trabalho da D. Dulce são relativamente baixos (500€), sendo que a família sobrevive graças à pensão do avô (250€), à pensão de viuvez (200€) que D. Dulce recebe, à pensão de alimentos dos netos (175€) e ao abono de família da Diana e dos netos (119€). Apesar disso, dada o número de pessoas que integram este grupo doméstico, a intensidade de pobreza deste agregado é de 25,08% (ou seja, em 25,08% abaixo do limiar de pobreza por adulto equivalente e com um valor de capitação de 79,28€).

A família encontra-se numa situação de privação material moderada: sendo afetada por 3 de 9 tipos de privação considerados para medir o nível de privação material pelo INE (2011). De forma mais específica, esta família não tem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada no valor do limiar de pobreza sem recorrer a empréstimo, não tem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa e também não tem capacidade de obter nem manter um carro ligeiro por dificuldades económicas.

No que respeita à alimentação, esta família consegue assegurar todas refeições diárias essenciais. Contudo, as refeições da Diana, da irmã (18 anos) e dos sobrinhos (4 e 8 anos) estão asseguradas na maior parte do ano no quadro da Ação Social Escolar. Se assim não fosse, o nível de privações alimentares desta família seria provavelmente mais elevado.

A família vive numa habitação social com poucas condições de habitabilidade, num T3 com pouco espaço: o apartamento comporta três quartos (1 dos quartos tem duas camas para a Diana e a irmã (18 anos), o segundo quarto é da mãe e o último quarto tem apenas uma cama para a irmã mais velha da Diana e os filhos. Dispõe de uma cozinha, uma casa de banho, uma sala que serve provisoriamente de quarto para o avô (a D. Dulce fez pedido junto da camara para que lhe fosse atribuída uma casa maior). Segundo a família a casa em si é uma casa com condições razoáveis no sentido de não ter problemas de humidade, ter bastante luz natural, contudo, tem o inconveniente de ser muito pequena para a constituição deste agregado familiar e de configurar uma situação de sobrelotação. A renda é de 5,58€/mês. Em virtude da sua vulnerabilidade económica, a família beneficia de tarifas mais baixas no fornecimento de energia e água. Os espaços públicos envolventes são cuidados, não apresentam sinais visíveis de vandalismo ou criminalidade que possam contribuir para a estigmatização e discriminação dos moradores. Existe

também espaços próprios ao ar livre para os jovens brincarem e conviverem em segurança.

Quanto ao ambiente familiar da Diana, a pontuação total obtida nas várias subescalas do HOME foi de 29 pontos, ou seja, 15 pontos abaixo da mediana padrão proposta por Caldwell e Bradley. Verifica-se no quadro nº 30 que, em todas as subescalas, à exceção de uma (aceitação), as pontuações são muito baixas.

Quadro nº30 - Home Inventory da Pré-adolescência

Sumário – Diana			
Subescala	Pontuação Possível	Mediana	Pontuação atribuída
I- Ambiente Físico	7	7	4
II- Materiais de Aprendizagem	10	7	5
III – Moldagem	10	7	4
IV- Fomentar a Auto-suficiência	6	4	2
V - Atividades de Regulação	10	9	4
VI - Companheirismo familiar	8	5	2
VII – Aceitação	9	9	8
Pontuação total	60	44	29

As escalas onde a pontuação foi a mais baixa são as que se relacionam com “fomentar a auto-suficiência” (2 pontos em 6) e o “companheirismo familiar” (2 pontos num total de 8). Essas pontuações são reveladoras de um ambiente familiar em que a jovem se encontra privada dos estímulos necessários para que possa investir na realização das tarefas escolares e ganhar confiança nas suas capacidades. A Diana também não é incentivada a reconhecer o valor das regras e a necessidade de começar a assumir por si própria responsabilidades. O acesso regular a bens culturais também não faz parte da vida quotidiana da Diana que também não beneficia dos estímulos familiares que deveriam ajudá-la a tomar parte na vida da colectividade envolvente.

A subescala “ambiente físico” apresenta valores relativamente mais favoráveis (4 pontos em 7), uma vez que as condições de habitabilidade são razoáveis mas o principal problema para o crescimento da Diana se situa na sobrelotação da casa que a priva de lugares calmos para estudar e organizar a sua vida escolar.

As suas possibilidades de investir nas tarefas que são centrais na sua fase de desenvolvimento prendem-se igualmente com a desregulação do seu contexto de vida. Os 4 pontos (sobre 10) obtidos na subescala das atividades de regulação devem-se à inexistência de rotinas e horários regulares e de regras em matéria de utilização da televisão e de cumprimento de tarefas domésticas. A mãe assumiu na entrevista que não

promovia com a Diana conversas em torno dos dilemas que já fazem parte da sua vida, tais como a sexualidade e a maternidade precoces, apesar de as duas irmãs mais velhas terem sido mães entre os 14 e 16 anos. A possibilidade de a Diana aprender a mentalizar emoções, sentimentos e frustrações está totalmente vedada no contexto familiar.

O valor da pontuação registada na subescala “moldagem” (4 pontos em 10) confirma uma vez mais que a Diana não usufrui da presença de alguém que possa contribuir para o aumento do seu capital cultural. Os hábitos de leitura são inexistentes na família e esta não pode permitir que a Diana desenvolva eficazmente as suas habilidades linguísticas. Além disto, as pontuações obtidas na subescala “materiais de aprendizagem” (5 em 10) confirmam bem a incomunicação entre a cultura familiar e a que a escola valoriza, pelo menos para ter a probabilidade de uma carreira escolar longa e qualificante. Os materiais disponíveis resumem-se a um computador, a alguns jogos de tabuleiro e a equipamento desportivo porque a escola o exige, mas não há livros e a Diana não tem um lugar para se concentrar no estudo e organizar as actividades escolares.

Para termina, a subescala “aceitação” (registou um total de 8 pontos em 9 totais), o ponto em falta tende a ver com a falta de atenção ao facto de a Diana, com os seus 14 anos, precisar de começar a sentir que pode ter um mundo a ela.

Família 11 – “Rita”

A Rita tem 11 anos e vive com a mãe, a D. Elisabete com 29 anos, e com dois irmãos mais novos de 5 e 7 anos. O Sr. Jorge (27 anos) estava preso, no momento da entrevista, a cumprir uma pena de 9 meses de privação de liberdade por conduzir sem licença e ter sido controlado repetidamente nesta situação. Os menores foram sinalizados à CPCJ de Gondomar pelo estabelecimento de ensino por “negligência parental”, indiciada pela “falta de higiene” e por comportamentos que indicavam “malnutrição” e, até, fome. Esta família encontra-se desenraizada em Gondomar por ser natural e ter vivido até há cerca de 1 ano, em Castelo Branco. Deslocou-se para Gondomar com a esperança que o facto de se aproximar de uma irmã da D. Elisabete poderia contribuir para uma melhoria nas suas condições de vida. Todavia, esta expectativa foi largamente frustrada, uma vez que a irmã, com 3 filhos, ainda não conseguiu alcançar o mínimo de condições de vida necessárias para a estabilidade da sua própria família e não tem, pois, a possibilidade de contribuir para o sustento de outra. As crianças já haviam sido sinalizadas na Comissão

de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Castelo Branco, por não frequentar a escola e por negligência parental.

No ano letivo de 2014/2015, a jovem reingressou no 2º ano de escolaridade, numa escola na cidade de Gondomar, conjuntamente com o irmão de 7 anos. A irmã mais nova de 5 anos estava aos cuidados da mãe em casa. Nenhum dos 3 menores frequentou o jardim-de-infância.

A D. Elisabete concluiu apenas 3 anos do ensino obrigatório mas é, na realidade, analfabeta, tanto mais quanto nunca exerceu qualquer tipo de actividade profissional. O Sr. Jorge completou o 6º ano de escolaridade e ingressou no mercado de trabalho aos 16 anos numa empresa de produção de queijos, como aprendiz, permanecendo neste posto de trabalho 4 anos. Ficou despedido quando foi condenado a cumprir uma pena de prisão efetiva de 6 meses por conduzir sem carta. No fim da pena, começou a trabalhar num posto de gasolina, assumindo a distribuição de gasolina aos clientes, um actividade que exerceu durante 4 anos. Mas a prática da condução sem licença, bem reveladora da concepção ilusória da vida que a permanência na escola sem efectivas aprendizagens induz, voltou a interromper o seu percurso profissional de trabalhador não qualificado.

A Rita e seus irmãos são, pois, crianças fortemente privadas de modelos de referência familiares que possam contribuir positivamente para a sua integração escolar e social. Uma situação ainda agravada pelo facto de a Rita não ter encontrado na escola e/ou na comunidade de vizinhança agentes de socialização disponíveis para lhe proporcionar os estímulos afectivos e cognitivos necessários para compensar as extremas vulnerabilidades do contexto familiar. Não será exagerado concluir que esta família se encontra numa situação de isolamento social, para não falar de exclusão relacional, praticamente atomizada num meio envolvente desconhecido.

A família não dispõe, no momento atual, de qualquer meio de vida para além do abono de família (no valor de 105€) e da assistência prestada por instituições de solidariedade social (no valor de 200€ completados por bens alimentares e peças de vestuário/calçado), uma vez que o RSI ainda lhe havia sido atribuído. A renda de casa é elevada - 250€/mês – e a dívida contraída já perfaz 1.500€ uma vez que há cerca de 6 meses que a D. Elisabete deixou de a pagar. A família beneficia das tarifas preferenciais para o fornecimento de energia e água mas mesmo assim não conseguiu evitar o endividamento, num montante de cerca de 300€.

Como era expectável, a intensidade de pobreza desta família é alta (60,66% e com um valor de capitação de -1) e a privação material da família é severa: são 9 os tipos de

privação registados neste contexto familiar (de acordo com a escala utilizada pelo INE, 2011).

No que respeita alimentação, esta família enfrenta graves privações e as poucas refeições que consegue assegurar implicam a ajuda de vizinhos e de instituições de solidariedade. A privação alimentar das crianças só não é mais grave porque frequentam a escola.

Quanto às condições habitacionais, observamos que a família vive num T2 pequeno, com dois quartos de casal (um primeiro compartilhado pela Rita e a irmã de 5 anos e o segundo ocupado pelo irmão de 7 anos), já que os pais fazem da sala o seu quarto, uma pequena cozinha, uma casa de banho também de dimensões reduzidas. Trata-se de uma casa antiga, construída num terreno intersticial de uma zona de urbanização não planeada, com divisões de dimensões reduzidas, a ponto por exemplo de não haver espaço suficiente na cozinha para colocar um frigorífico e, muito menos, a família reunida tomar lá as suas refeições. O estado de conservação é aceitável mas a habitação apresenta sinais claros de sobrelotação.

O território envolvente apresenta marcas múltiplas de degradação no edificado, não proporciona espaços livres e seguros para as crianças e, mais grave ainda, é palco de actividades à margem da lei como o tráfico de estupefacientes e prostituição. Só se pode concluir que esta família, à semelhança da anterior (família 6) está cercada por manifestações de miséria que requerem, sem dúvida, intervenções em vários planos (qualificação dos pais, condições materiais de existência, enquadramento educativo das crianças na escola como nos momentos de lazer, competências parentais ...), coerentemente articuladas e programadas para o curto, médio e longo prazo.

A pontuação total obtida através da aplicação do Home, permite, só por si, concluir que o ambiente educativo da Rita é muito deficitário: encontra-se, com efeito, muito abaixo do valor da mediana padrão (44) com somente 21 pontos.

Quadro nº31- Home Inventory da Pré-adolescência

Sumário – Rita			
Subescala	Pontuação Possível	Mediana	Pontuação atribuída
I- Ambiente Físico	7	7	2
II- Materiais de Aprendizagem	10	7	2
III – Moldagem	10	7	4
IV- Fomentar a Auto-suficiência	6	4	0
V - Atividades de Regulação	10	9	3
VI - Companheirismo familiar	8	5	2
VII – Aceitação	9	9	8
Pontuação total	60	44	21

A partir das informações reunidas no quadro nº 31, podemos verificar que entre as dimensões que são as mais postas em causa encontramos a que se prendem com o trabalho dos pais para preparar a autonomização do pré-adolescente. Na subescala “fomentar a auto-suficiência”, o ambiente educativo da Rita não preenche nenhum dos requisitos seleccionados pelos autores do Home. A pontuação de 2 valores nas subescalas “ambiente físico”, “materiais de aprendizagem” e “companheirismo familiar” remete-nos para um ambiente familiar em que, os pais abdicam do seu papel, o que, provavelmente, se explica com a acumulação de problemas e carências, de ordem materiais e não só, que povoam o seu quotidiano, não permitindo reconhecer as necessidades de uma criança de 11 anos. A mãe não possui recursos para se envolver na escolarização da filha, não controla nem apoia a realização dos trabalhos de casa, não tendo o mínimo de autoconfiança que lhe possa permitir assumir tal responsabilidade. Estaremos, muito provavelmente, em presença de uma mãe que, interiormente, já desistiu de pensar que alguma coisa podia ser feita para mudar a sua própria vida e a dos seus filhos. As carências económicas traduzem-se numa pronunciada escassez de materiais de aprendizagem (alguns jogos e a uma flauta), não havendo na casa nem livros, nem computador, nem qualquer outro equipamento. Outro aspeto negativo que influencia não somente a qualidade de vida da família como afeta a performances escolares da Rita é a sobrelotação do alojamento, que para além de reduzir a privacidade dos vários elementos do agregado, também trás repercussões a níveis escolares, pois a jovem não tem um espaço onde possa realizar as suas tarefas escolares e organizar o seu material escolar.

A pontuação alcançada na subescala “companheirismo familiar” confirma o estado de imensa privação material, cultural e relacional em que esta família se encontra. As pontuações positivas apenas se prendem com a realização das refeições em conjunto, com a família mais próxima.

Nas subescalas “moldagem” e “atividades de regulação”, ambas com uma pontuação máxima de 10 pontos, o contexto educativo da Rita não regista mais do que 4 e 3 pontos, respetivamente. De acordo com o que já acima se viu, compreende-se que não haja nesta família hábitos de leitura quer de livros, quer de jornais ou revistas e que as trocas linguísticas entre os membros da família sejam escassas e pobres. Tal não impede, contudo, a mãe da Rita de saber acolher-nos com cordialidade e de manter uma certa calma na relação com a Rita. A mãe da Rita mantém padrões de conduta de acordo com as normas no que respeito ao consumo de álcool ou drogas, mas revela grande dificuldade em imprimir ordem e ritmo no quotidiano da casa e a atender à necessidade de conversar com a Rita a cerca das condutas que melhor lhe permitirão crescer e dar um rumo à sua própria vida. A família da Rita é um bom exemplo de família pertencente ao segmento muito precarizado das classes populares em que as ligações familiares não se traduzem por trocas centradas na utilização da linguagem.

Contudo, com a aplicação da subescala “aceitação” (com 8 pontos) foi possível identificar que sinais de envolvimento afetivo da mãe em relação à filha, que valoriza e a respeito da qual recebe com orgulho elogios, compreendendo-se que a falta de investimento no seu percurso escolar advém de uma distância que parece quase intransponível entre a mãe da Rita e o mundo da escola e do esta particularmente elevado de privação material em que a família se encontra.

Grupo 2 - As famílias menos vulneráveis no plano económico

Família 5 – “Vanessa”

A Vanessa tem 10 anos e vive com os avós paternos com idades com respetivamente 65 e 67 anos, bem como duas meias-irmãs de 8 e 19 anos, na sequência da intervenção da CPCJ de Gondomar.

À semelhança de vários jovens que compõem o nosso universo de estudo, a Vanessa encontra-se sinalizada à CPCJ de Gondomar, por “absentismo escolar” grave e “negligência parental”, registados antes de a criança passar a viver com os avós. Morava, então, com a mãe (39 anos) e um meio-irmão (20 anos).

O percurso de vida da mãe da Vanessa é caracterizada por uma permanente errância e o recurso a expedientes para assegurar a sua sobrevivência. Praticando a prostituição, contraiu o vírus HIV e confronta-se atualmente com um estado de saúde bastante

deteriorado e uma situação de grande precariedade material, uma vez que depende inteiramente do RSI para sobreviver. Partilha a vida quotidiana com o filho mais velho que, embora tenha concluído o 9º ano de escolaridade, nunca trabalhou devido a um estado de obesidade mórbida. Passa os seus dias sem sair de casa, a jogar computador, ver televisão e dormir. A CPCJ obteve o acordo da mãe para que a Vanessa foi viver com os avós paternos, evitando assim uma provável institucionalização da criança.

Os avós paternos, D. Celeste e o Sr. Joaquim, concluíram o 1º ciclo do ensino básico (de 4 anos). Mais tarde, já reformada, a D. Celeste tomou a iniciativa de se inscrever num curso de informática (RVCC) para obter o 9º ano de escolaridade. Contou-nos que começou a trabalhar muito nova, tal como o seu marido, com 11 anos de idade. Começou por desempenhar atividades na agricultura familiar para contribuir para a sobrevivência da família e, só passados uns 5 anos, começou a trabalhar para responder às suas próprias necessidades numa empresa de confeção, mantendo-se durante 10 anos como operária da mesma empresa. Este primeiro posto de trabalho permitiu-lhe adquirir saberes práticos e desenvolver um gosto pela costura que a incentivou a aprofundar os seus conhecimentos de modo a passar a exercer este ofício em regime de trabalhadora independente. Há agora 30 anos que D. Celeste mantém este tipo de atividade profissional.

O percurso profissional do Sr. Joaquim é também ele marcado por uma certa estabilidade, uma vez que exerceu a profissão de eletricista no quadro da função pública durante mais de 20 anos. A sua saúde está relativamente deteriorada na sequência de problemas cardiovasculares, à diferença da D. Celeste que continua muito ativa. Graças a uma atividade laboral regular, conseguiram alcançar condições materiais de existência estáveis mas foram confrontados com a necessidade de assumir a educação de 3 netas, filhas de um dos seus filhos que se revelou não somente incapaz de as educar mas também de se ligar a mulheres com um mínimo de condições para assumir as crianças nascidas destas diversas relações. Em consequência, enfrentam uma certa vulnerabilidade económica, causada pela acumulação de encargos que se sentiram na obrigação de aceitar. D. Celeste referiu, por várias vezes, durante a entrevista que se não fossem as poupanças que tinham vindo a amearhar durante a sua vida não poderiam sequer acolher as netas.

A neta mais velha concluiu o 9º ano de escolaridade e, embora os avós procurem incentivá-la a prosseguir estudos (foi por este motivo que a avó decidiu empreender o processo de RVCC), abandonou qualquer tipo de formação e revela uma grande instabilidade psicológica que compromete o desenvolvimento de um projeto de vida.

Esta família alargada vive assim das pensões de velhice da D. Celeste e do Sr. Joaquim que perfazem um valor de 1200€ aos quais acresce o abono de família, num montante de 84€.

No que concerne às condições da habitação, a família vive num T3 que comporta um quarto para o casal, um quarto para a neta mais velha, um quarto para a Vanessa que divide com a meia-irmã (8anos), uma sala, uma cozinha, duas casas de banho, uma pequena lavandaria, uma garagem e um pequeno terraço. Não há sobrelotação do alojamento e o meio envolvente é agradável, sem sinais de degradação quer material, quer social e com vários espaços onde as crianças podiam brincar ao ar livre em segurança.

Passando agora a apreciar a qualidade do ambiente familiar em que a Vanessa se encontra actualmente, a primeira constatação que se impõe é que o facto de ter passado a viver com os avós proporcionou a Vanessa uma séria melhoria. A pontuação global é quase equivalente ao valor da mediana padrão estabelecido por R.Bradley et.al, um valor significando que o ambiente familiar responde positivamente às necessidades de uma pré-adolescente com 11 anos. Importa assinalar que a pontuação total que foi estabelecida com o mesmo instrumento no contexto educativo do qual a Vanessa foi retirada (o da mãe) não ultrapassaria 10.

Quadro nº 32 - Home Inventory da Pré-adolescência

Sumário – Vanessa				
Subescala	Pontuação Possível	Mediana	Pontuação atribuída (quando vivia em casa da mãe)	Pontuação atribuída (casa dos avós)
I- Ambiente Físico	7	7	1	6
II- Materiais de Aprendizagem	10	7	0	8
III – Moldagem	10	7	1	6
IV- Fomentar a Auto-suficiência	6	4	0	5
V - Atividades de Regulação	10	9	2	7
VI - Companheirismo familiar	8	5	1	3
VII – Aceitação	9	9	5	8
Pontuação total	60	44	10	43

Em matéria de “ambiente físico”, o ganho foi evidente para a Vanessa, quando se comparam as pontuações obtidas em casa da mãe e no contexto de vida dos avós. Vanessa passou, com efeito, de uma casa sobrelotada e com total falta de higiene, cuja única vantagem remetia para a qualidade do envolvente para outra em que o único elemento menos positivo se prende com uma certa falta de iluminação.

No que respeita aos “materiais de aprendizagem”, a mudança permitiu passar de uma situação de total carência para um contexto em que a Vanessa dispõe de um espaço confortável para estudar, de uma diversidade de materiais (computador, livros, jogos), não sendo apenas incentivada a frequentar uma biblioteca e a recorrer a dicionários e enciclopédias no seu estudo (8 pontos em 10).

Na subescala “moldagem”, a pontuação registada em casa da mãe foi de 1, alcançando 6 pontos na casa da avó (em 10 pontos). Enquanto, em casa da mãe, a principal oportunidade de Vanessa era o modo cortês de a mãe se conduzir em circunstâncias como a da nossa visita, na casa da avó ganhou a possibilidade de se familiarizar com a leitura e de lidar diariamente com pessoas com padrões de conduta equilibrada face às contrariedades e frustrações da vida.

Na subescala “fomentar a auto-suficiência”, a pontuação obtida em casa da mãe foi de 0 pontos, em contrapartida em casa da avó registou-se um valor de 5 pontos em 10. Estas pontuações confirmam a ideia de que o contexto de vida da Vanessa melhorou significativamente: interage diariamente com avós bem mais disponíveis para conversar com ela a respeito da escola e de outros acontecimentos a que possa dar atenção, preocupar-se com a sua escolarização, tentar prepará-la para melhor cuidar da sua própria saúde e segurança e associa-la às tarefas do quotidiano doméstico.

No que respeita a subescala “atividades de regulação”, a pontuação obtida no contexto materno foi de 2 pontos contra 7 pontos registados no contexto familiar da avó (num total de 10 pontos). Uma vez mais a pontuação não deixa margens para dúvidas: o actual contexto familiar da Vanessa proporciona-lhe a presença de adultos bem mais atentos à criação de rotinas, a um ritmo regular de vida, a um uso controlado da televisão e às amizades que a Vanessa vai estabelecendo, ainda que, nalguns aspectos como as conversas acerca da sexualidade, dos perigos das drogas e do álcool e nas orientações a seguir para com as colegas, a avó da Vanessa reconhece a sua falta de envolvimento.

Na subescala “companheirismo familiar”, em que a pontuação obtida foi de 1 ponto (em 8) em casa da mãe e de 3 pontos em casa da avó, as mudanças não são tão relevantes. O que significa que o contexto educativo da Vanessa continua relativamente limitado, sobretudo no que respeita às oportunidades de descobrir “mundos” para além do convívio familiar e apesar de este último se ter um pouco enriquecido graças a um relacionamento mais frequente com o pai, primos e amigos da família.

Para terminar, a subescala “aceitação” foi igualmente aplicada nos dois contextos, apesar do carácter relativamente recente da relação da Vanessa com os avós tornar um

pouco mais difícil a apreciação desta dimensão. Obteve uma pontuação de 5 em casa da mãe e de 8 na da avó (num total de 9), o que nos indica que o novo ambiente educativo será, em princípio, mais compatível com a necessidade de uma criança ser positivamente reconhecida por quem se encarrega da sua educação.

Família 8 – “Mariana”

A Mariana tem 14 anos, vive com a mãe, a D. Fátima (31 anos), o Sr. Jorge que é o padrasto (34 anos) e uma meia-irmã (4 anos). A família vive dos rendimentos obtidos do trabalho por conta de outrem da D. Fátima e do trabalho por conta própria do Sr. Jorge.

A Mariana foi sinalizada à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Gondomar por suspeita de “comportamentos desviantes”. Com efeito, os agentes do estabelecimento de ensino que frequenta na sua área de residência recolheram indícios que os levaram a pensar que a menor estaria a consumir substâncias psicoactivas e, através de uma análise de urina, a CPCJ confirmou esta suspeita.

A Mariana frequenta o 7º ano de escolaridade, havendo reprovado duas vezes, mas, na sequência de uma mudança de turma, no ano letivo de 2014/2015, o seu aproveitamento melhorou significativamente. A irmã (de 4 anos) frequenta o jardim-de-infância perto da sua residência.

A D. Fátima concluiu o 9º ano de escolaridade e o Sr. Jorge completou o 2º ciclo de escolaridade (6º ano). A mãe da Mariana entrou no mercado de trabalho com 15 anos para desempenhar a profissão de operária numa fábrica de produtos alimentares, ocupando um posto de trabalho numa linha de montagem para a produção de pacotes de cereais. Ocupou este posto de trabalho não qualificado durante 5 anos. Contudo, não conseguiu encontrar nesta actividade qualquer fonte de satisfação em virtude não só do carácter rotineiro e pobre das suas tarefas como também da baixa remuneração auferida. Não será exagerado pensar que a sua passagem pela escola, embora pouco qualificante, terá contribuído para elevar ilusoriamente as suas aspirações e para ter dificuldade em acatar a disciplina de um trabalho por turno e taylorizado. Acabou por despedir-se mas a sua baixa qualificação fez com que apenas conseguisse reintegrar o mercado de trabalho como empregada de limpeza de uma firma de limpeza, funções essas que desempenhou por um período de 4 anos. Porém, a empresa abriu falência e a D. Fátima ficou desempregada.

O período de desemprego durou cerca de 12 durante os quais a D. Fátima usufruiu do subsídio de desemprego e da possibilidade de ingressar num curso de formação de “agente

de geriatria” que não lhe conferiu, contudo, maior qualificação escolar. A frequência do curso abriu-lhe as portas de um lar de idosos em que passou a desempenhar este papel, sendo, actualmente, contratado por duração indeterminada.

Temos, pois, motivo para considerar que, ao longo do seu percurso profissional, a mãe da Mariana passou pouco tempo na condição de desempregada e conseguiu alcançar alguma estabilidade financeira, desenvolvendo a sua capacidade de consentir esforços numa actividade profissional que, tudo leve a crer, lhe proporciona maior satisfação: o facto de trabalhar por turno permite-lhe, com efeito, auferir um salário de 800€ líquidos.

Quanto ao companheiro da D. Fátima, conseguiu, há cerca de 8 anos, criar uma pequena oficina de mecânica, em regime de trabalho por conta própria, que, à custa de pesados horários semanais de trabalho, lhe permite ter um rendimento praticamente equivalente ao da D. Fátima, embora menos regular. Estamos, pois, em presença de uma família que evidencia aos seus filhos as vantagens do investimento no trabalho, designadamente em matéria de aquisição de bens e serviços de acordo com os padrões de consumo em vigor na sociedade portuguesa actual. Esta é, alias, a única família do nosso universo de observação que não enfrenta qualquer tipo de vulnerabilidade financeira ou material, em função dos critérios estabelecidos pelos institutos de estatística. Observando o valor da capitação deste grupo doméstico, constata-se que está perto dos 200€, correspondendo ao valor mais alto no universo de famílias que seguimos neste trabalho.

A família da Mariana usufrui das melhores condições de habitação que tivemos oportunidade de observar: vive numa moradia arrendada de tipologia T4, que comporta 4 quartos, 2 casas de banho, uma sala, um escritório, uma cozinha, uma garagem e um pátio. As despesas com habitação são elevadas (625€/mês incluindo a renda, água, luz, gás, telefone/telemóveis, internet e TV cabo), no entanto, os rendimentos dos pais da Mariana permitem assumi-las (numa média de 1.427,50 €/mês e com um valor de capitação de 200,63€). Quanto ao envolvente da moradia, é agradável e cuidado, não sendo portador de nenhuns dos sinais de desqualificação social que, noutros habitat, contribuem para comprometer o bom nome de quem lá vive. Além disto, existe junto da moradia e nas suas imediações espaços livres em que as crianças podem brincar, precisando, contudo, de vigilância por parte de adultos a fim de prevenir os riscos proporcionados pelo tráfico rodoviário.

Apesar da sua relativa estabilidade material, o contexto educativo da Mariana, avaliado a partir da aplicação do HOME, recolheu uma pontuação inferior à mediana padrão: 37 pontos, como podemos observar no quadro nº 33.

Quadro nº33 - Home Inventory da Pré-adolescência

Sumário – Mariana			
Subescala	Pontuação Possível	Mediana	Pontuação atribuída
I- Ambiente Físico	7	7	7
II- Materiais de Aprendizagem	10	7	5
III – Moldagem	10	7	6
IV- Fomentar a Auto-suficiência	6	4	2
V - Atividades de Regulação	10	9	5
VI - Companheirismo familiar	8	5	3
VII – Aceitação	9	9	9
Pontuação total	60	44	37

À semelhança de várias outras famílias a que nos referimos anteriormente, são as subescalas “fomentar a auto-suficiência” e o “companheirismo familiar” as duas que registaram pontuações mais baixas, sendo que a primeira registou um valor de 2 pontos (em 6 possíveis) e a segunda obteve 3 pontos (num total de 8). A pontuação de 2 pontos na subescala “fomentar a auto-suficiência” remete-nos para um ambiente familiar caracterizado por um inexistente envolvimento por parte dos “pais” no apoio dado ao adolescente na realização dos trabalhos de casa e das tarefas escolares mas também na falta de verificação dos mesmos. É, além disto, importante referir que os pais da Mariana, também não têm a preocupação de conversar com a adolescente sobre temas que lhe permitam compreender melhor como a vida social funciona. Todavia, estamos em presença de uma mãe que se preocupa em ocupar adequadamente os tempos livres da Mariana que tem aulas de natação como em ensina-la a proteger a sua saúde e integridade.

No que diz respeito ao “companheirismo familiar” este resume-se ao convívio diário com a família restrita, nomeadamente na realização da refeições e a visitas esporádicas à família alargada e a amigos, havendo pouco investimento em actividades susceptíveis de ampliar os horizontes culturais.

Na subescala “moldagem”, a pontuação obtida foi de 6 pontos (em 10) e este resultado indica-nos que os hábitos de leitura tanto da mãe como da adolescente são quase inexistentes e que a mãe não se implica directamente nas actividades de lazer da filha.

Já nas subescalas “materiais de aprendizagem” e “atividades de regulação” a família registou um valor em ambas as subescalas de 5 pontos. Estes resultados revelam-nos uma certa preocupação dos pais da Mariana em assegurar que a jovem tenha um local apropriado e agradável para estudar e onde possa organizar o seu material escolar, bem como em assegurar que a jovem tenha um computador com acesso a internet que lhe

permita realizar pesquisas escolares. Mas, em contraponto, importa frisar que a mãe não assume uma supervisão cuidadosa da utilização quer do computador quer da televisão, o que nos permite concluir que esses materiais provavelmente proporcionam um número maior de momentos de distração do que propriamente de estudo.

Todavia, a família não está desprovida de preocupação no estabelecimento de horários e rotinas diárias previsíveis e regulares. No presente, devido a suspeitas e posteriormente certeza dos consumos de substâncias psicoativas por parte da adolescente, existe uma maior iniciativa por parte dos pais na regulação dos comportamentos da Mariana e no recurso ao diálogo com a adolescente sobre os perigos do uso de drogas e do álcool bem como ao aconselhamento a respeito da sexualidade responsável e da higiene corporal.

A pontuação de 7 na subescala “ambiente físico” está evidentemente relacionada com as condições de habitação bem superiores às das restantes de que esta família usufrui em matéria de conforto e espaço disponível.

Com a subescala “aceitação”, que registou a pontuação máxima, não parece que as dificuldades comportamentais da Mariana tenham comprometido a ligação afectiva entre mãe e filha. Há motivos para pensar que será mais pela via da reduzida disponibilidade da mãe, em virtude do seu investimento no trabalho, para estar mais presente no dia-a-dia da Mariana e da falta de aprendizagem, na e pela escola, de motivos para descobrir as suas capacidades e investir num projecto, que a Mariana evidenciou comportamentos reveladores do seu mal-estar.

Família 9 – “David”

O David tem 13 anos e vive com a mãe, a D. Leonor (44 anos) e o pai, o Sr. António (65 anos). Este jovem é acompanhado, conjuntamente com a família, há cerca de 1 ano, pela Comissão Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Gondomar por “comportamentos agressivos” no contexto escolar e por “absentismo”. O jovem frequenta o 5º ano de escolaridade e o atraso escolar deve-se a uma primeira reprovação no 3º ano e a duas no 5º ano de escolaridade. Está pela 3ª vez consecutiva a repetir o mesmo ano de escolaridade. Os pais agarram-se a uma interpretação das dificuldades manifestadas no trajecto escolar do David que assenta no facto de ter nascido prematuro e na falta de interesse dos professores em contribuir para a resolução dos problemas de aprendizagem

que evidencia. Por essa razão, os pais tomaram a iniciativa, no início do ano lectivo 2014/15, de transferir o David para um colégio privado.

Por este motivo, e outros que mais à frente exporemos, a família enfrenta alguma precariedade material, uma vez que apesar de os seus rendimentos provirem do trabalho da mãe e da pensão de velhice do pai, encontra-se numa situação de endividamento que acaba por reduzir significativamente os meios de vida disponíveis (ver quadro nº5 relativo à capitação desta família).

Começando por examinar o trajeto profissional dos pais do David, sobressai o facto de ambos terem começado a trabalhar com 11 anos, após terem concluído o 4º ano de escolaridade, e por via da participação na produção agrícola. O Sr. António relatou-nos que só aos 16 anos começou a trabalhar fora de exploração familiar. Estava movido pela vontade de amealhar algum dinheiro para organizar a sua vida pessoal e tornou-se aprendiz de sapateiro. Todavia, aos 21 anos reorientou as suas aprendizagens, tornando-se servente numa pequena empresa gráfica onde continuou a trabalhar, conjuntamente com o dono, durante 20 anos, ampliando, com a experiência prática, as suas qualificações de tal modo que resolveu adquirir a pequena oficina quando o seu proprietário decidiu reformar e cessar esta atividade. O Sr. António conduziu a oficina sozinho durante 24 anos, tentando diversificar a atividade, abrindo uma pequena tabacaria no mesmo lugar graças a um empréstimo bancário. Todavia, a atividade comercial não se revelou rentável e, quando o Sr. António decidiu reformar-se, havia acumulado uma dívida avultada que não ficou resolvida com o trespasse do negócio e continua a pesar gravemente sobre as condições materiais de vida da família.

É como aprendiz na apanha da resina e da cortiça, como jornaleira, que a mãe do David iniciou a sua atividade laboral. Realizou estas tarefas durante cerca de 10 anos, procurando, ao fim deste tempo, conquistar um posto de trabalho que lhe permitisse usufruir de proteção social e de mais estabilidade remuneratória. Conseguiu fazê-lo na qualidade de auxiliar de cozinheiro, num restaurante, uma atividade que exerceu durante 6 anos. Passado este tempo, descobriu que o seu patrão não estava a pagar o encargo patronal à segurança social e, por não conseguir obter a resolução do problema, acabou por despedir-se, com a expectativa de encontrar condições de trabalho mais vantajosas.

Contudo, não conseguiu concretizar este objetivo e, durante mais de 12 anos, continuou a desempenhar as mesmas funções em condições de total precariedade, isto é, sem vínculo contratual. Há cerca de 6 anos, abandonou o ramo da restauração e passou a trabalhar como empregada de caixa num minimercado da sua área residencial. Com esta

mudança ganhou alguma segurança, por ser contratada legalmente, mas auferir um salário relativamente baixo (600€/mês), sobretudo se tivermos em consideração a carga horária semanal e a necessidade de frequentemente trabalhar ao fim-de-semana. Ainda que a experiência profissional dos pais do David não tenha sido particularmente propícia ao aprofundamento da sua compreensão do sistema educativo e à aquisição dos recursos necessários para investir na escolaridade dos filhos, permitiu-lhes conferir ao quotidiano da família estabilidade e organização. Os filhos cresceram com modelos parentais positivos no que respeita à disciplina diária necessária para garantir o sustento da família, mesmo em condições bastante adversas como se verificou para a D. Leonor que, no decorrer das entrevistas, expressou muitas vezes a frustração e insatisfação gerada por uma “integração profissional desqualificante”, para retomar a perspetiva de Serge Paugam (2007).

Se é certo que o endividamento desta família tem tido pesadas consequências económicas, o efeito psicológico de tal situação é incomparavelmente mais devastador ainda para o ambiente familiar e educativo. O endividamento tem gerado um estado de profunda ansiedade e depressão que obriga a D. Leonor a recorrer frequentemente às urgências hospitalares.

Apesar dos esforços despendidos, os rendimentos provenientes do trabalho da D. Leonor (no valor de 600€/mês) acabam por constituir os meios de vida principais da família, já que mais de metade da pensão de velhice do Sr. António (no valor de 890€) está penhorada (41,6%), ficando apenas 370€ disponíveis para fazer face aos encargos correntes, entre os quais as propinas do Colégio do David num montante de 150€. Após estes pagamentos que podemos considerar como prementes e obrigatórios, a família só dispõe de 855€ (valor esse proveniente do salário da mãe do David, do abono de família de 35€ e do que sobra da pensão do Sr. António) para assegurar o pagamento das despesas associadas à habitação: como água, luz, gás, telefone, e internet, bem como para garantir todas as refeições diárias dos 3 elementos do agregado e eventuais despesas com vestuário e transporte. É, pois, a situação de endividamento que constrange as condições materiais de vida desta família que, mesmo assim, acaba por ter uma capitação próxima dos 200€ (198,33€), bem superior às que registamos nos agregados familiares classificados como mais vulneráveis.

É a situação de endividamento que é responsável pela privação material: com efeito, a família é afetada por 3 de 9 tipos de privação considerados no Inquérito SILC (INE, 2011). Em concreto, esta família não tem capacidade para assegurar o pagamento

imediate de uma despesa inesperada no valor do limiar de pobreza sem recorrer a empréstimo, não tem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano fora de casa e também não tem capacidade de cumprir sem atraso alguns pagamentos regulares (como por exemplo a mercearia) em virtude das dificuldades económicas que enfrentam.

No que respeita às condições de habitação, esta família tem condições mais vantajosas do que as restantes classificadas com um estatuto socioeconómico mais desfavorável: vive numa moradia, de construção recente (15 anos), com condições de habitabilidade mais do que razoáveis e constituída por 3 quartos, uma sala de jantar, um escritório, uma cozinha, uma casa de banho, uma garagem e contém também um amplo terraço. Podemos assim concluir que não existe sobrelotação da habitação. Está situada numa área periurbana, não muito densificada e com espaços públicos sem muito tráfico e sem sinais de vandalismo ou de criminalidade.

Embora superior às das famílias do primeiro subgrupo, a pontuação relativa à qualidade do contexto educativo do David, por via da aplicação do Home, está 11 pontos abaixo da mediana padrão (33 contra 44), como podemos observar no quadro nº 34.

Quadro nº 34 - Home Inventory da Pré-adolescência

Sumário – David			
Subescala	Pontuação Possível	Mediana	Pontuação atribuída
I- Ambiente Físico	7	7	6
II- Materiais de Aprendizagem	10	7	5
III – Moldagem	10	7	4
IV- Fomentar a Auto-suficiência	6	4	1
V - Atividades de Regulação	10	9	4
VI - Companheirismo familiar	8	5	4
VII – Aceitação	9	9	9
Pontuação total	60	44	33

Da análise das subescalas acima apresentadas, podemos aferir que a subescala “fomentar a auto-suficiência” obteve a pontuação mais baixa, 1 ponto (em 6 possíveis) o que nos indica que o ambiente familiar do David não lhe proporciona os estímulos necessários ao seu crescimento, nem como aluno, nem como indivíduo que tem que aprender a responder adequadamente às suas necessidades. Os pais do David terão, pelo menos parcialmente consciência destas suas dificuldades, já que resolveram procurar apoio no âmbito escolar por via do recurso a um centro de estudos. Alias, em casa, os “materiais de aprendizagem” disponibilizados estão longe de serem assegurados (5 pontos em 10).

Às subescalas “moldagem” e “atividades de regulação” a pontuação obtida foi de 4 (em 10) em virtude de práticas de leitura quase inexistentes quer por parte dos pais quer por parte do adolescente e notámos que praticamente não existem livros em casa do David.

Relativamente às “atividades de regulação”, o quotidiano está organizado em função de regras (na base dos 4 pontos obtidos) mas, como em muitas outras famílias de classes populares, a conversa não é o veículo privilegiado das trocas, o que nos ajuda a entender que o David, como muitos outros pré-adolescentes, não usufrui de uma presença orientadora na descoberta dos seus papéis de aluno, de colega, de amigo etc...

No que diz respeito ao “companheirismo familiar”, os 4 pontos (de 8) prendem-se com o convívio familiar, não beneficiando o David de oportunidades de partir, acompanhado, à descoberta de outros universos, capazes de estimular o seu desenvolvimento intelectual, relacional e da sensibilidade.

A casa onde o David reside é confortável e compatível com a composição do grupo doméstico. O jovem tem espaços exteriores à casa onde pode brincar e o meio envolvente é agradável e seguro. Daí a pontuação obtida na subescala “ambiente físico” de 6 pontos num máximo de 7. Para concluir, a subescala “aceitação” que registou a pontuação máxima de 9 pontos, não deixa dúvidas sobre a existência de afeto para com o David, ainda que este não se expresse em moldes que seriam mais eficazes.

Família 10 – “Dinis”

O Dinis tem 14 anos vive com a mãe D. Conceição (46 anos). A família depende exclusivamente dos rendimentos obtidos do trabalho da D. Conceição. O Dinis está sinalizado à CPCJ de Gondomar por “comportamentos desviantes” que, tendo em conta as informações recolhidas no processo da CPCJ, remetem essencialmente para condutas de agressão verbal a professores e alunos e de indisciplina no espaço escolar.

No ano letivo 2014/2015, o jovem frequentava o 7ºano de escolaridade, no colégio particular do Porto para o qual foi transferido e que frequenta ao abrigo da medida de apoio à família. Tendo em conta a sua idade, torna-se patente que o jovem já foi duas vezes retido (no 5º e no 6º ano).

A D. Conceição completou o ensino básico (4º ano de escolaridade), começando a trabalhar aos 11 anos. Começou por desempenhar algumas tarefas na agricultura em conjunto com os pais e irmãos, participando assim em actividades indispensáveis para o

sustento de família. Mais tarde, com 15 anos, procurou um posto de trabalho que lhe proporcionasse maior autonomia material e um rendimento regular. Começou, então, a trabalhar como aprendiz numa fábrica de fundição, tornando-se operária na mesma empresa onde trabalhou durante 10 anos. Após esse período ficou desempregada e passou a beneficiar do subsídio de desemprego durante 4 anos, acabando por ingressar num programa ocupacional, sobre proposta do próprio Centro de Emprego, na qualidade de assistente operacional num estabelecimento de ensino. Esta situação foi renovada de ano a ano durante 4 anos no mesmo estabelecimento mas, no final deste período, voltou à condição de desempregada. Contudo, após cerca de 3 meses começou novamente a trabalhar, desta vez como empregada doméstica por conta própria, trabalho que manteve durante 10 anos, apesar de não ter nem vínculo laboral nem protecção social uma vez que nenhuma das famílias para as quais trabalhou formalizou a relação contratual. Trabalha actualmente para uma só família para a qual assegura, há 6 anos, não somente as tarefas de limpeza mas igualmente o tratamento da roupa e a confecção das refeições. Em contrapartida de uma carga horária bastante elevada (trabalha o dia todo e ao sábado de manhã), a D. Conceição auferir um salário razoável (740€ e um valor de capitação por pessoa após o pagamento das despesas fixas no valor de 122,75€), com um contrato de duração indeterminada e protecção social.

Não será, pois, exagero considerar que a mãe do Dinis tem uma relação bastante regular com o trabalho que lhe permitiu alcançar, de alguns anos para cá, uma certa estabilidade e um estatuto remuneratório favorável. Embora as atividades que realizou e ainda realiza não lhe proporcionam muitas oportunidades de aumentar as suas qualificações, sobretudo escolares, na atualidade ela se encontra diariamente integrada num contexto portador de modelos culturais compatíveis com aspirações a uma mobilidade social ascendente, sobretudo para o seu filho. Mas as dificuldades com a qual se confronta na educação do filho resultam, por um lado, da falta de recursos escolares para poder efetivamente acompanhar a escolaridade do Dinis e, por outro lado, da falta de rede social a que possa recorrer para a substituir quando a criança não se encontra na escola. Além disso, o Dinis teve que aprender a viver com um pai ausente que constituiu uma outra família no estrangeiro de que não tem oportunidade de fazer parte.

Os rendimentos desta família provêm do trabalho da D. Fátima (no valor de 740€/mês) e do abono de família (no montante de 42€), já que o pai do Dinis não paga qualquer pensão de alimentos e que o pedido efetuado junto do Fundo de Garantia ainda não foi deferido. Estamos, todavia, em presença de uma família que, graças à persistência da mãe

e à sua capacidade de poupança, conseguiu um certo equilíbrio material: a D. Fátima é proprietária do apartamento que habitam, já conseguiu paga-lo inteiramente e, para além de fazer face às despesas correntes (pagamento do condomínio; bens e serviços essenciais como: alimentação, vestuário e abastecimento em água, luz e gás), adquiriu um automóvel. Apesar de todos os esforços da D. Fátima para ter um modo de vida estável e de acordo com os padrões considerados como normais na sociedade em que vive, a família não escapa a, pelo menos, dois tipos de privação material: não tem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada no valor do limiar de pobreza (por exemplo, despesas de tratamento) sem recorrer a empréstimo e, também, não tem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa.

As condições da habitação desta família não comprometem de modo nenhum o contexto educativo do Dinis, já que este partilha com a mãe um T2 espaçoso que comporta um quarto para cada um, uma casa de banho, uma cozinha e uma grande sala de estar. O meio envolvente do alojamento apresenta-se agradavelmente limpo e sem sinais de desqualificação social.

A qualidade do ambiente educativo do Dinis igualmente está bem abaixo do valor padrão definido pelos autores do Home Inventory: 34 pontos, como se pode verificar no quadro nº 35.

Quadro nº35 - Home Inventory da Pré-adolescência

Sumário – Dinis			
Subescala	Pontuação Possível	Mediana	Pontuação atribuída
I- Ambiente Físico	7	7	7
II- Materiais de Aprendizagem	10	7	5
III – Moldagem	10	7	3
IV- Fomentar a Auto-suficiência	6	4	2
V - Atividades de Regulação	10	9	5
VI - Companheirismo familiar	8	5	3
VII – Aceitação	9	9	9
Pontuação total	60	44	34

“Fomentar a auto-suficiência” é, de novo, uma das dimensões mais problemáticas destes pais confrontados com a passagem à adolescência. A pontuação é de 2 (em 6 pontos), o que nos leva a concluir que o investimento na estimulação das aprendizagens escolares, desde a execução das tarefas escolares à sua verificação e ao acompanhamento necessário para aprender a superar dificuldades e estabelecer prioridades adequadas, é

quase inexistente, bem como a preocupação com o envolvimento do pré-adolescente em tarefas da vida diária que deverá, em breve, ser capaz de executar só por si.

Em matéria de “moldagem” e “companheirismo familiar” (com 3 pontos cada), os desempenhos parentais são igualmente muito limitativos do desenvolvimento, o que decorre, no primeiro caso, da distância entre a cultura da família e a cultura necessária para se ser bem-sucedido na escola. Não há valorização da leitura, da busca de informações, nem possibilidade de investir na linguagem. A importância de a mãe dedicar-se ao trabalho para a sobrevivência da família não lhe permite constituir-se num modelo de referência para o filho no que toca à sua implicação em actividades que lhe dizem respeito. E percebe-se que a dificuldade em conciliar os papéis de trabalhadora e de mãe criam na D. Fátima alguma falta de disponibilidade face aos problemas comportamentais do filho.

Os resultados obtidos na subescala “companheirismo familiar” indicam que o convívio diário resume-se, na maior parte do ano, à família nuclear, nomeadamente na realização das refeições em conjunto com a mãe bem como a visitas esporádicas à família alargada e a amigos. Contudo, durante as férias de verão o Dinis costuma viajar com o pai, havendo tido, por exemplo, este ano, a oportunidade de passar férias no Algarve. Importa, contudo, referir que estas férias não proporcionaram plenamente ao Dinis a descoberta de lugares favoráveis à ampliação dos seus conhecimentos e capacidades relacionais, activando, antes, em Dinis sentimentos de inferiorização e de mágoa. Sentiu-se muitas vezes a mais na família que o pai reconstituiu com a filha da companheira, desde logo porque, obrigado a ceder-lhe o lugar no carro, a ela e às amigas convidadas, teve que fazer a viagem na bagageira.

A pontuação obtida nas subescalas “materiais de aprendizagem” e “atividades de regulação” foi de 5 num total de 10 pontos. No ambiente familiar do Dinis os materiais que incentivam ao seu estímulo e espírito de exploração são um computador, jogos de tabuleiro, equipamento desportivo, bem como uma secretária onde o jovem pode estudar e organizar todo o seu material escolar. A falta de incentivo está bem patente na ausência de livros, de dicionários ou enciclopédias e, ainda, do hábito de recorrer a uma biblioteca.

O que limita a qualidade do contexto educativo do Dinis em matéria de “atividades de regulação” prende-se com a falta de diálogo com a mãe sobre os riscos que, hoje em dia, todo o adolescente enfrenta. Se é certo que Dinis beneficia de um ambiente familiar com horários diários regulares e previsíveis, em que a mãe regula os comportamentos do filho, desde o uso criterioso da televisão à imposição que o jovem pernoite em casa durante a

semana e em dias de aula, não é menos verdade que a D. Conceição não consegue ter a mesma capacidade de controlo sobre os amigos do Dinis.

A pontuação obtida na subescala relativa ao “ambiente físico” (7 em 7) reflecte essencialmente as condições de habitabilidade muito favoráveis da casa onde o Dinis reside que, são compatíveis com a tipologia familiar. Por fim, a subescala “aceitação” também ela registou a pontuação máxima de 9 pontos, uma vez que a D. Conceição deu todos os sinais de manter laços sólidos com o filho e de lhe reconhecer um lugar importante na sua vida, apesar de experimentar sérias dificuldades nas práticas educativas quotidianas.

Família 12 – “Sara”

A Sara tem 14 anos e vive com avó, D. Madalena com 74 anos, e com a mãe, D. Maria, com 52 anos. A família depende dos rendimentos do trabalho da mãe da Sara e da pensão de velhice da avó.

A Sara foi sinalizada à CPCJ de Gondomar pelo estabelecimento de ensino que frequentava na altura por o “abandono escolar”. Em 2013/14, a jovem manteve-se ausente durante todo o ano letivo sem justificação. Residia na altura apenas com a avó materna em Gondomar, uma vez que a mãe vivia no Porto, com um novo companheiro e investia muito pouco na educação da filha. Confrontada com esta situação de absentismo prolongado, a avó invocou o facto de a neta ter de cuidar dela. O acordo estabelecido com a CPCJ impôs, como única alternativa possível à institucionalização da Sara, que esta morasse com um adulto que assumisse a sua educação e a D. Maria, entretanto em rutura com o companheiro, acabou por passar a viver com a sua mãe e com a sua filha.

No ano letivo de 2014/15, a jovem regressou à escola, por via de um curso de Educação/Formação ao nível do 8º ano de escolaridade, de modo a concluir o 9º ano com uma formação pré-profissional na área da eletricidade, no Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto. As informações contidas nos relatórios escolares indicam que a Sara teve resultados escolares muito positivos na Escola que frequentava em Rio Tinto, tendo chegado a ser distinguida no quadro de excelência da escola no ano letivo de 2011/2012. Tudo leva a crer que a Sara está a ser vítima de um contexto familiar em nada favorável ao investimento na sua escolarização por falta de compreensão da importância desta para o futuro da jovem.

A D. Madalena e a D. Maria concluíram, ambas, o 4º ano de escolaridade. A avó da Sara nunca ingressou no mercado de trabalho, sendo doméstica. A D. Maria começou a trabalhar aos 20 anos, após um longo período sem qualquer ocupação, nem investimento na sua formação, numa loja de eletrodomésticos que era propriedade do homem com o qual casou aos 20 anos. Manteve-se nesta ocupação durante 10 anos e enquanto esteve casada. Acabou por perder o trabalho em consequência do divórcio. Não ficou desempregada mas passou a desempenhar funções de vendedora numa espécie de bazar que tinha um departamento de vestuário. É neste período – de cerca de 8 anos – que nasceu a Sara, de um relacionamento “ocasional”, já que a Sara nunca chegou sequer a conhecer o pai e que a paternidade não ficou estabelecida. Entrando num processo de depressão que implicou internamento, a D. Maria acabou por não se assumir como mãe e a criança ficou aos cuidados da mãe. Um ano após o nascimento da criança, a D. Maria voltou ao mundo do trabalho, como auxiliar de limpeza num hospital mas, até à intervenção da CPCJ, mas não desempenhou nenhum papel parental junto da Sara, apesar de se ter mantido neste posto de trabalho há 12 anos.

Considerando que a integração profissional da mãe da Sara está próxima do tipo ideal que S. Paugam (2007) define como integração laboriosa, isto é, potenciadora de estabilidade do emprego mas não propicia à descoberta da satisfação no e pelo trabalho, compreende-se que D. Maria não possui os recursos necessários para realmente orientar a vida da Sara neste domínio.

Os rendimentos da família são compostos pelo salário da D. Maria, no montante de 505€/mês, pela pensão de velhice da avó da Sara, no valor de 600€/mês, e do abono de família de 35€. Em termos de despesas com a habitação a família paga uma renda de 250€/mês, bem como um total de 205€/mês para assegurar o fornecimento de água, luz, gás, transporte, telefone e internet. Esta família não se encontra numa situação de pobreza monetária pois os seus rendimentos são superiores ao limiar da pobreza por adulto equivalente (taxa de intensidade da pobreza de -49,03%), com um valor de capitação de 179,03€. Em termos de privação material, é afetada, contudo, por 3 dos 9 tipos de privação considerados no inquérito SILC (INE, 2011), a saber, a capacidade para fazer face de imediato a uma despesa inesperada no valor do limiar de pobreza sem recorrer a empréstimo, a capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, a capacidade financeira para ter um automóvel.

Contudo, à diferença de muitas das famílias economicamente mais vulneráveis da nossa amostra, esta família consegue assegurar as suas refeições diárias com os seus

próprios recursos. Quanto às condições da habitação, a família vive num T3 arrendado cujo custo é bastante elevado: as despesas com a habitação perfazem 39,91% dos rendimentos, o que indica uma situação de sobrecarga com a habitação. Contudo, o alojamento comporta 3 quartos amplos, uma cozinha, uma sala, uma casa de banho, uma lavandaria e um pequeno escritório. As condições de habitabilidade são adequadas à constituição do grupo familiar. O meio envolvente é fortemente urbanizado, estando garantida a acessibilidade em matéria de transportes públicos e de serviços.

Com o recurso ao instrumento Home e às várias subescalas que o compõem, é-nos possível concluir que o ambiente familiar da Sara é um ambiente que apresenta algumas fragilidades para o seu desenvolvimento, não fosse a sua pontuação global de apenas 34 pontos, abaixo, pois, da mediana padrão (44 pontos), como podemos verificar no quadro nº 36.

Quadro nº36 - Home Inventory da Pré-adolescência

Sumário – Sara			
Subescala	Pontuação Possível	Mediana	Pontuação atribuída
I- Ambiente Físico	7	7	6
II- Materiais de Aprendizagem	10	7	5
III – Moldagem	10	7	5
IV- Fomentar a Auto-suficiência	6	4	2
V - Atividades de Regulação	10	9	5
VI - Companheirismo familiar	8	5	2
VII – Aceitação	9	9	9
Pontuação total	60	44	34

A partir do quadro acima reproduzido, podemos observar que as subescalas que apresentam uma pontuação mais baixa são “fomentar a auto-suficiência” e “companheirismo familiar”, ambas com 2 pontos (em, respectivamente, 6 e 8 pontos possíveis). Estas pontuações indicam-nos que o investimento parental na estimulação das aprendizagens escolares é muito reduzido. Sara não encontra, no seu contexto educativo familiar, um adulto com quem possa realmente contar para a acompanhar e orientar no seu percurso escolar. No entanto, tivemos a oportunidade de verificar que a Sara, provavelmente porque é menina, é envolvida na realização de rotinas quotidianas que a preparam a gerir algumas dimensões da sua vida (participa nas tarefas relacionadas com a preparação das refeições, a limpeza da casa e é minimamente alertada a respeito das práticas favoráveis à sua saúde e integridade).

A subescala “companheirismo familiar” permite-nos conhecer algumas características do funcionamento da família a nível social e familiar e os resultados apontam para um contexto familiar relativamente isolado e pouco coeso. A Sara toma diariamente refeições com a mãe e a avó, mas, para além disto, as visitas à família alargada e a amigos são esporádicas. Quanto ao usufruto regular de bens culturais, não faz parte da vida quotidiana da Sara, nem da avó ou da mãe. As muito limitadas oportunidades de a Sara se familiarizar, fora da escola, com a cultura escolar mais valorizada estão ainda bem patentes quando se observam os resultados na subescala “materiais de aprendizagem” (5 em 10) e nos itens da subescala “moldagem” relativos aos hábitos de leitura de livros e jornais ou revistas e à qualidade das trocas linguísticas que mãe e avó lhe proporcionam. Além disto, o diálogo está pouco presente nas dinâmicas familiares, sobretudo em torno dos assuntos que não podem deixar de suscitar dilemas e riscos na vida de uma pré-adolescente. Sara beneficia, contudo, de um quotidiano organizado, com definições bastante claras de papéis e é chamada a implicar-se na realização e algumas destas rotinas.

Considerando as pontuações obtidas na subescala “aceitação”, aplicada à avó que, de facto, assumiu o papel de cuidadora principal da Sara praticamente desde o nascimento, conclui-se que a avó reconhece a Sara como parte importante da sua vida. Sérias dúvidas existem quanto ao vínculo com a mãe, uma vez que o relacionamento entre ambas é muito recente e fruto não de um movimento endógeno da mãe, mas, sim, provocado pela intervenção da CPCJ.

2. Estatuto socioeconómico e qualidade do ambiente educativo, tendo em consideração o grau de vulnerabilidade socioeconómica das famílias

Procurando, neste ponto, retirar algumas ilações relativamente à qualidade do ambiente educativo de famílias que têm em comum de terem sido classificadas como não sendo capazes, só por si, de levar a bom porto as suas responsabilidades educativas, começaremos por tecer algumas considerações sobre os resultados da aplicação do Home Inventory, confrontando-os com o principal motivo pelo qual a família teve que estabelecer um acordo de proteção com a CPCJ (quadro nº 37).

Quadro nº 37 – Pré-adolescentes segundo o motivo da sinalização

Nome	Família	Data de Nascimento	Anos de escolaridade completos	Ano a frequentar	Atraso existente	Motivos da sinalização
João	1	05-07-2001 (14 anos)	8ºano	9ºano	0	Negligência parental (falta de higiene)
Cristiano	2	12-12-2003 (12 anos)	4ºano	5ºano	2	Falta de acompanhamento escolar por parte da mãe e comportamentos agressivos do filho em contexto escolar
Pedro	3	18-11-2001 (14 anos)	8ºano	9ºano	0	Indisciplina em contexto escolar e risco de abandono escolar
Diogo	4	08-01-2001 (14 anos)	7ºano	8ºano	1	Exposição do filho a um contexto de violência doméstica
Vanessa	5	26-05-2005 (10 anos)	2ºano	3ºano	2	Absentismo escolar e negligência parental (falta de higiene e malnutrição quando vivia com a mãe)
Rodrigo	6	23-02-2004 (11 anos)	2ºano	3ºano	3	Absentismo escolar grave e negligência parental (falta de higiene)
Diana	7	22-11-2001 (14 anos)	7ºano	8ºano	1	Risco de abandono escolar
Mariana	8	10-03-2001 (14 anos)	6ºano	7ºano	2	Consumo de substâncias psicotrópicas
David	9	18-02-2002 (13 anos)	4ºano	5ºano	3	Absentismo escolar e condutas agressivas em contexto escolar
Dinis	10	11-09-2001 (14 anos)	6ºano	7ºano	2	Condutas de agressão verbal e indisciplina na escola
Rita	11	29-10-2004 (11 anos)	1ºano	2ºano	4	Histórico grave de abandono escolar e negligência parental (falta de higiene e fome)
Sara	12	19-01-2001 (14 anos)	7ºano	8ºano	1	Abandono escolar

Pré-adolescentes das famílias que constituem o grupo nº1 (das famílias com o estatuto social mais baixo)

Pré-adolescentes das famílias que constituem o grupo nº2 (das famílias com o estatuto social mais alto)

Uma observação atenta dos motivos de sinalização permitem-nos concluir que a falta de integração na escola e percursos escolares reveladores de aprendizagens malsucedidas são características recorrentes em praticamente todas as famílias. Das 12 famílias observadas, apenas a do Diogo (família 4) foi sinalizada por estar dominada por condutas violentas do pai para com a mãe. Mesmo assim, o trajeto escolar do Diogo revela igualmente fragilidade no plano da inserção escolar. Se é verdade que, conjuntamente com Pedro, são os dois únicos pré-adolescentes (em 12) que se encontram no nível de ensino correspondente à sua idade, não é menos verdade que, em ambos os casos, é muito alta a probabilidade de somente não terem reprovado até agora em virtude do baixo nível de exigência dos estabelecimentos de ensino frequentados.

São exemplos de alunos que transitam de anos sempre com algumas negativas e acabam, pois, por ficar, mais cedo ou mais tarde, impossibilitados de realizar uma carreira escolar realmente inclusiva, isto é, que, graças a aprendizagens sólidas, permite uma

progressão regular nas vias de ensino com maiores oportunidades de qualificação. É tipicamente a situação de Pedro que, não havendo descoberto na escola as suas próprias capacidades, se confronta com aprendizagens que não consegue acompanhar efectivamente, acabando por restaurar o sentimento do seu próprio valor por via do desafio à autoridade dos professores e da indisciplina. O absentismo escolar é comprovado em 3 famílias (famílias 5³⁴, 6 e 9), o risco de abandono é apontado em 4 outras famílias (famílias 3, 7, 11 e 12³⁵). A observação dos anos de atraso na escolaridade destes pré-adolescentes confirma o forte impacto das dificuldades de integração na escola: 10 destas crianças apresentam atrasos que se distribuem do seguinte modo: 1 ano – 3 crianças; 2 anos – 4 crianças; 3 anos - 2 crianças; 4 anos – 1 criança.

Se olharmos para indicadores do que Bradley e Corwyn referiram, como mais acima se explanou, por funcionamento adaptativo deficitário, podemos concluir que metade dos pré-adolescentes em causa apresenta este tipo de consequência, conjuntamente com as lacunas em matéria de aprendizagens escolares. Não encontrando na escola, adultos disponíveis para assumir parte das tarefas educativas que as famílias não conseguem cumprir, nem oportunidades concretas de descobrir que são capazes de aprender e que as aprendizagens escolares têm efectiva utilidade para a sua vida, resta-lhes desenvolver comportamentos que serão classificados como de indisciplina ou mesmo como pré-delinquentes ou delinquentes. Estamos aqui em presença do fator mediador entre o baixo estatuto socioeconómico e o desenvolvimento das crianças que os autores acima mencionados definem como “as atitudes e expectativas dos professores”.

As informações apresentadas nos retratos familiares a respeito quer da escolaridade dos encarregados de educação, quer da sua vida profissional permitem-nos acrescentar que são praticamente todas crianças que sofrem de um desfaseamento acentuado entre a cultura do seu contexto familiar e a cultura da escola. Dito, ainda, de outro modo, pertencem a famílias que dispõem de muito poucos, ou nenhuns, recursos culturais para efectiva e eficazmente orientar, acompanhar e estimular as suas aprendizagens dentro e fora da escola, como ficou comprovado mais acima, com as descrições dos ambientes educativos à luz dos resultados obtidos no Home Inventory (ver quadro nº38 recapitulativo das pontuações alcançadas pelas 12 famílias da nossa amostra).

³⁴ Trata-se da Vanessa que, precisamente, por este motivo foi retirada da convivência com a mãe e passou a morar com os avós que assumiram a sua guarda.

³⁵ A Sara, como mais acima indicamos, vivia com a avó e a condição imposta pela CPCJ para que não seja retirada desta convivência, uma vez que não frequentava sequer a escola, foi que a mãe passasse a integrar o grupo doméstico.

Quadro nº 38 – Qualidade do ambiente educativo das famílias observadas

HOME do Pré-Adolescente (10 a 14 anos)									
SUB-ESCALAS		I- Ambiente Físico	II- Materiais de aprendizagem	III- Moldagem	IV- Fomentar a Auto Suficiência	V- Atividades de regulação	VI- Companheirismo familiar	VII- Aceitação	Pontuação Total atribuída
IDADES	14 anos (Família 1)	3	5	4	2	4	3	8	29
	12 anos (Família 2)	5	4	4	1	4	3	8	29
	14 anos (Família 3)	6	5	4	1	5	3	9	33
	14 anos (Família 4)	6	8	4	2	4	2	9	35
	10 anos (Família 5)	6	8	6	5	7	3	9	44
	11 anos (Família 6)	0	2	2	0	2	3	8	17
	14 anos (Família 7)	4	5	4	2	4	2	8	29
	14 anos (Família 8)	7	5	6	2	5	3	9	37
	13 anos (Família 9)	6	5	4	1	4	4	9	33
	14 anos (Família 10)	7	5	3	2	5	3	9	34
	11 anos (Família 11)	2	2	4	0	3	2	8	21
	14 anos (Família 12)	6	5	5	2	5	2	9	34
PONTUAÇÃO POSSIVEL		7	10	10	6	10	8	9	60
Média		4,8	4,9	4,2	1,7	4,3	2,8	8,6	31,2
MEDIANA		6	5	4	2	4	3	9	33
Mediana Padrão		7	7	7	4	9	5	9	44

No que respeita a outro tipo de manifestações de negligência apontada pela CPCJ, são de registar a falta de cuidados de higiene (famílias 1,5 – quando a criança só vivia com a mãe -, 6 e 11) e problemas de malnutrição e, até mesmo, fome (famílias 5 e 11).

Todos os motivos em que assenta a intervenção da CPCJ nestas famílias prendem-se, pois, com as desigualdades de recursos que Bradley e Corwyn mencionam no artigo mais acima apresentado e que, como já referimos, manifestam-se (simultaneamente ou não) em vários planos, da nutrição aos cuidados de saúde, às condições de habitação e aos

materiais e experiências com potencial para estimular o desenvolvimento cognitivo e relacional das crianças). Permitindo não considerar apenas os motivos que justificaram a intervenção da CPCJ junto destas famílias, os dados reunidos no quadro nº 38 deixam claras outras fragilidades dos ambientes educativos dos pré-adolescentes em causa, apontando para privações em matéria de outros factores mediadores entre o baixo estatuto socioeconómico dos pais e o desenvolvimento dos filhos. Com efeito, a pontuação mediana para o conjunto destas famílias situa-se abaixo da mediana padrão, perfazendo o valor de 33 (sendo que a mediana padrão é de 44). Além disto, constata-se que as duas subescalas em que os resultados globais se encontram mais afastados da mediana padrão definidas por Caldwell e Bradley são as que se referem ao fomento da responsabilidade dos pré-adolescentes e a implicação conjunta da família no seu crescimento.

Não será abusivo considerar que estas duas fragilidades são bem representativas da complexidade de que se reveste, na actualidade, a tarefa de educar: a primeira fragilidade, como acima já tivemos a oportunidade de indicar, é relativa ao delicado equilíbrio a alcançar entre autonomia e protecção, o qual requer, sem dúvida, o máximo de conhecimentos acerca não somente das etapas de desenvolvimento do ser humano mas, igualmente, dos modos de funcionamento do mundo social, do sistema educativo ao mercado de trabalho, passando, ainda, pelas culturas ou subculturas juvenis, susceptíveis de exercer influência sobre os valores, normas e práticas dos adolescentes. Requer, além disto, capacidades para estabelecer e manter o diálogo com os adolescentes, com empatia certo, mas, igualmente, com a segurança necessária relativamente ao sistema de valores e normas a adoptar para poder resistir a pressões múltiplas sem reforçar as reacções defensivas. Tal significa que, para além, dos recursos culturais de que os “bons” pais precisam para desempenhar o seu papel, relevar os seus desafios e experimentar prazer no exercício deste “ofício”, é preciso dispor de uma disponibilidade psíquica muito difícil (para não dizer impossível) de manter quando o quotidiano é perpassado por uma crónica incerteza por motivos económicos ou mesmo quando a sua relativa estabilidade, do ponto de vista material, depende fundamentalmente da “integração laboriosa” na vida profissional, a qual, como sabemos, exclui a possibilidade de experimentar satisfação a partir da natureza das tarefas a realizar. Em suma, podemos concluir que estes pais, na sua maioria, não dispõem da variedade de recursos necessários para poder experimentar uma parentalidade positiva, o que não pode deixar de ter repercussões sobre os modelos que oferecem aos seus filhos bem como na sua coerência e empenho nas actividades de regulação que deveriam implementar. R. Bradley e R. Corwyn, no artigo que serviu de

orientação privilegiada para este trabalho, salientam, com efeito, que não é somente a parentalidade negativa que compromete o desenvolvimento dos filhos mas, também, a ausência de parentalidade positiva.

A segunda fragilidade é, por sua vez, bem representativa de que as carências relacionais, conjugadas com precariedades materiais várias, comprometem gravemente a capacidade educativa dos pais. Nos meios urbanizados em que estas famílias residem, o seu isolamento social é um factor que inviabiliza a partilha, com outros familiares ou vizinhos, das tarefas de controlo social indispensáveis nesta fase da vida, bem como limita seriamente, para as crianças, as oportunidades de exploração do mundo social e cultural envolvente. No plano cultural como no relacional, esta fragilidade traduz as fortes dinâmicas segregativas que penalizam particularmente as famílias de classes populares, privando os seus filhos da oportunidade de tomar parte num meio social mais interclassista e de nele encontrar modelos identitários que, mais do que no seu contexto familiar, poderiam estimular os seus investimentos na escola e possibilitar que a vivam como um credível instrumento de mobilidade social ascendente.

Para terminar, passemos à apreciação do impacto do grau de vulnerabilidade económica sobre a qualidade do contexto educativo das famílias que tivemos a possibilidade de observar, procurando retirar do quadro nº 39 algumas conclusões, embora sem qualquer pretensão para a generalização, dadas as características da nossa amostra (em número de famílias e modo de selecção).

A primeira destas conclusões é que, no conjunto destas 12 famílias, quanto maior a vulnerabilidade económica mais baixa é a qualidade do ambiente educativo. A distribuição das 12 famílias pelos dois grupos de desigual condição socioeconómica que definimos (ver no início do ponto 1 deste capítulo, pp.66ss) permite verificar que o valor da mediana é, num grupo e no outro, inferior ao da mediana padrão. O que confirma bem a relação entre baixo estatuto socioeconómico e a existência de fragilidades no contexto educativo familiar. Quando se compara o valor da mediana num e noutro grupo, existe uma diferença de 5 pontos entre o grupo de famílias de condição socioeconómica mais vulnerável (29 pontos) e o de famílias cuja vulnerabilidade económica é um pouco menor (34 pontos).

Quais serão as vulnerabilidades socioeconómicas que eventualmente se repercutem no ambiente educativo? Da análise desenvolvida a respeito das condições socioeconómicas de famílias que, todas elas, como já vimos, se confrontam com dificuldades significativas na educação dos seus filhos, parece-nos que pelo menos duas merecem ser realçadas. A

primeira prende-se com o exercício, ou não, de uma actividade profissional por parte dos cuidadores, perspectivado por via do indicador intensidade laboral per capita. A ausência prolongada de inserção no mundo do trabalho é seguramente uma circunstância que compromete significativamente as competências educativas dos pais, desde logo porque, para além da incerteza que introduz na reprodução material da vida da família, priva geralmente os indivíduos de referências temporais claras e da capacidade de organizar a vida na base das normas de previsão e cálculo que predominam na sociedade em que vivemos e no próprio contexto escolar dos filhos. É, além disto, uma circunstância que priva o indivíduo do sentimento de poder ter domínio sobre a sua própria vida e, por maioria de razão, sobre a dos filhos, comprometendo a realização de escolhas consistentes em relação ao seu projecto de vida.

O segundo tipo de vulnerabilidade, susceptível de provocar danos sérios no ambiente educativo, prende-se com o habitat residencial das famílias com muito baixo rendimento. Com efeito, das 7 famílias classificadas como das mais vulneráveis do ponto de vista socioeconómico, 4 têm condições de habitação fortemente contrastadas com as das famílias do 2º grupo. São famílias que vivem em áreas socialmente desqualificadas (bairros sociais e ilhas) e em alojamentos que não lhes proporcionam nem condições de conforto nem de espaço adequado à sua composição. Dito de outro modo, são famílias que, para além de viver em habitats desprovidos de coesão, estão expostas ao que Bradley e Corwyn designam por “estatuto socioeconómico colectivo” negativo.

Quadro nº39 – Qualidade do ambiente educativo segundo o nível de vulnerabilidade das famílias

Subescala Grupo 1	I- Ambiente Físico	II- Materiais de aprendizagem	III- Moldagem	IV- Fomentar a auto-suficiência	V- Atividades de regulação	VI- Companheirismo familiar	VII- Aceitação	Pontuação atribuída
	Nº itens 7	Nº itens 10	Nº itens 10	Nº itens 6	Nº itens 10	Nº itens 8	Nº itens 9	
Família 1	3	5	4	2	4	3	8	29
Família 2	5	4	4	1	4	3	8	29
Família 3	6	5	4	1	5	3	9	33
Família 4	6	8	4	2	4	2	9	35
Família 6	0	2	2	0	2	3	8	17
Família 7	4	5	4	2	4	2	8	29
Família 11	2	2	4	0	3	2	8	21
Mediana	4	5	4	1	4	3	9	30
Mediana Padrão	7	7	7	4	9	5	9	44
Média da Pontuação atribuída	3,7	4,4	3,7	1,1	3,7	2,6	8,3	27,8
Subescala Grupo 2	I- Ambiente Físico	II- Materiais de aprendizagem	III- Moldagem	IV- Fomentar a auto-suficiência	V- Atividades de regulação	VI- Companheirismo familiar	VII- Aceitação	Pontuação atribuída
	Nº itens 7	Nº itens 10	Nº itens 10	Nº itens 6	Nº itens 10	Nº itens 8	Nº itens 9	
Família 5	6	8	6	5	7	3	9	44
Família 8	7	5	6	2	5	3	9	37
Família 9	6	5	4	1	4	4	9	33
Família 10	7	5	3	2	5	3	9	34
Família 12	6	5	5	2	5	2	9	34
Mediana	6	5	5	2	5	3	9	34
Mediana Padrão	7	7	7	4	9	5	9	44
Média da Pontuação atribuída	6,4	5,6	4,8	2,4	5,2	3	9	36,4

Tratando-se de famílias relativamente privadas de suportes relacionais para cumprir as suas tarefas educativas, o facto de viver neste tipo e habitat significa não somente um risco acrescido de não ter acesso a equipamentos socioeducativos que possam desempenhar alguma função de substituição da família (entre os quais importa integrar

frequentemente as escolas para as quais as crianças são canalizadas), bem como de ser exposto a um processo de rotulagem negativa igualmente limitativo das oportunidades de desenvolvimento.

Temos consciência que a interpretação dos resultados apresentados mereceria maior aprofundamento, designadamente para tentar, numa perspectiva de estudo intensivo apoiado nos contributos teóricos de Bradley e Corwyn, identificar com alguma precisão os processos de mediação entre a condição socioeconómica baixa e muito baixa e o desenvolvimento cognitivo, relacional, afectivo dos pré-adolescentes. Seria, igualmente, interessante verificar a existência de eventuais factores de moderação dos efeitos da condição socioeconómica sobre este mesmo desenvolvimento. Contudo, é um trabalho que não nos foi possível levar a cabo no âmbito deste Mestrado. Com efeito, passaria por uma bem mais prolongada presença no terreno, junto dos pré-adolescentes, observando-os nos seus diversos contextos de vida e recorrendo a instrumentos que permitissem medir efectivamente o seu desenvolvimento em vários planos, bem como junto dos cuidadores de modo a apreender com mais rigor e fiabilidade os seus estilos de vida, com destaque para as práticas relacionais com os filhos, e os significados da variedade de condutas que implementam com vista à transmissão de regras, ao fomento de competências em matéria de autonomia e responsabilidade ou, ainda, ao reconhecimento do seu valor e potencialidades.

Na impossibilidade, para já, de realizar este tipo de aprofundamento, limitar-nos-emos, para concluir, a apresentar algumas das reflexões que a descoberta destes universos familiares nos suscitou a respeito das intervenções que seriam necessárias para que o sistema de protecção da infância e juventude consiga reestabelecer, para estas crianças, alguma igualdade de oportunidade de desenvolvimento humano e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens está intimamente ligada ao reconhecimento das crianças e jovens como sujeitos de direitos. No website da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (<http://www.cnpçjr.pt/left.asp?12.01>) é feita uma referência direta à Convenção sobre os Direitos das Crianças, da qual destacamos as seguintes passagens:

“Os direitos humanos da criança são os gerais, reconhecidos a qualquer pessoa, e os específicos, resultantes da sua condição de criança – ser em desenvolvimento, com fases muito próprias que exigem particulares cuidados de respeito, afeto, educação e promoção, para que possa atingir a sua autonomia positiva, do ponto de vista pessoal, familiar e comunitário, no seu caminho de vida para o êxito de uma «candidatura» a uma humanidade plenamente realizada que toda a infância significa³⁶.

(...) O movimento para o reconhecimento da criança como sujeito de direito teve na base o contributo de importantes aquisições científicas e culturais resultantes do desenvolvimento de várias ciências como a biologia, a medicina, as neurociências, a psicologia, a antropologia, a sociologia, a pedagogia, a história, o direito. Mas a força da sua expressão irrompeu com a revitalização, no século XX, nomeadamente após a segunda guerra mundial, do movimento de reconhecimento, consagração e densificação dos direitos humanos, e dos assinaláveis progressos científicos sobre o desenvolvimento da criança, reveladores das suas necessidades específicas e extraordinárias capacidades de interação”.

Pretendemos sublinhar, a partir destes extratos, que tudo o que se prende, hoje, com a infância, da declaração dos direitos das crianças até às intervenções desenvolvidas sob a responsabilidade do Estado para controlar “o lado escuro da família”³⁷, encontra a sua legitimação nos contributos das diversas ciências que permitem equacionar não somente as necessidades da infância como a multiplicidade de determinantes sociais do desenvolvimento humano. É, pois, em função do que as ciências sociais nos indicam a respeito da função socializadora ou educativa da família que tentaremos, nesta parte, final retirar alguns grandes eixos de reflexão acerca de intervenções destinadas, por um lado, a interromper a reprodução intergeracional da pobreza, pensando, nas famílias que classificamos como mais vulneráveis à pobreza e, por outro lado, a assegurar

³⁶ Sublinhado nosso.

³⁷ In: Giddens (2010), *Sociologia*, opus cit., bem como Almeida J.F. et al. (1996), *Introdução à Sociologia*, Lisboa: Universidade Aberta, designadamente p.114 e seg. “O outro lado da família”.

oportunidades de inclusão social a pré-adolescentes provenientes das frações um pouco menos precarizadas das classes populares.

Embora estes dois segmentos sociais se confrontem com problemas relativamente semelhantes, designadamente o de não dispor dos recursos culturais necessários para garantir que os seus filhos cumpram percursos escolares realmente qualificantes, a análise que desenvolvemos a respeito das condições materiais de existência, incluindo para além dos rendimentos, os problemas de privação material e os percursos profissionais dos pais, levam-nos a concluir que as intervenções necessárias junto dos pais/encarregados de educação do segmento mais vulnerável têm que ser inevitavelmente mais complexas, devendo integrar um maior leque de ações, desde logo para que os pais passem a contar com o mínimo de estabilidade material sem o qual não podem ter a disponibilidade necessária para desempenhar a sua função educativa.

Quer nos situemos no quadro da Psicologia, quer no da Sociologia, não restam dúvidas que a criança depende da família em que nasce, isto é, dos “outros significativos” que povoam o seu primeiro mundo e das experiências precoces que estes lhes proporcionam. É na interação com estes que a criança começa a forjar uma matriz de significados, valores, normas e modelos culturais que não pode ser ignorada para interpretar o seu desenvolvimento, já que constituem uma base a partir da qual as aprendizagens posteriores fatalmente se desenvolvem. O mesmo é dizer que o ambiente familiar exerce uma enorme influência na socialização da criança, uma vez que representa o primeiro mundo a partir do qual ela se torna um ser social.

Todavia, há outros contributos das ciências sociais que é crucial articular com este. Um que nos parece indispensável lembrar, sempre que se coloca a questão de intervir junto de famílias social e culturalmente mais vulneráveis, consiste no seguinte: o que os outros significativos transmitem à criança, em matéria de valores, normas, regras básicas da vida social e padrões de conduta, varia consideravelmente em função da classe social e fração de classe a qual pertence o grupo familiar. Quem reconhece que a tarefa de educar é, no contexto das sociedades extremamente competitivas e fragmentadas da atualidade, uma questão cada vez mais complexa, também não pode ignorar que esta tarefa nunca é independente das condições materiais de existência, isto é dos recursos monetários de que a família dispõe e, portanto, do seu poder de aquisição em matéria de habitat residencial, de materiais de aprendizagem, de acesso a consumos e produções culturais ... Mas outros tipos de recursos ainda desenvolvem o papel de determinantes sociais do contexto educativo familiar: a rede de relacionamentos sobre a qual a família se pode, ou não,

apoiar para a secundar e, ainda, os recursos culturais de que os pais dispõem, designadamente para compreender os desafios, dilemas e riscos que comporta o seu papel parental e desenvolver uma actuação simultaneamente firme e compreensiva.

As famílias a que nos referimos neste trabalho aceitaram comprometer-se com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em torno de um Acordo de Promoção e Protecção que mantém a criança no seu “meio natural de vida”, o que remete mais especificamente para medidas de apoio junto dos pais ou de outro familiar (art.ºs 39 e 40 da Lei 144/99 de 1 de Setembro), conjugáveis com a Educação Parental (art.º 41) e com o apoio à família (art.º 42). Os objetivos manifestos de tais medidas são ambiciosos, de acordo, sem dúvida, com a referência aos direitos de todas as crianças que a lei que funda a intervenção das CPCJ assume claramente: para além de “afastar o perigo em que estes (crianças e jovens) se encontram”, trata-se de “proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral”. A lei sublinha ainda que o preenchimento de tais finalidades através da elaboração do projeto de vida da criança ou do jovem comporta “decisões complexas que necessitam de ponderação mas que, em simultâneo, exigem celeridade, na medida em que o tempo útil da criança é diferente do tempo útil do adulto”.

Os textos legais são bastante ambiciosos quanto aos objetivos (e é seguramente bom que assim seja) mas, todavia, pouco explícitos relativamente às vias a seguir para os alcançar, sobretudo quando estão em causa condições de vida familiar tão deficitárias como as que apresentamos. Com efeito, no nosso segmento de famílias mais vulneráveis, será difícil negar que proporcionar às crianças que, de facto, não esperam para crescer, um ambiente familiar com a qualidade para a qual apontam os critérios considerados por Bradley e Corwyn é, de todo, inalcançável sem conjugar intervenções em vários campos que, todas elas, precisam de ser ancoradas em contributos teóricos sólidos para produzir mudanças. Um ponto comum a todas estas intervenções é que terão que contrariar lógicas de funcionamento institucional fortemente instaladas, precisamente porque são estas lógicas que, na escola, no mundo do trabalho, nas instituições que produzem e gerem o habitat residencial, nas que promovem a oferta de bens culturais e de ocupações de lazer, etc..., contribuem para que os “herdeiros” de certos grupos sociais acumulem vantagens e que as privações do contexto familiar de outros se reproduzam de uma geração para a outra.

Ora, uma das lógicas que é indispensável alterar, com forte expressão no campo das profissões do trabalho social, é a que consiste em não investir na prática os contributos

teóricos que permitem entender os laços existentes entre a vida individual (a subjectividade dos indivíduos, a sua identidade e a sua cultura) e as condições objectivas de existência. Torna-se frequente, na prática institucional e profissional, “esquecer” que as representações que os pais fazem do seu papel parental, as expectativas que têm a respeito do futuro dos seus filhos, a falta de importância que parecem atribuir à organização do quotidiano e à sua responsabilidade em matéria de regulação das condutas dos filhos, a canalização dos escassos recursos para a compra de jogos de vídeo em vez de livros e dicionários, em suma, as práticas que deveriam mudar, não são causas primeiras dos problemas que enfrentam mas, antes, consequências de condições de vida associadas ao lugar que ocupam na estrutura social. Em consequência deste “esquecimento”, a intervenção centra-se nos indivíduos, e não nos factores sociais (exteriores a eles) que estão na génese das suas condutas, com a convicção que para produzir mudanças nas suas práticas educativas a acção deve ser dirigida, antes de mais às suas cognições. Em vez de assumir que a mudança do indivíduo requer uma acção sobre o seu contexto exterior, a acção é conduzida como se o principal factor de mudança fosse a das representações, valores e práticas dos indivíduos³⁸.

Junto das famílias (de ambos os grupos) que nos ocuparam neste trabalho, a medida de “apoio junto dos pais” só poderá surtir efeitos, implementando a mudança significativa que consiste em envolvê-los num tecido de relações sociais e interpessoais intencionalmente organizado para provocar uma elevação do seu estatuto socioeconómico e, por esta via, a superação da desesperança e das angústias resultantes da precariedade com a qual se confrontam.

Todos os pais incluídos na nossa amostra requerem um efectivo “apoio” externo para que as suas condições de existência se tornem compatíveis com as exigências da função que lhes é atribuída. Entre as do primeiro grupo (o mais atingido pela pobreza monetária e a exclusão do mundo do trabalho) o apoio ao desempenho da função parental deveria passar pela sua implicação em dispositivos de formação que lhes proporcionassem instrumentos indispensáveis para poder acompanhar os seus filhos na escola, elevando a sua escolaridade, e conhecimentos dirigidos à sua qualificação profissional. Sem isto não poderão sair de uma condição de “assistidos” que, fatalmente, compromete o seu auto-

³⁸ O que está bem patente, por exemplo, num tipo de intervenção, que se tornou relativamente frequente, e que consiste em promover cursos e workshops de formação parental, para não falar das acções que se reduzem a promover visitas domiciliárias que, para além de uma dimensão claramente fiscalizadora dos estilos de vida das famílias, servem para “instruir” os pais ou mães acerca dos modos adequados de educar os seus filhos.

conceito e a possibilidade de se reconhecerem como pais competentes. Mas o desafio a enfrentar para concretizar este primeiro objectivo consiste em criar laços de cooperação com instituições e profissionais no campo da formação que, cientes dos processos institucionais de produção do insucesso escolar, sejam abertos à reformulação das práticas pedagógicas necessária para que estes pais possam descobrir as suas capacidades para aprender, isto é, para dominar e usar conhecimentos úteis para a sua vida e para a dos seus filhos.

No grupo das famílias relativamente menos pauperizadas, a mudança do contexto externo não é menos necessária. Terá que passar, por exemplo, pela criação de um tecido de relações (com profissionais da CPCJ mas também de equipamentos socioeducativos, outros pais confrontados com dificuldades na educação dos filhos, tanto quanto possível de condições sociais mais favorecidas, bem como familiares ou amigos) destinado a ampliar o seu capital social. Para além de criar condições para evitar a culpabilização dos pais em dificuldade, muito provável sempre que a intervenção lhes é dirigida a cada um individualmente, trata-se de ampliar os seus recursos, para que possam contar com outros adultos disponíveis para participar na educação dos seus filhos. Sem estes reforços relacionais, muito difícil será evitar que interiorizem o rótulo de “pais incapazes” que a intervenção da CPCJ potencia e que só agrava a sua desesperança. Muito difícil será também que consigam, a par com a sua actividade profissional, ter a disponibilidade necessária para fomentar o “companheirismo familiar” (no sentido que Bradley atribui a esta dimensão da função educativa), para cumprir com a necessidade de controlar as condutas dos filhos, regular as suas actividades de estudo e, simultaneamente, garantir os momentos de proximidade necessários para partilhar inquietações, interrogações ou, simplesmente, organizar vivências que reforcem a vinculação mútua. Claro que se este tipo de intervenção se justifica junto dos pais de relativamente melhor condição socioeconómica, junto daqueles que são economicamente mais vulneráveis não poderá deixar de existir também. Terá que ser conjugada com a primeira, acima enunciada, e, além disto, com outras, indispensáveis para introduzir nas suas vidas o mínimo de estabilidade material sem a qual não é possível mudar a subjectividade e viver uma parentalidade positiva.

Como muito bem salientaram Bradley e Corwyn, nos textos que referimos no segundo capítulo, a precariedade económica crónica, a privação de pertença a grupos primários coesos e solidários são condições que inviabilizam a profundidade do investimento dos pais no exercício do seu papel educativo. Impedem que pais e mães assumam

efectivamente uma responsabilidade que forçosamente suscita preocupações, embora também seja fonte de prazer, que faz apelo à capacidade de fazer escolhas consistentes e, simultaneamente, a de encontrar respostas face ao surgimento dos inúmeros factos imprevisíveis que pontuam a vida. Uma das conclusões importantes das investigações referidas por Bradley e Corwyn é que, quando fica invadido pelo sentimento da sua falta de poder sobre a vida, o cuidador tem uma elevada probabilidade de se sentir desamparado e inferiorizado, revelando, em consequência, uma “reduzida orientação para o controlo e a eficácia”.

Mas levar a sério o reconhecimento do desfasamento que existe entre o tempo do adulto e o tempo da criança, de que fala a própria lei de protecção, implica, ainda, um outro eixo crucial de intervenção no mundo social exterior às famílias. Trata-se de uma intervenção particularmente exigente em conhecimentos teóricos e em saberes fazer no domínio da construção de grupos constituídos em torno de um projecto de mudança das práticas. Estamos a nos referir às intervenções necessárias para que pré-adolescentes com as características aqui observadas possam reconstruir a sua relação com a escola e com as aprendizagens. Para que não percam para sempre a oportunidade de escapar a um destino de precariedade material e, para alguns, a um percurso desviante, precisam, no imediato, de ser integrados em estruturas de suporte às suas aprendizagens. Não se pode esperar que os seus pais evoluam a ponto de poder assumir esta função. E os profissionais do trabalho social têm a obrigação de saber que não é por passarem a fiscalizar se os jovens vão à escola ou, mesmo, por lhes proporcionar umas aulas de compensação num qualquer centro de actividades de tempos livres ou centro de estudos que os pré-adolescentes de que estamos a falar ficarão efectivamente protegidos da pobreza ou das tentações desviantes. Para que estes jovens possam alcançar o sucesso escolar, isto é, a aquisição de certificações escolares valorizadas, porque correspondentes a saberes efectivamente dominados, é preciso que as próprias instituições escolares e seus profissionais mudem. É preciso que as práticas pedagógicas mudem, substituindo as aulas expositivas por aulas em que os conhecimentos são exercitados e aplicados à resolução de problemas reais; é preciso que os modos de gerir o currículo mudem, privilegiando os conhecimentos nucleares, sem os quais não se pode prosseguir para níveis superiores de formação, e renunciando a uma carga informativa excessiva que impede a constituição de estruturas cognitivas progressivamente mais complexas; é preciso que a lógica de relacionamento entre professores e alunos mude, abandonando-se a lógica funcionalista que leva os primeiros a ignorar a história dos segundos e a recusar qualquer tipo de

implicação nas suas vidas, a situar a sua tarefa no campo da instrução e não da educação, rejeitando para as famílias a inteira responsabilidade pela anomia dos seus filhos; é preciso que os professores mudem a sua representação destes jovens, deixando de os classificar e tratar como “alunos problemáticos” ou “incapazes”; é preciso que abandonem as interpretações que fazem decorrer os problemas de aprendizagem da indisciplina e compreendam que o que tomam como causa do insucesso escolar é, na realidade, a consequência das próprias disfunções da escola; é preciso que reconheçam que os alunos só se podem tornar indisciplinados quando não têm hipóteses de confiar nas suas capacidades e de acompanhar o ritmo de aprendizagem previsto no nível de ensino em que se encontram. É preciso, em suma, que o contexto escolar mude a ponto de os seus agentes se transformarem em adultos disponíveis para serem o suporte de experiências estruturantes do ponto de vista cognitivo mas, igualmente, suporte das relações humanas sem as quais não há desenvolvimento emocional e comportamental.

Provocar estas mudanças é seguramente um enorme desafio a que nenhum profissional pode responder sozinho. Passa pelo desenvolvimento de projectos fundados em verdadeiras parcerias entre CPCJ e seus profissionais, dirigentes e professores de escolas, dirigentes e profissionais de outros equipamentos socioeducativos, que encontrem na investigação-acção um método para trabalhar em conjunto e conseguir investir o já muito grande acervo de conhecimentos produzidos sobre as causas do insucesso escolar e a aprendizagem em práticas pedagógicas concretas.

O estabelecimento e a implementação de tais parcerias não é tarefa fácil, mas afigura-se-nos como uma condição essencial que merece ser experimentada e difundida o mais possível, de modo a conseguir intervir nas causas dos problemas e aperfeiçoar o funcionamento do sistema educativo no sentido de maior igualdade de oportunidades. A tarefa pode parecer imensa, quase inalcançável mas advogar soluções exequíveis e que permitem utilizar mais eficazmente os recursos existentes para resolver problemas urgentes e graves, dadas as suas consequências ao longo de toda a vida das crianças e jovens que atingem, faz também parte das responsabilidades atribuídas pela lei às CPCJ³⁹, para além de constituir um eixo estruturante do trabalho social em geral.

³⁹ Ver a este respeito o artigo 18º da lei 147 de 1 de Setembro de 1999, o qual estipula que compete às CPCJ “Informar e colaborar com as entidades competentes no levantamento das carências e na identificação e mobilização dos recursos necessários à promoção dos direitos, do bem-estar e do desenvolvimento integral da criança e do jovem; Colaborar com as entidades competentes na constituição e funcionamento de uma rede de acolhimento de crianças e jovens, bem como na formulação de outras respostas sociais adequadas; Dinamizar e dar parecer sobre programas destinados às crianças e aos jovens em perigo”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Berger e T. Luckmann (2010), “A construção social da realidade: um livro sobre a Sociologia do Conhecimento”. Dinalivro
- Betty Hart and Todd R. Risley (2003), “The Early Catastrophe – The 30 Million Word Gap by Age”, *American Educator*, v.27
- Bradley RH, Corwyn RF. 1999. Parenting. In *Child Psychology: A Handbook of Contemporary Issues*, ed. C Tamis-LeMonda, L Balter, pp. 339–62. New York: Psychology Press
- Bradley, RH and Corwyn, RF (2002) ‘Socioeconomic status & child development’, *Annual Review of Psychology*, 53: 371-399
- Caldwell, B. & Bradley, R. (1984; 2003). *Home Observation for the Measurement of the environment*. Little rock, Ar: University of Arkansas
- Giddens (2010), *Sociologia*, opus cit., bem como Almeida J.F. et al. (1996), *Introdução à Sociologia*, Lisboa: Universidade Aberta, designadamente p.114 e seg. “O outro lado da família”.
- Instituto Nacional de Estatística (2010), “*Sobre a pobreza, as desigualdades e a privação material em Portugal*”, Lisboa: INE
- Lei nº147/99 de 1 de Setembro – “Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo” in: *Código de Direito de Menores*.
- Marmot, M. (1999), “Epidemiology of Socioeconomic Status and Health: Are Determinants Within Countries the Same as Between Countries?”. *Annals of the New York Academy of Sciences*, vol. 896.
- McLoyd VC. (1998) “Socioeconomic disadvantage and child development”. *Am. Psychol.* 53:185–204
- Paugam, S. (2003). “A desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza”. *Coleção Educação e Trabalho Social 6*. Porto: Porto Editora
- Relatório anual de avaliação da atividade das CPCJ (2014), [em linha] «http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=5603&m=PDF», consultado em: 6 de Abril de 2016
- Valenzuela M. 1997. “Maternal sensitivity in a developing society: the context of urban poverty and infant chronic undernutrition”. *Dev. Psychol.* 33:845–55

Website

- <http://www.cnpcjr.pt/left.asp?12.01>



ANEXOS





ANEXO I

Consentimento para realização da pesquisa



DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

O (s) abaixo-assinado (s) _____ e
_____, na qualidade de
_____, do menor _____ declara
(m) para os devidos efeitos, que autorizam a sua participação num estudo de investigação para o término e obtenção do mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em risco de exclusão social. O objetivo da investigação é genericamente perceber como as condições objetivas de existência (designadamente rendimentos e trabalho) influenciam a qualidade do ambiente educativo familiar. A sua participação neste trabalho é de máxima importância e neste sentido gostaríamos de contar com o seu consentimento para que lhe possamos fazer uma entrevista (e visitas domiciliárias) cujos resultados serão devidamente integrados na investigação. As respostas dadas por si serão estritamente confidenciais, e poderá desistir da entrevista a qualquer momento uma vez que a sua participação é voluntária.

Declaro, deste modo, ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela investigadora. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pela investigadora.

Gondomar, _____ de _____ 2015

ASSINATURAS



ANEXO II

Guião de entrevista semi-estruturada



Guião de Entrevista Estruturada

Nº do Processo Familiar: _____

1. Data da Entrevista:	
2. Entrevistador:	

3. Identificação do Processo	
3.1. Nº do Processo Familiar (SISS):	
3.2. Data de entrada na QPI:	
3.3. Data do Primeiro Requerimento RSI:	

4. Identificação do Titular da Prestação de RSI			
4.1. Nome:			
4.2. Morada:			
4.3. NISSS:		4.6. Naturalidade (Freguesia)	
4.4. NIC:		4.7. Data de Nascimento	
4.5. Contacto Telefónico:		4.8. Estado Civil	

5. Composição do Agregado Familiar (outros que não o titular)

	5.1. Nome	5.2. Relação de Parentesco	5.3. Data de nascimento	5.4. Sexo
2º Elemento				
3º Elemento				
4º Elemento				
5º Elemento				
6º Elemento				
7º Elemento				
8º Elemento				

5.5. Número TOTAL de Elementos (incluindo o titular)

Número de Adultos do Agregado		Número de Menores do Agregado		Número TOTAL de Elementos do Agregado	
-------------------------------	--	-------------------------------	--	---------------------------------------	--

6. Tipologia de Família (X)

Família Nuclear com Filhos		Família Recompоста	
Família Nuclear sem Filhos		Família Alargada	
Família Monoparental Feminina		Isolado (pessoa sozinha)	
Família Monoparental Masculina			

6.1. Origem dos Filhos/Menores

De uma só relação actual		De várias relações (anterior e actual)	
De uma só relação anterior		De outras relações (netos, sobrinhos, etc.)	

7. Condição Económica Actual do Agregado Familiar
7.1. Rendimentos

Origem	Valor	Origem	Valor
7.1.1. RSI		7.1.12. Bolsa de Formação	
7.1.2. Trabalho Dependente		7.1.13. Abono de Família	
7.1.3. Trabalho Independente		7.1.14. Majoração do Abono de Família por Deficiência	
7.1.4. Subsídio de Desemprego		7.1.15. Majoração do Abono de Família por Monoparentalidade	
7.1.5. Subsídio Social de Desemprego		7.1.16. Majoração do Abono de Família para crianças e jovens nas famílias mais numerosas	
7.1.6. Pensão de Invalidez		7.1.17. Abono de Família Pré-Natal	
7.1.7. Pensão de Sobrevivência		7.1.18. Valor Patrimonial	
7.1.8. Pensão de Velhice		7.1.19. Outro. Qual?	
7.1.9. Subsídio de Doença		7.1.20. Acção Social	
7.1.10. Pensão de Alimentos		7.1.21. Total de Rendimentos Sem Acção Social	
7.1.11. Fundo de Garantia de Alimentos a Menores		7.1.22. Total de Rendimentos Com Acção Social	

7.2. Despesas

Despesas com a habitação	Valor	Outras Despesas Mensais	Valor
7.2.1. Renda		7.2.8. Transportes	
7.2.2. Água		7.2.9. Despesas de Saúde	
7.2.3. Luz		7.2.10. Pensão de Alimentos	
7.2.4. Gás		7.2.11. Educação (creche/infantário, propinas, alimentação)	
7.2.5. Telefone fixo		7.2.12. Total de Planos Mensais para Pagamento de Dívidas (renda, crédito à habitação, água, electricidade, gás)***	
7.2.6. Total de Despesas com Habitação		7.2.13. Total de Outras Despesas Mensais	
7.2.7. Taxa de Sobrecarga com Habitação = Despesas de Habitação/Rendimentos x100		7.2.14. Total de Despesas	

7.2.15. Existe Sobrecarga com a Habitação*?	Sim	Não
*Existe Sobrecarga com a Habitação quando o valor das despesas com habitação é superior a 40% dos rendimentos da família.		

***Descrição das Dívidas (Informação para incluir na Base de Dados QPI)

	Valor Total em Dívida	Valor do Pagamento Mensal Acordado	Número de Prestações	Data de Início do Pagamento	Data de Fim do Pagamento
Dívidas Elegíveis para a Seg. Social					
Renda/Crédito à Habitação/Condomínio					
Electricidade					
Água					
Gás					
TOTAIS					
Outras Dívidas					
Crédito Pessoal Bancário					
Dívida a Agiotas					
Outro. Qual?					
TOTAIS					
TOTAIS					

7.3. Observações acerca de rendimentos e despesas:

--

7.4. Capitações:		
	Fórmulas de Cálculo	Valor
7.4.1. Capitação sem Acção Social	= (Total de Rendimentos - Acção Social - Total Despesas Fixas)/Nº de Elementos	
7.4.2. Capitação sem Acção Social Segundo os Critérios da Seg. Social	= (Total de Rendimentos - Acção Social - Total Despesas Fixas com os Tectos Seg. Social ¹)/Nº de Elementos	
7.4.3. Capitação após Acção Social	= (Total de Rendimentos - Total Despesas Fixas)/Nº de Elementos	

¹ A Segurança Social estabelece um limite mensal para os valores das despesas fixas que são elegíveis:

Tipo de Despesa	Valor para o Titular	Valor para cada Adulto para além do titular (50%)	Valor para cada Menor (30%)
Renda, Prestação Bancária para Habitação e Condomínio		500€	
Electricidade	25€	12,50€	7,50€
Água	10€	5€	3€
Gás ou outros combustíveis	20€	10€	6€
Telefone	20€	10€	6€

7.5. Intensidade da Pobreza		
	Fórmulas de Cálculo	Valor
7.5.1. Valor de limiar de pobreza para a família	$= 408 + (408 \times 0,5 \times (n^{\circ} \text{ elementos adultos} - 1)) + (408 \times 0,3 \times n^{\circ} \text{ elementos menores})$	
7.5.2. Taxa de intensidade de pobreza	$= (\text{Limiar da Pobreza} - \text{Total de Rendimentos}) / \text{Limiar da Pobreza}$	

* Valor do Limiar da Pobreza por Adulto Equivalente (INE, 2013) = 408€
 (valor que tem em conta o enriquecimento ou empobrecimento generalizado da população por ser uma medida relativa)

** Valor do Limiar da Pobreza por Adulto Equivalente Ancorado no Tempo (INE, 2013) = 468€
 (valor fixado em 2009 e actualizado apenas tendo em conta a variação da inflação/custo de vida)

8. Situação Habitacional Actual

8.1. Determinação da Existência de Sobrelotação da Habitação

Tipologia da Habitação (ex.: T1, T2, T3,...)

Na habitação existe (X):	Sim	Não	Não se Aplica*
8.1.1. Uma divisão para cada casal?			
8.1.2. Uma divisão para cada individuo com 18 anos ou mais?			
8.1.3. Uma divisão para dois indivíduos entre os 12 e os 17 anos do mesmo sexo?			
8.1.4. Uma divisão para cada individuo de sexo diferente entre os 12 e os 17 anos?			
8.1.5. Uma divisão para dois indivíduos com idade inferior a 12 anos, independentemente do género?			

* Não se aplica tendo em conta o perfil demográfico e etário da família

	Sim	Não
8.1.6. Existe Sobrelotação da Habitação?*		
*Existe sobrelotação da habitação se o número de divisões habitáveis (> ou = a 4m ²) é insuficiente para o número e perfil demográfico dos membros do agregado – ver questões acima – (pelo menos 1 “Não” = Sobrelotação).		

8.2. Privação Severa das Condições de Habitação (X)

Na habitação existem os seguintes problemas?	Sim	Não
8.2.1. Inexistência de instalação de banho ou duche <u>no interior do alojamento</u> .		
8.2.2. Inexistência de sanita com autoclismo <u>no interior do alojamento</u> .		
8.2.3. Tecto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho.		
8.2.4. Luz natural insuficiente num dia de sol.		

	Sim	Não
8.2.5. Existe Privação Severa das Condições de Habitação?*		
* Considera-se que um agregado vive numa situação de Privação Severa das Condições de Habitação quando reside num alojamento sobrelotado e com, pelo menos, um dos problemas acima mencionados.		

9. Situação de Privação Material/ Situação de Privação Material Severa – “Fragile Families and Child Well Being Study” (Natasha V. Pilkauskas, Janet M. Currie, Irwing Garfinkel, September, 2012, Social Service Review)

Dificuldades com as quais o agregado esteve confrontado no último ano.

NOTA: Repetir sempre que necessário “por não ter dinheiro suficiente”.

9.1. Privação Alimentar - Nos últimos doze meses, fez algumas das coisas enunciadas a seguir porque não tinha dinheiro suficiente?	Sim	Não
9.1.1. Recebeu alimentos ou refeições gratuitas?		
9.1.2. Passou fome porque não podia comprar comida suficiente?		

9.2. Impossibilidade de pagar as contas - Nos últimos doze meses, aconteceram-lhe algumas das coisas enunciadas a seguir porque não tinha dinheiro suficiente?	Sim	Não
9.2.1. Não conseguiu pagar todas as rendas de casa		
9.2.2. Não conseguiu pagar as prestações da casa ao banco		
9.2.3. Não conseguiu pagar todas as contas de gás, água ou electricidade		

9.3. Insegurança em matéria de alojamento - Nos últimos doze meses, aconteceram-lhe algumas das coisas enunciadas a seguir porque não tinha dinheiro suficiente?	Sim	Não
9.3.1. Foi despejado da sua casa ou apartamento por não ter pago a renda ou a prestação ao banco (hipoteca)?		
9.3.2. Teve que ir viver com outras pessoas, mesmo durante um pequeno período, porque teve problemas financeiros?		
9.3.3. Ficou numa pensão, num albergue, numa casa abandonada, num carro ou em qualquer outro lugar não destinado à habitação regular, nem que seja por uma noite?		

9.4. Equipamentos: Nos últimos doze meses, aconteceram-lhe algumas das coisas enunciadas a seguir porque não tinha dinheiro suficiente?	Sim	Não
9.4.1. Teve a sua instalação de gás ou de electricidade desligada?		
9.4.2. Teve o telefone desligado?		

9.5. Cuidados médicos - Nos últimos 12 meses...	Sim	Não
9.5.1. Houve alguém no seu agregado familiar que precisou de ver um médico/dentista ou de ir ao hospital mas não o pôde fazer por causa do custo destes serviços?		
9.5.2. Houve alguém no seu agregado familiar que precisou de medicação, tratamentos ou exames médicos que não adquiriu/realizou por causa do custo destes serviços?		
9.5.3. Houve alguém no seu agregado familiar que precisou de consulta/intervenção cirúrgica e não foi atendido em menos de um ano?		

**10. Situação de Privação Material/ Situação de Privação Material Severa - European Union
Statistics on Income and Living Conditions survey (EU-SILC) MD (2009)**

Foi analisado o conjunto completo de informações MD a partir de EU-SILC 2009, ou seja, os itens recolhidos no módulo temático sobre a Privação Material (MD). No total, foram 50 itens, 17 deles especificamente voltados para a situação das crianças. O conjunto completo de itens é o seguinte (itens M = módulo):

10.1. Itens relativos ao Adultos, ou seja, os itens são recolhidos a nível do indivíduo adulto (população: todos os "adultos", i.e. pessoas com idade 16 + anos, vivendo em casas particulares)	Sim, com os seus recursos	Sim, porque lhe oferecem	Não, por razões económicas	Não, por outras razões
Actualmente:				
10.1.1. Tem possibilidade de substituir roupas gastas por roupas novas (não em segunda mão)? (M)				
10.1.2. Dispõe de dois pares de sapatos de tamanho adequado (incluindo um par para todas as condições meteorológicas)? (M)				
10.1.3. Gasta uma pequena quantidade de dinheiro consigo próprio em cada semana sem ter que consultar ninguém a este respeito (referida a partir de agora como 'dinheiro de bolso')? (M)				
10.1.4. Pode encontrar-se com amigos/família para uma bebida/refeição pelo menos uma vez por mês? (M)				
10.1.5. Pode ter actividades de lazer regulares (desporto, cinema, concerto, etc.)? (M)				

10.2. Itens relativos ao grupo familiar, isto é, recolhidos ao nível da família (população: todas as pessoas que vivem num alojamento) - O alojamento da família sofre de:	Sim	Não
10.2.1. Ausência de água quente canalizada (M)		
10.2.2. Falta de espaço na habitação (M)		
10.2.3. Escuridão, insuficiência de luz durante o dia		
10.2.4. Infiltrações no telhado/ paredes/ soalho/ fundações ou apodrecimento dos caixilhos das janelas ou do soalho		
10.2.5. Ausência de autoclismo no interior do alojamento		
10.2.6. Ausência de banho ou chuveiro no alojamento		

10.3. O meio envolvente do alojamento sofre de:	Sim	Não
10.3.1. Lixo espalhado no bairro (M)		
10.3.2. Equipamentos públicos danificados (M)		
10.3.3. Barulho proveniente dos vizinhos ou da rua		
10.3.4. Poluição, sujidade ou outros problemas ambientais		
10.3.5. Crime, violência ou vandalismo na área		

10.4. A família é confrontada com:	Sim	Não
10.4.1. Sobrelotação (igual a 4.8.6)		
10.4.2. Custo elevado da habitação (> 40 % do total do rendimento familiar equivalente (igual a 4.3.2)		

10.5. A família tem (muita) dificuldade de acesso (por falta de oferta) a:	Sim	Não
10.5.1. Transportes públicos (M)		
10.5.2. Serviços de bancos e de correios (M)		

10.6. Actualmente, a família tem a possibilidade de:	Sim, com os seus recursos	Sim, porque lhe oferecem ou ofereceram	Não, por razões económicas	Não, por outras razões
10.6.1. Substituir mobiliário velho (embora quisesse) (M)				
10.6.2. Fazer uma refeição de carne, frango, peixe ou equivalente vegetariano em cada dois dias				
10.6.3. Fazer face a despesas inesperadas* *Assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza, sem recorrer a empréstimo				
10.6.4. Assegurar os custos para manter a casa adequadamente quente				
10.6.5. Fazer uma semana de férias por ano fora de casa* * Sem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado				
10.6.6. Evitar atrasos de pagamentos* *Atraso em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal				
10.6.7. Ter uma máquina de lavar a roupa				
10.6.8. Ter uma televisão a cores				
10.6.9. Ter um telefone (incluindo telemóvel) activo				
10.6.10. Ter um computador				
10.6.11. Ter um carro para uso privado				
10.6.12. Ter serviço de Internet (M)				

10.7. Itens relativos às crianças, i.e. itens especificamente focados nas crianças (estes itens são colhidos ao nível da família)	Sim, com os seus recursos	Sim, oferecido	Não, por razões económicas	Não, por outras razões
Actualmente, todas as crianças da família:				
10.7.1. Têm algumas roupas novas em substituição da roupa usada (excluir roupa em segunda mão)? (M)				
10.7.2. Têm dois pares de sapatos de tamanho adequado (incluindo um para todas as estações) (M)				
10.7.3. Comem frutos e legumes frescos ou congelados (excluir enlatados) pelo menos uma vez por dia? (M)				
10.7.4. Fazem pelo menos três refeições por dia? (M)				
10.7.5. Fazem pelo menos uma refeição de carne, peixe ou equivalente vegetariano por dia? (M)				
10.7.6. Têm livros em casa adequados à sua idade (excluindo os manuais escolares)? (M)				
10.7.7. Têm equipamento de lazer ao ar livre (bola, bicicleta, patins, skate,...)? (M)				
10.7.8. Têm jogos dentro de casa (jogos educativos para bebé, jogos de construção, jogos de sociedade, jogos informáticos, etc.)? (M)				
10.7.9. Têm um lugar adequado para fazer os trabalhos de casa (silencioso, mesa, espaço e luz adequados)? (M)				
10.7.10. Consultam um dentista quando necessário? (M - 'opcional', i.e. alguns países não foram autorizados a recolher este item)				
10.7.11. Consultam um médico de clínica geral quando necessário? (GP) (M - opcional)				
10.7.12. Participam em actividades de lazer regulares (desportos, música, aprendizagem de línguas, organizações juvenis, etc.)? (M)				
10.7.13. Têm celebrações em ocasiões especiais (aniversários, dias comemorativos, festas religiosas, etc.)? (M)				
10.7.14. Convidam amigos para brincar e comer de tempos-a-tempos? (M)				
10.7.15. Participam nas viagens e actividades escolares não-gratuitas? (M)				
10.7.16. Têm um espaço no bairro ao ar livre para brincar em segurança? (M)				
10.7.17. Passam férias, fora de casa, pelo menos uma semana por ano? (M - opcional)				

11. Determinação da existência de Privação Material (Resposta automática em função das respostas a 9 itens do questionário EU-SILC 2009)

Não existe privação material	Privação material (Falta de 3 indicadores usados para medir a privação material)	Privação Material Severa (Falta de pelo menos quatro dos nove indicadores usados para medir a privação material)					
		Falta de 4 indicadores	Falta de 5 indicadores	Falta de 6 indicadores	Falta de 7 indicadores	Falta de 8 indicadores	Falta de 9 indicadores

Privação Material - "O indicador geral de privação material baseia-se num conjunto de nove itens representativos das necessidades económicas e de bens duráveis das famílias, **considerando-se em privação material todos os indivíduos em que não existe acesso a pelo menos três daqueles itens.**" São eles: 1) Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); 2) Sem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; 3) Atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; 4) Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; 5) Sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida; 6) Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa por dificuldades económicas; 7) Sem disponibilidade de televisão a cores por dificuldades económicas; 8) Sem disponibilidade de telefone fixo ou telemóvel, por dificuldades económicas; 9) Sem disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) por dificuldades económicas. (INE, em articulação com Eurostat - SILC).

Indicadores associados

Intensidade de privação material: número médio de dificuldades (ou itens) para a população em privação material (INE, em articulação com Eurostat - SILC).

12. Situação Profissional Actual

12.1. Condição actual perante o trabalho (Preencher para todos os elementos com 18 anos de idade ou mais):

	Ocupa-se das tarefas do lar (doméstica)	Desempregado	Reformado	Reformado por Invalidez	Exerce actividade profissional	Estudante
Titular						
2º Elemento						
3º Elemento						
4º Elemento						
5º Elemento						

12.2. Tipo de Contrato Profissional (Preencher apenas para os elementos que exercem actividade profissional):

	Trabalhador por Conta de Outrem com Contrato Sem Termo	Trabalhador por Conta de Outrem com Contrato a Prazo	Trabalhador por Conta de Outrem Sem Contrato (Não Declarado)	Trabalhador por Conta Própria Declarado	Trabalhador por Conta Própria Não Declarado
Titular					
2º Elemento					
3º Elemento					
4º Elemento					
5º Elemento					

12.3. Regime de Ocupação no Trabalho (Preencher apenas para os elementos que exercem actividade profissional):

	Actividade Regular		Actividade Temporária		Actividade Ocasional	
	Tempo Inteiro	Tempo Parcial	Tempo Inteiro	Tempo Parcial	Tempo Inteiro	Tempo Parcial
Titular						
2º Elemento						
3º Elemento						
4º Elemento						
5º Elemento						

12.4. Descrição Detalhada da Profissão Actual (Preencher apenas para os elementos que exercem actividade profissional):

	Descrição detalhada das tarefas executadas	Codificação CITP/ISCO (feita após a entrevista)
Titular		
2º Elemento		
3º Elemento		
4º Elemento		
5º Elemento		

12.5. Situação Actual Face ao Desemprego (Preencher apenas para os elementos que estão desempregados):

	Procura do 1º emprego	Nunca trabalhou e não procura emprego*	Desempregado à procura de novo emprego	Desempregado e não procura novo emprego*
Titular				
2º Elemento				
3º Elemento				
4º Elemento				
5º Elemento				

* Incluir pessoas com Baixa Médica

12.6. Gestão do Desemprego (Preencher apenas para os elementos que estão desempregados):

	Frequente Formação que Confere um Grau Académico	Frequente Formação que Não Confere um Grau Académico	Frequente Formação que Confere um Grau Profissional	Não Frequente Formação
Titular				
2º Elemento				
3º Elemento				
4º Elemento				
5º Elemento				

12.7. Intensidade Laboral Per Capita (referente a um ano antes da data da entrevista)

Elementos do agregado familiar (>17<60 anos de idade)	Tempo Total de trabalho no último ano (em meses)	Intensidade laboral (=tempo trabalho/12)	Intensidade Laboral per capita
Titular			
2º Elemento			
3º Elemento			
4º Elemento			
Somatório			= Média Intensidades Laborais dos vários Elementos

Intensidade Laboral Per Capita Muito Reduzida: todos os indivíduos com menos de 60 anos que no período de referência do rendimento vivem em agregados familiares em que os adultos entre os 18 e 59 anos (excluindo os estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

Intensidade Laboral: proporção de meses em que os elementos do agregado familiar trabalharam: todos os meses com trabalho; maior parte dos meses com trabalho; menor parte dos meses com trabalho; todos os meses sem trabalho

13. Percurso Profissional Passado

13.1. Idade de início da Actividade Laboral

	Data de início da primeira actividade laboral	Idade de início da primeira actividade laboral
Titular		
2º Elemento		
3º Elemento		
4º Elemento		

13.2. Mudança(s) de profissão/atividade ao longo da vida profissional

Actividade Profissional	1ª Actividade			2ª Actividade			3ª Actividade			4ª Actividade			
	Elemento do Agregado	Descrição das tarefas executadas	Duração	Justificação para a mudança	Descrição das tarefas executadas	Duração	Justificação para a mudança	Descrição das tarefas executadas	Duração	Justificação para a mudança	Descrição das tarefas executadas	Duração	Justificação para a mudança
Titular													
2º Elemento													
3º Elemento													
4º Elemento													

Mudança(s) de profissão/atividade ao longo da vida profissional (continuação)

Actividade Profissional	5ª Actividade			6ª Actividade			7ª Actividade			8ª Actividade			
	Elemento do Agregado	Descrição das tarefas executadas	Duração	Justificação para a mudança	Descrição das tarefas executadas	Duração	Justificação para a mudança	Descrição das tarefas executadas	Duração	Justificação para a mudança	Descrição das tarefas executadas	Duração	Justificação para a mudança
Titular													
2º Elemento													
3º Elemento													
4º Elemento													

13.3. Histórico de desemprego

Nº de Vezes que ficou Desempregado	1ª Vez		2ª Vez		3ª Vez		4ª Vez		DURAÇÃO TOTAL DO DESEMPREGO (meses)
	Duração do desemprego (em meses)	Usfruiu de subsídio de desemprego? (Sim; Não)	Duração do desemprego (em meses)	Usfruiu de subsídio de desemprego? (Sim; Não)	Duração do desemprego (em meses)	Usfruiu de subsídio de desemprego? (Sim; Não)	Duração do desemprego (em meses)	Usfruiu de subsídio de desemprego? (Sim; Não)	
Titular									
2º Elemento									
3º Elemento									
4º Elemento									

13. Percurso Formativo

13.1. Nível de Escolaridade Concluído e/ou Frequentado de todos os Elementos do Agregado Familiar

Importante: Registrar a Data de Início (DI) e Data de Conclusão (DC) Prevista (no caso de ainda estar a frequentar ou Efectiva (se já concluiu), excepto no caso dos Analfabetos (X) e Sem Resposta

Nível de Escolaridade	Titular	2º Elemento	3º Elemento	4º Elemento	5º Elemento
Não sabe ler nem escrever (X)					
Ensino Pré-Escolar					
Creche	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___
Ensino Pré-Escolar	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___
Sem Resposta (X) (Inclui Amas)					
1º Ciclo do Ensino Básico (*Ensino Regular ** Alfabetização *** Curso de Ensino/Aprendizagem)					
1º ano	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___
2º ano	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___
3º ano	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___
4º ano	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___
2º Ciclo do Ensino Básico (*Ensino Regular ** CEF *** EFA **** RVCC)					
Área Profissional:					
5º ano	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___
6º ano	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___
3º Ciclo do Ensino Básico (*Ensino Regular ** CEF *** EFA **** RVCC)					
Área Profissional:					
7º ano	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___
8º ano	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___
9º ano	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___
Ensino Secundário (*Ensino Regular ** Curso Profissional *** EFA **** RVCC)					
Área Profissional:					
10º ano	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___
11º ano	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___
12º ano	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___
Ensino Superior					
Curso:					
	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___	DI: ___/___/___ DC: ___/___/___

13.2. Outras Formações que não conferem Grau Académico

Importante: Registrar “Área de Formação”, “Data de Início” (DI) e “Data de Conclusão” (DC) Prevista (no caso de ainda estar a frequentar ou Efectiva (se já concluiu))

	Titular	2º Elemento	3º Elemento	4º Elemento	5º Elemento
Formação Modular	Área: _____	Área: _____	Área: _____	Área: _____	Área: _____
	DI: __/__/__	DI: __/__/__	DI: __/__/__	DI: __/__/__	DI: __/__/__
	DC: __/__/__	DC: __/__/__	DC: __/__/__	DC: __/__/__	DC: __/__/__
Formação para a Inclusão	Área: _____	Área: _____	Área: _____	Área: _____	Área: _____
	DI: __/__/__	DI: __/__/__	DI: __/__/__	DI: __/__/__	DI: __/__/__
	DC: __/__/__	DC: __/__/__	DC: __/__/__	DC: __/__/__	DC: __/__/__
Contrato Emprego Inserção+ (CEI+)	Área: _____	Área: _____	Área: _____	Área: _____	Área: _____
	DI: __/__/__	DI: __/__/__	DI: __/__/__	DI: __/__/__	DI: __/__/__
	DC: __/__/__	DC: __/__/__	DC: __/__/__	DC: __/__/__	DC: __/__/__
Curso de Especialização Tecnológica – CET	Área: _____	Área: _____	Área: _____	Área: _____	Área: _____
	DI: __/__/__	DI: __/__/__	DI: __/__/__	DI: __/__/__	DI: __/__/__
	DC: __/__/__	DC: __/__/__	DC: __/__/__	DC: __/__/__	DC: __/__/__
Outra	Qual? _____	Qual? _____	Qual? _____	Qual? _____	Qual? _____
	DI: __/__/__	DI: __/__/__	DI: __/__/__	DI: __/__/__	DI: __/__/__
	DC: __/__/__	DC: __/__/__	DC: __/__/__	DC: __/__/__	DC: __/__/__

15. Nível de Competências, Etapas do ensino e Grupos Profissionais dos Adultos do Agregado Familiar (Codificação após o inquérito)

	Nível de Competências atingido ao longo da vida activa ²	Etapas de ensino/formação ³	Grupos profissionais (CITP/ISCO)
Titular			
2ª Elemento			
3º Elemento			
4º Elemento			
5º Elemento			

² Informação de Apoio à Codificação

Nível de competências mais alto que foi atingido ao longo da vida activa:

Nível de competências 1 – compreende a execução de tarefas simples e de rotina física ou manual. Envolve tarefas, tais como, limpeza, transporte e armazenagem manual de bens e de materiais, operar veículos não motorizados, apanhar frutos e vegetais.

Nível de competências 2 – envolve a execução de tarefas relacionadas com a operação de máquinas e equipamento eléctrico, condução de veículos, manutenção e reparação destes equipamentos, tratamento e arquivo de informação. Esta competência exige a capacidade para interpretar as instruções de segurança, executar cálculos aritméticos e registo de informação.

Nível de competências 3 – envolve a execução de tarefas técnicas e práticas complexas, compreendendo a preparação de estimativas de quantidades, custos de materiais e mão-de-obra para um projecto específico, a coordenação e supervisão das actividades de outros trabalhadores e a execução de funções técnicas de apoio aos especialistas.

Nível de competências 4 – envolve a execução de tarefas que requerem a resolução de problemas complexos e a investigação de domínios específicos, diagnóstico e tratamento de doenças, concepção de máquinas e de estruturas de construção.

³ Etapas do Ensino

1. Primeira etapa do ensino básico: 1º ao 6º ano

2. Segunda etapa do ensino básico: 7º, 8º e 9º ano

3. Ensino secundário: 10º, 11º e 12º ano

4. Ensino pós secundário não superior: Cursos de Especialização Tecnológica

5b. Primeira etapa do ensino superior, B: licenciaturas/cursos de 1º ciclo orientados para a prática e para uma determinada profissão

5a. Primeira etapa do ensino superior, A: mestrados integrados (5 anos), mestrados com dissertação (= com preparação para a investigação)

6. Segunda etapa do ensino superior/Qualificação avançada em investigação: doutoramento

CITE/ISCED - Classificação Internacional Tipo de Ensino/International Standard Classification of Education

Nível de competências	Grupos CITE/ISCED/97
4	6 segunda etapa do ensino superior 5 a Primeira etapa do ensino superior, A
3	5 b Primeira etapa do ensino superior, B
2	4 Ensino pós secundário não superior 3 Ensino secundário 2 Segunda etapa do ensino básico
1	1 Primeira etapa do ensino básico

CITP/ISCO – Classificação Internacional do Tipo de Profissões/International Standard Classification of Occupations

Grandes Grupos CITP/ISCO/2008		Nível de competências CITP/ISCO/2008
0	Profissões das Forças Armadas	1, 2 + 4
1	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos	3+4
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	4
3	Técnicos e profissões de nível intermédio	3
4	Pessoal administrativo	2
5	Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores	2
6	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	2
7	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	2
8	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	2
9	Trabalhadores não qualificados	1

Indicadores de definição dos níveis de qualificação do Quadro Europeu de Qualificações (QE)

Níveis	Conhecimentos	Aptidões	Competência
	No âmbito QE, descrevem-se os conhecimentos como teóricos e/ou factuais	No âmbito QE, descrevem-se as aptidões cognitivas (incluindo a utilização do pensamento lógico, intuitivo e criativo) e práticas (implicando destreza manual e o recurso a métodos materiais, ferramentas e instrumentos	No âmbito QE, descreve-se a competência em termos de responsabilidade e autonomia
Nível 0 A Analfabeto			
Nível 0 B 4º ano			
Nível 1 6º Ano	Conhecimentos gerais básicos	Aptidões básicas necessárias à realização de tarefas simples	Trabalhar ou estudar sob supervisão direta num contexto estruturado
Nível 2 9º Ano	Conhecimentos factuais básicos numa de trabalho ou de estudo	Aptidões cognitivas e práticas básicas necessárias para a aplicação da informação adequada à realização de tarefas e à resolução de problemas correntes por meio de regras e instrumentos simples	Trabalhar ou estudar sob supervisão com um certo grau de autonomia
Nível 3 Secundário	Conhecimentos de factos, princípios, processos e conceitos gerais numa área de estudo ou de trabalho	Uma gama de aptidões cognitivas e práticas necessárias para a realização de tarefas e a resolução de problemas através da seleção e aplicação de métodos, instrumentos, materiais e informações básicas	Assumir responsabilidades para executar tarefas numa área de estudo ou de trabalho. Adaptar o seu comportamento às circunstâncias para fins da resolução de problemas
Nível 4 Pós	Conhecimentos factuais e teóricos em contextos alargados numa área de estudo	Uma gama de aptidões cognitivas e práticas necessárias para conceber soluções para	Gerir a própria atividade num quadro das orientações estabelecidas em contextos de estudo ou de trabalho

secundário Não universitário	ou de trabalho	problemas específicos numa área de estudo ou de trabalho	geralmente previsíveis, mas susceptíveis de alteração. Supervisionar as atividades de rotina de terceiros, assumindo determinadas responsabilidades em matéria de avaliação e melhoria das atividades em contexto de estudo ou trabalho
Nível 5 1º Ciclo do ensino superior	Conhecimentos abrangentes, especializados, factuais e teóricos numa determinada área de estudo ou de trabalho e consciência dos limites desses conhecimentos	Uma gama abrangente de aptidões cognitivas e práticas necessárias para conceber soluções criativas para problemas abstratos.	Gerir e supervisionar em contextos de estudo ou de trabalho sujeitos a alterações imprevisíveis. Rever e desenvolver o seu desempenho e o de terceiros
Nível 6 1º Ciclo de ensino superior	Conhecimento aprofundado de uma determinada área de estudo ou trabalho que implica uma compreensão crítica de teorias e princípios	Aptidões avançadas que revelam mestria e inovação necessárias à resolução de problemas complexos e imprevisíveis numa área especializada de estudos ou de trabalho	Gerir atividades ou projetos técnicos ou profissionais complexos, assumindo a responsabilidade de tomada de decisões em contexto de estudo ou de trabalho imprevisíveis. Assumir responsabilidades em matéria de gestão do desenvolvimento profissional individual e coletivo
Nível 7 2º Ciclo do ensino superior	Conhecimentos altamente especializados, alguns dos quais se encontram na vanguarda do conhecimento numa determinada área de estudo ou de trabalho que sustentam a capacidade de reflexão original e/ou investigação. Consciência crítica das questões relativas aos conhecimentos	Aptidões especializadas para a resolução de problemas em matéria de investigação e/ou inovação para desenvolver novos conhecimentos e procedimentos e integrar os conhecimentos de diferentes áreas	Gerir e transformar contextos de estudo ou de trabalho complexos e imprevisíveis e que exigem abordagens estratégicas novas. Assumir responsabilidades por forma a contribuir para os conhecimentos e as práticas profissionais e/ou para rever o desempenho estratégico de equipas.

	numa área e nas interligações entre várias áreas		
Nível 8 Doutoramento	Conhecimentos de ponta na vanguarda de uma área de estudo ou de trabalho e na interligação entre áreas	As aptidões e as técnicas mais avançadas e especializadas, incluindo capacidade de síntese e avaliação necessárias para a resolução de problemas críticos na área da investigação e ou na inovação e/ou para o alargamento e a redefinição dos conhecimentos ou das práticas profissionais existentes	Demonstrar um nível considerável de autoridade, inovação, autonomia, integridade científica ou profissional e assumir um firme compromisso num que diz respeito ao desenvolvimento de novas ideias ou novos processos na vanguarda de contextos de estudo ou de trabalho inclusive em matéria de investigação.



ANEXO III

Home Inventory versão pré-adolescentes (10-14anos)



HOME do pré-adolescente (10-14 anos)

Bettye M. Caldwell e Robert H. Bradley

Ficha de Sumário

Nome da família _____ Data _____ Visitante _____

Morada _____ Telefone _____

Nome da criança _____

Data de nascimento _____ Idade _____ Género _____

Interlocutor _____ Se não for a mãe, diga qual a ligação com a criança: _____

Constituição da família _____
(pessoas que vivem no agregado doméstico, incluindo o sexo e a idade das crianças)

Etnia da família _____

Língua Falada _____

Escolaridade da mãe _____

Escolaridade do pai _____

A mãe tem emprego? _____ Que tipo de actividade profissional quando empregada? _____ Horas por semana? _____

O pai tem emprego? _____ Que tipo de actividade profissional quando empregado? _____ Horas por semana? _____

A criança tem emprego? _____ Que tipo de actividade profissional quando empregado? _____ Horas por semana? _____

A criança está na escola? _____ Onde? _____ Nível de ensino frequentado? _____

Notas _____

Sumário				
Subescala	Pontuação Possível	Mediana	Pontuação atribuída	Comentários
I- AMBIENTE FÍSICO	7	7		
II - MATERIAIS DE APRENDIZAGEM	10	7		
III - MOLDAGEM	10	7		
IV-FOMENTANDO A AUTO SUFICIÊNCIA	6	4		
V-ACTIVIDADES DE REGULAÇÃO	10	9		
VI-COMPANHEIRISMO FAMILIAR	8	5		
VII- ACEITAÇÃO	9	9		
Pontuação total	60	44		

Ficha de registos do HOME do pré-adolescente (10-14 anos)

Preencha o espaço junto a cada item com um mais (+) ou um menos (-), dependendo do comportamento observado durante a visita, ou se o pai comunica que as condições ou eventos são habituais no ambiente de casa. Introduza os subtotais e o total na Ficha de Sumário. É indicado para cada item: Observação (O), Ambas (A) ou Entrevista (E).

I. AMBIENTE FÍSICO	21- A mãe/O pai participa numa organização orientada para os adolescentes. E	
1- O quarto do adolescente tem, pelo menos, dois quadros ou decorações apelativos para um adolescente. A	22- A mãe/O pai tem amigos com quem ela/ele costuma interagir fora do trabalho. E	
2- A casa ou o apartamento não têm danos estruturais ou perigos eminentes. O	23- A mãe/O pai envolve-se regularmente em actividades de exercício físico pelo menos duas vezes por semana. E	
3- A casa tem um espaço vital de pelo menos 9 m ² por pessoa que lá mora. O	24- A mãe/O pai não perdeu a cabeça com o adolescente mais do que uma vez durante a semana anterior. E	
4- A casa e a sua envolvência não são demasiado barulhentas. O	25- Nenhum dos adultos na casa demonstra sinais evidentes de consumo de álcool ou de drogas. O	
5- A casa (ou o apartamento) está limpa. O	26- A mãe/O pai usa estruturas fráscas completas, assim como algumas palavras difíceis, durante a conversa. O	
6- O interior da casa ou do apartamento não é escuro ou perceptivamente monótono. O	27- A mãe/O pai não viola as regras de cortesia durante a visita (ignorando o Visitante, fazendo comentários depreciativos ou batendo na criança). O	
7- A vizinhança imediata da casa é esteticamente agradável e não apresenta perigos evidentes em matéria de saúde e de segurança. O	IV. FOMENTANDO A AUTO SUFICIÊNCIA	
II. MATERIAIS DE APRENDIZAGEM	28- A mãe/O pai conversou com o adolescente durante as duas últimas semanas sobre coisas que aconteceram recentemente no mundo. E	
8- O adolescente tem acesso a materiais adequados ao desenvolvimento de uma arte ou de uma forma de artesanato e/ou à realização de colecções. A	29- A mãe/O pai ensina ao adolescente competências básicas de culinária ou de limpeza. E	
9- O adolescente tem um cartão da biblioteca ou tem o nome na lista da biblioteca. E	30- A mãe/O pai ensinou o adolescente a lidar com emergências em matéria de saúde e de segurança. E	
10- O adolescente tem acesso a pelo menos vinte livros apropriados ao seu estado de desenvolvimento. A	31- A mãe/O pai providenciou actividades extra-curriculares para o adolescente. E	
11- A casa tem pelo menos 2 tipos de materiais de pesquisa (dicionário, enciclopédia, CD). A	32- A mãe/O pai tem dado apoio ao adolescente na realização dos trabalhos de casa e das tarefas escolares durante as últimas duas semanas. E	
12- O adolescente tem acesso a um instrumento musical. A	33- A mãe/O pai estabeleceu regras sobre os trabalhos de casa e verifica se estes estão feitos. E	
13- O adolescente tem livre acesso a uma secretária ou a outro lugar adequado para ler ou estudar. A	V. ACTIVIDADES DE REGULAÇÃO	
14- O adolescente tem acesso a um computador em casa. A	34- A família tem uma TV, esta é usada criteriosamente e não é ligada em permanência. E	
15- O adolescente tem acesso a pelo menos dois jogos de tabuleiro adequados. A	35- A mãe/O pai conversa periodicamente com o adolescente sobre os perigos do abuso do álcool e de drogas. E	
16- O adolescente tem acesso a pelo menos duas peças de equipamento adequadas para o desenvolvimento físico ou actividades de desporto organizadas. A	36- A mãe/O pai providenciou orientação ou aconselhamento ao adolescente durante o último ano a respeito da sexualidade responsável e da higiene corporal. E	
17- É visível pelo menos uma prateleira cheia de livros na casa. O	37- O adolescente tem rotinas semanais em matéria de responsabilidades domésticas. E	
III. MOLDAGEM	38- A família tem horários diários bastante regulares e previsíveis. E	
18- A mãe/O pai leu pelo menos quatro livros ao longo do último ano. E	39- A mãe/O pai exige que o adolescente durma em casa nas noites em que há escola. E	
19- A mãe/O pai compra e lê um jornal diário ou uma revista informativa semanal. E	40- Quando a mãe/o pai não podem estar em casa com o adolescente, foram estabelecidos procedimentos para assegurar, com familiares ou outros, alguma vigilância nos fins de semana e após a escola. E	

20- A mãe/O pai participa regularmente nas actividades da igreja. E		41- A mãe estabelece regras para o comportamento do adolescente com os colegas e faz perguntas para determinar se as regras estão a ser seguidas	
42- A mãe/O pai teve contacto com pelo menos dois dos amigos do adolescente no último mês. E		VII. ACEITAÇÃO	
43- A mãe/O pai conhece os sinais do uso de drogas e permanece atenta/o a possíveis experiências ou abusos. E		52- A mãe/O pai menciona uma habilidade, uma capacidade ou uma conquista do adolescente ao longo da entrevista. O	
VI. COMPANHEIRISMO FAMILIAR		53- A mãe/O pai dá sinais de resposta emocional positiva aos elogios que a Visitante faz ao adolescente. O	
44- Um membro da família providenciou ao adolescente a visita a um museu de ciências, de história ou de arte, ao longo do último ano. E		54- A mãe não ridiculariza, não expressa hostilidade, nem se refere ao adolescente de forma depreciativa ao longo da visita. O	
45- Um membro da família providenciou ao adolescente a ida a algum tipo de concerto ou de performance teatral, durante o último ano. E		55- A mãe/O pai fala com o adolescente durante a visita (para além da apresentação e das chamadas de atenção) O	
46- Um familiar providenciou ao adolescente uma viagem a mais de 80 km de distância de casa, durante o último ano. E		56- Durante a visita, quando fala do adolescente ou para o adolescente, a voz da mãe/do pai transmite um sentimento positivo. O	
47- O pai envolve-se regularmente em actividades ao ar livre, juntamente com o adolescente, pelo menos uma vez em cada duas semanas. E		57- A mãe/O pai permite que o adolescente tenha alguma privacidade. E	
48- O adolescente passa algum tempo com o pai (ou com a figura paterna) quatro dias por semana. E		58- A mãe/O pai encoraja o adolescente a contribuir para a conversa durante a visita. O	
49- O adolescente faz pelo menos uma refeição por dia, na maioria dos dias, com a mãe e o pai. E		59- A mãe/O pai responde apropriada e positivamente às questões e comentários do adolescente ao longo da visita. O	
50- A família visita ou recebe visitas de parentes ou amigos pelo menos uma vez por mês. E		60- O adolescente pode discordar da mãe/do pai sem duras represálias. E	
51- Um membro da família levou o adolescente a ver um espectáculo atlético ou desportivo durante o último ano. E			
TOTAIS			
I _____ II _____ III _____ IV _____ V _____ VI _____ VII _____ TOTAL _____			